

# **PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO INTEGRADO DO PROEJA EM ARTESANATO DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

**Trabalho de Projeto apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ciências  
da Educação/Administração Educacional**

**Camila Rodrigues da Fonseca**

**Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. PhD Neusa Branco**

**Co-orientador:  
Prof<sup>o</sup>. PhD Adilson César de Araújo**

**2020, janeiro**

## **MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/ ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

### **PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO INTEGRADO DO PROEJA EM ARTESANATO DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

**Trabalho de Projeto apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ciências  
da Educação/Administração Educacional**

**Camila Rodrigues da Fonseca**

**Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. PhD Neusa Branco**

**Co-orientador:  
Prof<sup>o</sup>. PhD Adilson César de Araújo**

**Camila Rodrigues da Fonseca**

**Práticas Educativas no Ensino Integrado do Proeja em  
Artesanato de um Instituto Federal de Educação**

Trabalho de Projeto apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação/Administração Educacional da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém/Portugal.

Aprovado em 21 de Janeiro de 2020.

Banca Examinadora:

Professora Doutora Neusa Cristina Vicente Branco(Orientadora)  
Instituição: Escola Superior de Educação / Instituto Politécnico de Santarém  
Categoria profissional: Professora Adjunta.

Professora Doutora Sónia Raquel Pereira Malta Marruaz Seixas(Arguente)  
Instituição: Escola Superior de Educação / Instituto Politécnico de Santarém  
Categoria profissional: Professora Adjunta.

Professora Doutora Maria João Cardona Correia Antunes(Presidente)  
Instituição: Escola Superior de Educação / Instituto Politécnico de Santarém  
Categoria profissional: Professora Coordenadora

Janeiro, 2020.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estão ou estiveram envolvidas em minha trajetória profissional, acadêmica ou pessoal.

Começo agradecendo à minha família: à minha mãe, Dirce Aparecida de Freitas Fonseca, a quem devo toda a luta diária na criação dos filhos, ora no zig zag das máquinas de costura, ora na sua humildade e fé cristã que se consolidou na mulher que sou hoje; ao meu pai Antônio Flavio Rodrigues da Fonseca, por transmitir toda a coragem, persistência e busca por justiça, a quem devo meu caráter; e às minhas irmãs, Carolina Rodrigues da Fonseca e Cássia Rodrigues da Fonseca, que nas horas de desânimo sempre me compreenderam e ajudaram-me com palavras de superação.

Exprimo gratidão à minha amada filha, Catarina Fonseca Osório, sempre paciente, feliz e generosa, que, com seus dez anos de vida, colocou-me no colo ou me chacoalhou em todas as vezes em que pensei em desistir. Obrigada filha, você é minha melhor obra-prima!

Ao IFB, em especial do campus Taguatinga, por me conceder a possibilidade de concretizar o projeto de educação mais belo e de transformação que pude realizar nesses dezoito anos de profissão, seja como educadora, seja como realização pessoal. Sou muito grata pela oportunidade de trabalhar nessa Instituição e colecionar os melhores sorrisos e lágrimas que proporcionaram minha evolução. Agradeço aos colegas do mestrado: Rosemberg, Rosana, Priscila, Betânia e, especialmente, à amiga Pri Bosquê.

Agradeço ao amigo e orientador Adilson César Araújo pelo estímulo ao desenvolvimento desse projeto, que traz um olhar atento sobre a formação docente e o papel da escola como espaço de debate a ser construído coletivamente. E à orientadora, Neusa Branco, pelas contribuições e direcionamentos neste projeto.

Aos demais professores do Instituto Politécnico de Santarém, com estima aos professores Maria João Cardona, Suzana Colaço, Paulo Dias, e todos que contribuíram para que as distâncias entre Portugal e Brasil fossem minimizadas por meio desse programa de qualificação. Agradeço especialmente à professora Maria Cristina Madeira por esse intercâmbio de formação aos servidores.

Aos amigos e companheiros de sempre, Marcia Troncoso, Marco Antonio Vezzani, Richard Wilson Borrozine de Siqueira, Elcio Antonio Paim, Vanessa Alexandrino Rosso, Luiz Carlos Emanuely Osório, José Carlos Costa, Romilda Gomes Moreira, Rejane Gomes Moreira, Amélia Penna e Ronaldo Benedetti, agradeço pela compreensão de longos dias.

E claro, aos meus estimados alunos da área do Vestuário, do Design de Moda e do Projeja em Artesanato, pois sem eles nada disso seria possível. Agradeço por cada dia que vocês se deslocaram ao Instituto, por cada dia que lutaram para conseguir o passe escolar, para aprender um novo conteúdo, para finalizar uma peça de roupa ou de um produto

artesanal. Fico muito feliz saber que todo o trabalho nunca foi em vão e que essa troca foi recíproca e amável. Saibam que sempre me senti muito abraçada por todos vocês. Muito obrigada por continuarem acreditando no meu trabalho, pois isso faz com que eu prossiga!

E sempre, todos os dias, agradeço a Deus, pois o Universo conspira a nosso favor e existência!

# PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO INTEGRADO PROEJA EM ARTESANATO DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral compreender como ocorreu a integração curricular na formação profissional do Técnico em Artesanato, no âmbito das práxis docentes, para atuar no processo de educação de jovens e adultos do Ensino Médio do curso Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) em Artesanato de uma Instituição Federal de Educação, apresentando ao final um Projeto de Intervenção Educacional intitulado "Itinerário da Alteridade Cidadã. A premissa é que tal integração prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em relação ao artesanato, apresenta-se como um dos desafios encontrados pelos docentes para a efetivação do currículo integrado no Ensino Médio. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, pautada em pesquisa de documentação oficial, análise de práxis e questões sobre o curso. Os resultados apontam para outras questões relevantes, de modo que foi possível sistematizar a compreensão das práticas educativas e integração curricular sendo evidenciado na pesquisa que ocorre um certo distanciamento na integração cultural entre os saberes populares e acadêmicos no âmbito das práticas educativas. O projeto apresentado aponta para novos estudos acerca dos temas geradores e agrega novas perspectivas educacionais.

**Palavras-chave:** Artesanato. Integração Curricular. Práticas educativas. Educação de jovens e adultos. Proeja.

EDUCATIONAL PRACTICES IN INTEGRATED PROEJA COURSE IN CRAFTS OF A  
FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION

**ABSTRACT**

The aim of this study is understand how the curriculum integration occurred in the professional education of technicians in crafts, within the scope of the teaching praxis, to act in the process of education of youth and adults of Proeja in Crafts of a Federal Institution of Education (National Program for Professional Education for Youth and Adults in Crafts), presenting at the end an Educational Intervention Project entitled "Itinerário da Alteridade Cidadã". The premise is that such integration provided for in the Pedagogical Project of the Course (PPC), in relation to handicrafts is one of the big challenges encountered by teachers for the realization of integrated curriculum in practice at high school. The methodology used was the qualitative one, based on research of official documentation, praxis analysis and questions about the course. The results point to other relevant issues so that it was possible to systematize the understanding of educational practices and curriculum integration as well it shows a certain distancing in cultural integration between popular and academic knowledge within the scope of educational practices. Such project presented points to new studies on the generating themes and adds new educational perspectives.

**Keywords:** Crafts. Curriculum Integration. Educational practices. Youth and adult education. Proeja.

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 -Cursos oferecidos na Colônia.....	12
Quadro 2 -Cronologia de criação do curso de artesanato do campus XYZ.....	32
Quadro 3 -Etapas da pesquisa.....	40
Quadro 4 -Dos temas geradores à proposta de intervenção pedagógica.....	98

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 -Grupos temáticos gerados a partir das entrevistas.....	90
--	----

## LISTA DE SIGLAS

<b>CNCT</b>	Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
<b>CEFET</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica
<b>CEPLAR</b>	Campanha de Educação Popular
<b>CES</b>	Centros de Estudos Supletivos
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CPC</b>	Centro Popular de Cultura
<b>EAF</b>	Escolas Agrotécnicas Federais
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EPTNM</b>	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
<b>ETF</b>	Escolas Técnicas Federais
<b>Fundeb</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IFB</b>	Instituto Federal de Brasília
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MCP</b>	Movimento de Cultura Popular
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>Mobral</b>	Movimento Brasileiro de Alfabetização
<b>PAS</b>	Programa Alfabetização Solidária
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PEA</b>	População economicamente ativa
<b>PPC</b>	Projeto Pedagógico do Curso
<b>PPP</b>	Plano Político Pedagógico
<b>Pró-DF</b>	Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal
<b>Proeja</b>	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
<b>SECADI/MEC</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
<b>SEEA</b>	Secretária Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
<b>Setec</b>	Secretaria de Educação Tecnológica
<b>UNED</b>	Unidade de Ensino Descentralizada

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	17
1.1 As diferentes realidades históricas das artes do fazer e da educação artesanal ...	20
1.1.1 O artesanato: práxis dos povos da América do Sul.....	20
1.1.2 Repertório sincrético: da colonização portuguesa à história da educação no Brasil.....	21
1.1.3 Histórico das práticas educativas no Brasil e sua representação no ensino das atividades artesanais .....	27
1.2 Conclusão do capítulo.....	30
<b>2 A CRIAÇÃO E A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	32
2.1 Histórico da criação dos cursos vinculados ao eixo Produção Cultural e Design: o caso do artesanato.....	34
2.2 O Ensino Médio Integrado para a escolarização de jovens e adultos.....	35
2.3 O artesanato como currículo integrado.....	38
2.4 Conclusão do capítulo.....	41
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	42
3.1 Pesquisa, metodologia e análise das práticas educativas e integração curricular em uma Instituição Federal de Educação.....	42
3.2 Criação e o Projeto Pedagógico do Curso Proeja em Artesanato.....	42
3.3 Criação e situação atual do colegiado do curso Proeja em Artesanato.....	45
3.4 Opções metodológicas e recolha de dados.....	47
3.4.1 Local da pesquisa .....	48
3.4.2 Participantes do estudo de caso.....	48
3.4.3 Recolha e análise dos dados.....	49
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	52
4.1 Autorização para pesquisa “estudo de caso”.....	52
4.1.1 A situação atual do colegiado do curso Proeja em Artesanato.....	52
4.2 Pesquisa de campo e acesso ao campus destinado ao curso Proeja em Artesanato .....	52
4.2.1 Histórico e dimensão dos docentes no curso de 2015 a 2018.....	52
4.3 Análise das entrevistas.....	53
4.3.1 Bloco A – Esclarecimentos da entrevista .....	53
4.3.2 Bloco B – Contextos sobre o Proeja de acordo com Projeto Pedagógico do Curso (PPC) .....	53
4.3.3 Bloco C – Práticas educativas e autoavaliação .....	64
4.3.4 Bloco D – Cidadania, aluno e infraestrutura.....	77
4.3.5 Bloco E – Possível formação e intervenção.....	82
4.4 Conclusão do capítulo.....	95
<b>5 PROJETO DE INTERVENÇÃO: ITINERÁRIO DA ALTERIDADE CIDADÃ</b> .....	97
5.1 Conclusão do capítulo.....	105
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>115</b>
<b>Apêndice A – Termo de consentimento livre da instituição.....</b>	<b>116</b>
<b>Apêndice B – Guião das entrevistas.....</b>	<b>118</b>
<b>Apêndice C – Termo de consentimento livre dos docentes e gestores.....</b>	<b>128</b>
<b>Apêndice D – Extrato das entrevistas.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>145</b>
<b>Anexo A – Lei n. 13.180 de 22 de outubro de 2015.....</b>	<b>146</b>
<b>Anexo B – Componentes curriculares por módulo.....</b>	<b>147</b>
<b>Anexo C – Resolução n. 029 – 2012/CS-IFB.....</b>	<b>148</b>
<b>Anexo D – Caracterização profissional dos participantes da pesquisa.....</b>	<b>149</b>

## INTRODUÇÃO

Os cursos de Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) e similares, que tratam da educação de Jovens e Adultos fora da época escolar tida como normal, existem no Brasil já há alguns anos, entretanto, nos últimos tempos é que ganharam força como prioridade educacional no âmbito de uma política nacional efetivamente voltada para a inclusão e diversidade cultural. Cabe notar que no Brasil a diversidade dos processos e nomes dados à escolarização de jovens e adultos são variáveis de acordo com o governo, se lembrarmos que esse tipo de formação já foi chamado de “Mobral”, “Supletivo”, “EJA (Educação de Jovens e Adultos)” e, mais recentemente, “Proeja”.

Em 2006 foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que tem como base legal o Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006, e os atos normativos que o fundamentam: a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; o Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004; os Pareceres CNE/CEB n. 16/99, n. 11/2000 e n. 39/2004; e as Resoluções CNE/CEB n. 04/99 e n. 01/20. Tal criação aponta para a decisão governamental de abranger jovens e adultos nos planos educacionais e na oferta integrada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com a matriz curricular do Ensino Médio. E o passo decisivo para essa política foi a expansão da Rede Federal de Ensino, resultando no aumento da oferta de cursos.

Diante de vários desafios e possibilidades proporcionados pela expansão da Rede Federal, o Curso Proeja em Artesanato foi desenvolvido no campus XYZ, no Distrito Federal. O projeto teve como ponto de partida sua construção como PPC (Projeto Pedagógico do Curso) em Artesanato em 2012 e, posteriormente, teve a sua implantação e funcionamento a partir de 2015 e em atividade até os dias atuais.

Apesar de algumas condições favoráveis, diversos pontos se fizeram problemáticos, de modo a requerer um aprofundamento de estudos acerca de tais dificuldades e da importância do curso, principalmente no momento político em que o Brasil se encontra, com inserções de novos programas e bases curriculares para o Ensino Médio, além de também ter havido mudanças nas expectativas do grupo fundante em relação aos resultados do curso, níveis de evasão, deslocamento necessário por parte dos estudantes para o ensino presencial etc. Além disso, questões sobre práticas pedagógicas, formação curricular, tempo de inserção dos professores em capacitações, permanência e inovações nas práticas escolares são elementos que permeiam tal caminho conflitivo.

O Artesanato faz parte de longa tradição no país, sendo relegado em alguns períodos produtivos específicos a um segundo plano no âmbito do *status quo* social. Além disso, é notório que a integração dos cursos de Artesanato ao ensino profissionalizante não foi simples e demandou um longo caminho, no sentido de um amadurecimento político e social. Esta educação artesanal, por vezes, vincula-se a um público que muitas vezes não

teve oportunidade de estudar em épocas tidas como normais, a exemplo da infância ou adolescência, desse modo, a realização de cursos EJA (Educação de Jovens e Adultos) torna-se naturalmente uma possibilidade de ampliar a formação e aperfeiçoar habilidades, competências e conhecimentos acerca de diversos aspectos que envolvem o Artesanato. Ao mesmo tempo, há a necessidade civilizacional de avançar no combate ao analfabetismo e na busca de uma universalização da educação pública e gratuita como direito à cidadania, algo que nos faz refletir sobre a importância dos cursos EJA e nas formas de torná-lo melhor compreendido e mais acessível à comunidade.

No âmbito das práticas educativas, a questão da construção e integração curricular é considerada um dos temas mais complexos da educação, na medida que envolve interesses classistas, visões de mundo e disputas políticas e acadêmicas de diversas ordens. A própria definição de currículo é um amplo campo de disputas com variadas e divergentes definições. Para Arroyo (2005, p 16), por exemplo, há vínculos estreitos entre currículo, trabalho e condição docente, que tem feito do currículo um dos territórios mais disputados, seja pelas políticas, diretrizes e normas, seja pelos próprios profissionais do conhecimento.

A concepção tradicional de currículos fechados é focada em disciplinas isoladas e contrapõe-se a uma visão mais moderna e crítica que aponta para uma maior abertura, flexibilidade e foco integrador e interdisciplinar entre as diferentes componentes do currículo, conteúdos etc. Ademais, é necessário observar que, para além da formalização em Planos de Curso ou Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs), em uma perspectiva de integração curricular e aberta, deve-se buscar meios para que tal integração ocorra na prática. Neste sentido, torna-se importante verificar e discutir tal ocorrência ou não, e buscar caminhos para que seja efetivada a proposta educacional, inclusive questões sobre a possibilidade da integração curricular ocorrer na prática para além de apenas constar formalmente tal qual prescrita no Projeto Pedagógico do Curso.

A partir desta temática, uma questão fundamental emergiu após a realização das primeiras edições dos cursos Proeja em Artesanato de uma Instituição de Educação Federal situada no Distrito Federal. A questão estava centrada na realização de práticas educativas que de fato integrassem as disciplinas, bem como o Artesanato, no âmbito do curso de Ensino Médio Proeja em Artesanato, composto por disciplinas de formação geral e específicas ditas técnicas.

A discussão sobre o currículo aponta para temas importantes, na medida que é capaz de trazer novas concepções de educação e possibilidades críticas, problematizadoras e transformadoras da realidade, a exemplo de propostas de intervenções em Instituições Educacionais. Neste sentido, na problematização surgiu uma questão fundamental: Tem ocorrido de fato a integração curricular e dos saberes artesanais na perspectiva dos docentes que atuam no campus no curso Proeja em Artesanato de uma Instituição de Educação Federal localizada no Distrito Federal?

A nossa hipótese de partida é que tal integração prevista no Plano Pedagógico do Curso (PPC), em relação ao artesanato, apresenta-se como um dos desafios encontrados

pelos docentes para a efetivação de fato do currículo integrado do Ensino De Médio. Diante disso, estabelecemos o objetivo geral de compreender como ocorreu a integração curricular na formação profissional do Técnico em Artesanato, no âmbito das práxis docentes para atuar no processo de educação de jovens e adultos do Ensino Médio do curso Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) em Artesanato de uma Instituição de Educação Federal localizada no Distrito Federal, e, apresentar ao final um projeto de intervenção educacional. A partir do objetivo geral, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- I) Apresentar, por meio de um enquadramento teórico, um quadro geral acerca da história da educação voltada para o ensino profissional, no sentido de situar questões teóricas e históricas sobre a integração do artesanato, da cultura e das artes em geral, em conexão com as transformações do mundo do trabalho e com as políticas governamentais, fundamentado isso por meio da literatura especializada (Capítulo 1);
- II) Descrever um breve histórico da criação da rede federal de educação na oferta dos cursos voltados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com proposta do Ensino Médio Integrado voltado para o Artesanato no âmbito da promoção da educação dos saberes populares, pautando isso em uma revisão bibliográfica (Capítulo 2);
- III) Analisar as práticas educativas desenvolvidas no curso Proeja em Artesanato, no sentido de verificar se de fato ocorre a integração curricular com base em entrevistas semiestruturadas que abarcam a percepção dos docentes atuantes no curso (Capítulo 3 e 4);
- IV) Elaborar uma proposta de intervenção educacional denominada “Itinerário da Alteridade Cidadã”, com foco na integração curricular e práticas docentes para atuar com a Educação de Jovens e Adultos no Proeja em Artesanato da referida Instituição de Educação Federal no Distrito Federal (Capítulo 5).

O alcance do objetivo geral se dá com as respostas aos objetivos específicos. A análise, entre outras coisas, é orientada na integração existente do diálogo do artesanato com as demais componentes curriculares. Nesse sentido, delimitamos um propósito exploratório e uma abordagem qualitativa.

A metodologia utilizada baseou-se na análise documental de questões acerca da implantação do curso, do currículo integrado e de seu desenvolvimento, assim como na observação das práxis docentes e nos fenômenos percebidos e descritos por eles em entrevistas semiestruturadas, aplicadas no segundo semestre do ano de 2018, além da consulta de documentos oficiais do curso. A utilização destes métodos que procuram captar

a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e seus temas geradores é adequada para o detalhamento de estudos de casos específicos acerca dos temas científicos.

O presente trabalho traz contribuições para os estudos acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), formação docente e integração curricular, bem como permite compreender a história das práticas educativas vinculadas ao legado do artesanato no Brasil. Além disso, permite ainda o desenvolvimento de um projeto de intervenção pautado nas contribuições dos docentes e na análise das práticas educativas no âmbito da instituição educacional estudada.

Ao mesmo tempo, este estudo representa um marco temporal capaz de permitir comparação acerca do curso, seu andamento e elementos a aprimorar a formação docente, tendo em vista, inclusive, que esta formação, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Proeja em Artesanato, é definida como obrigatória para atuar nesta modalidade de ensino. Notoriamente, temos uma rica variedade de elementos que foram suscitados ao longo do desenvolvimento do trabalho e que constituem relevantes contribuições ao pensamento educacional voltado para a educação popular, em boa medida inspirado no pensamento de Paulo Freire e outros educadores.

Abordamos o tema no contexto de um Instituto Federal de Educação, buscando sistematizar contribuições e reflexões a partir de uma experiência pedagógica escolar singular acerca do Ensino Médio Integrado à educação profissional tecnológica. Isto, no sentido de investigarmos de que forma tem ocorrido a integração do artesanato no Ensino Médio no âmbito das práticas educativas em sala de aula, sendo este um espaço de formação e produção de conhecimento no ensino integrado, na modalidade Proeja em Artesanato.

O presente Trabalho de Projeto está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos um quadro geral histórico acerca da educação voltada para as Artes, Artes do Fazer (Artesanato) e para o Ensino Profissionalizante no Brasil, fundamentado na literatura especializada (objetivo específico I) em uma ampla perspectiva histórica.

No capítulo dois descrevemos a criação do ensino técnico da rede federal de educação e dos cursos EJA (objetivo específico II) trazendo uma visão geral da criação dos cursos integrados na modalidade Proeja em Artesanato.

No terceiro capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa acerca da integração do artesanato às práticas educativas no Ensino Médio Integrado e realizamos as análises das entrevistas (objetivo específico III). No quarto capítulo apresentamos um projeto de intervenção educacional geral denominado “Itinerário da Alteridade Cidadã” (objetivo específico IV), de modo a contribuir para reflexões acerca da Educação de Jovens e Adultos no Proeja em Artesanato, a partir da análise a que se refere o capítulo anterior. Por fim, apresentamos as considerações finais da pesquisa e as referências utilizadas.

## 1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os temas que serviram de referência para o desenvolvimento da pesquisa, com foco na introdução dos conteúdos das artes do fazer, nas artes em geral e no ensino profissionalizante na história da educação no Brasil.

As práticas educativas são amplas e incluem uma variada gama de atividades em diferentes níveis, modalidades e perfis de público com distintos graus de complexidade. Um dos pontos centrais em torno das práticas educativas é justamente a resposta às perguntas que envolvem considerações sobre o currículo, a saber: O que ensinar?, Para que ensinar?, Para quem ensinar?, Por que um conteúdo e não outro?, A quem beneficia este currículo, conteúdo etc.? e Como ensinar?, entre outras perguntas possíveis.

As definições de currículo são diversas, não havendo um acordo quanto a tal, na medida que é um amplo campo de disputas ideológicas em âmbito acadêmico, dada a variedade de respostas possíveis às perguntas iniciais, conquanto se valorize uma ou outra perspectiva. Há perspectivas que entendem o currículo como o conjunto de conteúdos, um simples papel, uma formalidade, um conjunto de competências, um direcionamento político e ideológico visando a interesses de grupos ou classes, ou ainda, quando repensamos o que seria o currículo integrado ou flexível, conforme Arroyo (2005).

Nas teorias relativas ao tema aparecem: os currículos formais ou oficiais definidos pelos estabelecimentos de ensino; os reais, aqueles que são os efetivamente trabalhados em sala de aula com base no planejamento; e o chamado currículo oculto, que traz os pontos trabalhados e disseminados sem que todos percebam claramente as intencionalidades e interesses envolvidos na proposta de ensino, sendo necessário descortinar tais aspectos. Nesse sentido, os currículos fechados são construídos em disciplinas isoladas, já os abertos permitem uma flexibilidade e integração entre as diversas disciplinas. Neste último caso, os temas gerados pelos próprios educandos, pelos docentes e pela comunidade podem ajudar na construção de currículos e conteúdos, de modo coletivo e participativo. É importante deixar claro que o enfoque disciplinar vê o currículo de modo fragmentado e focado na transmissão de conteúdos, e o conhecimento acaba sendo um somatório de fatos e dados relativamente isolados. Portanto, a figura do professor é hierárquica e ele coloca-se como fonte do saber, ao passo que os estudantes são passivos e receptores dos conteúdos agregados pelo professor. O tempo é rigidamente delimitado e o conteúdo é lecionado de forma muito fragmentada (Capucho, 2008, pp. 74-75).

Segundo Lagar, Dutra e Santana (2013), as teorias tradicionais do currículo buscam responder à pergunta: “O que ensinar?”. Embora adaptáveis, os currículos focam fortemente nos objetivos, conteúdos e metodologias. A perspectiva integradora pensa o currículo de modo que se possa juntar as partes, dialogar e focar na solução para problemas tidos como relevantes. O conhecimento se pauta na compreensão das questões reais e volta-se para intervenção social e para os problemas reais, tendo o professor como mediador neste processo. O estudante não é um mero receptor, ao contrário, ele é estimulado a ser proativo e capaz de utilizar suas capacidades na resolução de problemas. O tempo não é

estritamente delimitado e o conhecimento e os problemas apresentados partem de um contexto e devem ser problematizados.

Na última década, com a expansão da rede federal no Brasil, os embates curriculares também estiveram presentes na expansão do Ensino Médio integrado, desde o início da implantação das escolas físicas e suas infraestruturas, até a sedimentação dos espaços educativos como produção de conhecimento na esfera cidadã. Nesse sentido, podemos buscar, no documento base que trata do conceito da integração curricular para o PROEJA, elaborado e descrito pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, a que se refere o currículo integrado:

[...] o que se pretende é uma integração epistemológica, de conteúdos de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma interação teórico-prática, entre o saber e o saber fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em torno de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para formação profissional. (Brasil, 2007, p. 30).

De um modo geral, pode-se entender como prática educativa todo ato do educador como sendo educativo e, dessa ação, surgindo o efetivo exercício para a cidadania. Numa perspectiva freireana, as práxis podem ser compreendidas como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão, levando a uma ação transformadora, sendo bastante importante, incluir as questões curriculares, embora o autor não tivesse desenvolvido uma teoria específica sobre currículo. Todavia, entendemos, como aponta Saul (2017 como citado em Streck, Redin, & Zitkoski, 2017, p. 109), que o “Currículo, na acepção freireana, é a política, a teoria e a prática do que – fazer na educação, no espaço escolar, e nas ações que acontecem fora desse espaço, numa perspectiva crítico-transformadora”. Nessa direção, pensar o currículo, as práticas educativas que geram conhecimento para a efetividade do exercício da cidadania, de certa forma, é fomentar reflexões e práxis que minimizam de alguma forma os distanciamentos na relação hierárquica entre o saber e quem detêm o conhecimento, seja na construção dos currículos, seja nos próprios fenômenos educativos. Cabe citar, ainda, o foco na “pedagogia da conscientização”, criada pela pelo educador Paulo Freire, sobre quem cria/educa o educando e assume sua total responsabilidade e consciência com a diversidade, desenvolvendo a consciência crítica.

Na obra *Educação e Mudança*, de 1979, Freire traz para o debate o papel do educador que, no contexto de suas práxis, desenvolve suas atividades não de forma neutra, mas sim como sujeito da sua realidade histórica, que ensina para um grupo que possui um saber tão relativo quanto o dele, entretanto, o contraditório é permanente, o que é tratado em sua obra como “consciência bancária”. Para Freire:

[...] as sociedades latino-americanas começam a se inscrever neste processo de abertura, umas mais que outras, mas a educação ainda permanece vertical. O professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isto forma uma consciência bancária. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado

é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação. (Freire, 2018, pp. 49-50).

Quanto mais nos distanciamos da percepção de uma sociedade justa, integrada à cultura, ciência, inovações tecnológicas e trabalho, menos consciência crítica no processo educativo adquirimos, portanto, menos conhecimento e capacidade de transformar o mundo e as realidades brasileiras por meio da educação.

Lopes e Macedo (2011, p. 64) apontam que Freire propõe que as contradições básicas das situações concretas vividas por professores e alunos estejam no centro do currículo. E apontam que as encontrar é, pois, tarefa que só pode ser desenvolvida por ambos em um planejamento participativo, única opção pela qual o mundo cultural do aluno pode ser respeitado. As autoras apontam para a importância de Freire para os estudos curriculares:

Paulo Freire é, sem dúvida, uma das importantes influências para as concepções de currículo focadas na compreensão do mundo da vida dos indivíduos que convivem no espaço da escola [...]. Na *Pedagogia do Oprimido*, seu principal livro, datado de 1970 [...] Propõe uma pedagogia baseada no diálogo e, nesse sentido, vai além da análise das formas de funcionamento da ideologia e da hegemonia, defendendo a possibilidade de a educação se contrapor à reprodução. Para tanto, é preciso repensá-lo para além da transmissão hierárquica e organizada de conhecimentos: como interação entre sujeitos que se dá no mundo. Essa interação começa na própria decisão dos conteúdos em torno dos quais o diálogo se estabelece. Poder-se-ia dizer que, nesta obra, Freire apresenta uma alternativa às concepções técnicas do currículo, propondo procedimentos para a elaboração curricular capazes de tentar integrar o mundo-da-vida dos sujeitos às decisões curriculares. (Lopes & Macedo, 2011, p. 34).

Sem dúvida, um esforço no sentido de integrar o mundo cultural do aluno se dá com a expansão e foco mais recente da Rede de Ensino Federal. Com a criação da Rede Federal e suas ofertas em diversos níveis e modalidades, temos a integração curricular como importante marco para o exercício das políticas educacionais e para a melhoria do Ensino Médio integrado no país, baseado em um conceito de integração que visa aprimorar ações para a cidadania, algo mencionado no próprio documento base elaborado em 2007 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

Outro fator a ressaltar no âmbito de tais mudanças, é a possibilidade de pensar a educação voltada para o mundo do trabalho, na qual podemos observar a ampliação dos eixos curriculares e a diversificação de ofertas em inúmeros segmentos profissionais na sociedade, algo sem precedentes no Brasil. Tal diálogo é constatado na própria expansão e transformação das escolas técnicas profissionais em Institutos Federais de Educação, que atualmente abrangem diferentes regiões no país. É importante ressaltar a perspectiva desta política educacional de proporcionar acesso ao ensino tecnológico a toda a população, tendo em conta as especificidades regionais.

Nessa perspectiva de inovação, inclusão e acesso da população ao ensino tecnológico, temos a criação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), com base

na Portaria MEC n. 870, de 16 de julho de 2008, um marco para a esfera tecnológica. Com treze eixos tecnológicos descrevendo cargas horárias mínimas, perfil do aluno concluinte, campo de atuação, aproximação ao ambiente profissional associado à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), profissões novas, certificações intermediárias e possível verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo, laboratórios etc. A integração curricular deve contemplar diversos pontos, saberes e conhecimentos. Os conteúdos são pontos importantes para ocorrer o diálogo.

## **1.1 As diferentes realidades históricas das artes do fazer e da educação artesanal**

Veremos agora a um pouco da relação das artes do fazer (artesanato), das artes em geral e do ensino profissionalizante na história da educação no Brasil.

### **1.1.1 O artesanato: práxis dos povos da América do Sul**

A história da educação no Brasil não costuma reconhecer, em suas atividades e práticas educativas, o universo do Artesanato como um importante legado cultural e de aprendizagem que ele representa. Olhares genuínos e de subordinação são recorrentes na cronologia dos factos que moldaram o ensino dessas “artes do fazer”, por isso a importância de questionar e compreender o que nos fez ou nos faz nos distanciarmos da própria constituição dos saberes de nosso povo. Um ponto de vinculação com os conhecimentos desenvolvidos *in loco* está na cultura artesanal e nas práxis existentes na América do Sul ao longo da história. De fato, para compreendermos a importância da integração do artesanato ao Ensino Médio Integrado é importante entendermos o artesanato e sua história.

De certo modo, ao utilizar o trabalho manual e materiais naturais para manufaturar um bem, ocorre a produção artesanal, em pequena escala e, por vezes, vinculada a núcleos familiares. Há vinculações claras com a cultura e a história das nações. O artesanato pode ter diversos níveis de sofisticação, mas a grande base está na sua ligação com a cultura, com as tradições, com as identidades e com a história. Os desenhos específicos de cada região, as cores e tinturas, e as distintas inspirações compõem um rico mosaico ilustrativo.

Na América do Sul não foi diferente de outras regiões do planeta. Os povos nativos da América são chamados de povos pré-colombianos (pois ocupavam o território antes da chegada de Cristóvão Colombo e de outros europeus). Na América do Sul, em diversas regiões, há comunidades indígenas, incluindo os descendentes das civilizações Astecas (Colômbia e vizinhos) e Incas (Peru), enquanto na América Central estão os Maias (México), e nos demais países há uma infinidade de grupos menos conhecidos. No Brasil são mais conhecidos os tupis-guaranis, os jês ou tapuías, os aruaques ou maiupurés e os caraíbas ou caribes. Todos esses povos indígenas, de certa forma, assemelham-se em seus ritos, produções artesanais, utilização de cores similares extraídas de pigmentos naturais e até em seus artesanatos utilitários e pinturas corporais simétricas em diálogo com as estampas de animais do seu habitat. Nesse sentido, como aponta Lody (2013) sobre as práticas do

saber e fazer:

É grande a tradição artesanal das sociedades indígenas e amplo o seu conhecimento para escolher e trançar fibras naturais. Essa área da nossa cultura material, geralmente chamada de cestaria, é composta por diferentes materiais, como esteiras, cestos, típitis, paneiros, balaio<sup>1</sup>, peneiras ou urupemas, abanos, móveis, componentes para arquitetura e meios de transporte, brinquedos e adornos corporais. Aí se integram outras tradições trazidas por africanos, europeus e orientais, legado variadíssimo acervo de objetos. (Lody, 2013, p. 27).

Nesse intercâmbio entre povos já estabelecidos na América Central e do Sul, tecnologias milenares foram estabelecidas antes como expressão artística, que ora eram ritos de passagem, ora serviam como oferendas para os deuses, assim como ocorria com os múltiplos significados de suas pinturas corporais (grafismos destinados para o casamento, guerras, luto etc.), técnicas que eram ensaiadas e praticadas diariamente, desenhos simétricos esmiuçados nas pinturas corporais, as tecelagens, os trançados, as peças de barros, cestarias, móveis etc. Conhecimentos e ensaios praticados como legado e aprendizado da formação e produção cultural de um povo.

No Brasil, o barro foi matéria-prima importante e ajudou a disseminar uma cultura ceramista de construção de utensílios e bonecos, algo que requeria habilidades e competências específicas. No Nordeste, a representação social das diversas profissões era reproduzida nessas produções. A madeira foi outra matéria-prima muito utilizada na produção artesanal indígena, na fabricação de ferramentas de trabalho, e em objetos e armas, usados nos ritos e nas guerras com outras tribos invasoras.

Em todas essas produções, inclusive nas sociedades mais avançadas da América, que incluía os Incas, Maias e Astecas, as práxis artesanais conformavam uma variedade de habilidades, conhecimentos e competências que foram utilizadas e até estimuladas pelos povos colonizadores em algumas de suas instituições, como a Igreja Católica, em alguns momentos. De todo modo, a estreita vinculação com o folclore, com a cultura, com as identidades e com as práxis, embora não tão conhecidas como deveriam ser no país, ainda são elementos existentes e preservados em algumas regiões, mesmo que escassamente. Cabe ressaltar que vários países possuem ricas contribuições e tradições artesanais, como a Bolívia, Peru, Chile, Equador, Colômbia, Venezuela, Argentina, Brasil etc.

### **1.1.2 Repertório sincrético: da colonização portuguesa à história da educação no Brasil**

---

1

<sup>1</sup>“Balaio: substantivo masculino nacional. Cesto feito a partir do trançado de variadas fibras naturais. Possui uma grande boca e pode ter alças. Utilizado para colocar e transportar frutas, peixes, milho e diferentes objetos.” (Lody, 2013, p. 78).

Com a colonização portuguesa, a disseminação de hábitos europeus e a instrumentalização da mão de obra voltada para a extração do pau-brasil, notoriamente tivemos a reformulação do contexto do trabalho aplicado à vida dos indígenas. Entre estes, quem possuía maiores habilidades de aprendizado era destinado a ensinar os demais. A educação jesuítica, primeira grande iniciativa, permitiu a expansão do conhecimento sobre o Brasil e o estabelecimento de instituições duradouras, embora, notoriamente, os interesses de exploração fossem evidentes. Segundo Piletti e Piletti:

De Salvador, aonde chegaram em 1549, os jesuítas espalharam-se rapidamente pelas várias regiões da colônia, primeiro para o sul e, em seguida, para o norte. Ao serem expulsos, em 1759, mantinham 36 missões, escolas de ler e escrever em quase todas as povoações e aldeias por onde se espalhavam suas 25 residências, além de 18 estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários, localizados nos pontos mais importantes do Brasil: Bahia, São Vicente (depois, São Paulo), Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, São Luis, Ilhéus, Recife, Paraíba, Santos, Pará, Colônia do Sacramento, Desterro (hoje, Florianópolis), Paranaguá, Porto Seguro, Alcântara e Vigia. (Piletti & Piletti, 2014, p. 70).

As questões de manutenção territorial eram cruciais para o Império Português. De todo modo, os indígenas tentavam manter suas práticas artesanais. Isto também incluía a produção de armas contra as investidas portuguesas. A principal estratégia portuguesa por um período foi a tentativa de dominação pela atuação dos jesuítas, o que trouxe resultados e permitiu a expansão territorial e o surgimento de elementos de sincretismos culturais.

O artesanato indígena precisou transformar-se para que sua sobrevivência ocorresse em permanente diálogo sincrético com os santos. Segundo Canevacci (1996), embora esse sincretismo tenha ocorrido lentamente, com um cenário de certa tolerância implícita entre as classes dominantes e subordinadas, no caso da história dos indígenas, a exemplo da africana, ocorre o mesmo processo que camufla a passagem do sincretismo religioso, a ideia do simbolismo religioso para o sincretismo cultural no Brasil. De certa forma, um cenário de tolerância cultural entre os povos que vão compor nossa história se completa, para que, no artesanato, a Contrarreforma consiga se estabelecer, no início pelos jesuítas e posteriormente pelo próprio movimento barroco, por meio da confecção de santos, altares, relicários e bancos, que eram incentivados, encomendados e patrocinados pela Igreja Católica no Brasil e em outros países como Espanha, Portugal, Itália, Argentina etc. Canevacci (1996) reconhece e identifica estes como produtos confeccionados no âmbito de um sincretismo religioso, no qual saberes e legados foram construídos na própria formação cultural brasileira.

Para ilustrar brevemente as ideias sobre tal sincretismo na identidade do povo brasileiro, basta olharmos a produção artesanal da arte santeira estabelecida nas regiões do Nordeste, mais precisamente no estado do Piauí, em Teresina, na escola de arte dos seguidores do mestre Dezinho. A arte popular tem sido realizada por muitos artistas que nunca frequentaram escolas, com sua forma de produção artística e técnicas sendo

repassadas, de geração em geração, o que fez com que muitas dessas obras fossem reconhecidas como patrimônio cultural do país.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, a política joanina na educação escolar retirou a exclusividade das ordens religiosas, entregando-a a funcionários do Estado, acompanhando uma tendência geral na história da educação nos séculos XVIII e XIX. Segundo Hilsdorf (2003, p. 34), essa política se caracterizou pela “estatização, no sentido de concentrar o controle da educação escolar dos níveis secundário e superior nas mãos do Estado, e pragmatismo no sentido de oferecer conhecimento científico utilitário, profissional, em instituições de ensino avulsas, isoladas, segundo o modelo ilustrado”. Essas diretrizes foram seguidas na formação dos quadros superiores da política e da administração da Coroa Portuguesa, agora sediada na Colônia. A seguir, no Quadro 1, temos os cursos ofertados na Colônia, conforme adaptação dos estudos de Hilsdorf (2003).

Quadro - Cursos oferecidos na Colônia

<b>Capitania</b>	<b>Área / Ano de criação</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	Marinha (1808) Militar (1810) Anatomia e Cirurgia (1810) Agricultura (1814) Química (1812) Comércio (1810)
<b>Bahia</b>	Cirurgia (1808) Agricultura (1812) Química (1817) Desenho Técnico (1818) Economia Política (1809) Economia (1817)
<b>Minas Gerais</b>	Desenho Técnico (1818) Desenho (1817) História (1817) Serralheiros, espingardeiros e oficiais de lima (1812)

Fonte: adaptado de Hilsdorf (2003).

Na visão de Manfredi (2002, p. 75), as primeiras instituições públicas instituídas foram as de ensino superior, visando qualificar para administração do Estado e Exército, e também ocorreu paralelamente a construção do sistema escolar público, onde o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices, para atuarem em fábricas e arsenais. O autor ainda complementa, dizendo que:

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado e socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. (Manfredi, 2002 p. 78).

Manfredi (2002) aponta que muitos liceus também funcionaram como escolas de difusão do ensino primário e, entre 1858 e 1886, foram criados liceus de artes e ofícios nos seguintes centros urbanos: Rio de Janeiro, o primeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Nesses locais, de modo geral, o acesso era livre, exceto para os escravos. As matérias que constituíam os cursos eram divididas em dois grupos, o de ciências aplicadas e o de artes. Durante o que viria ser o período republicano, os liceus foram mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes (Manfredi, 2002, p. 78). O autor aponta que foi nesse período de 1840 e 1856 (Manfredi, 2002, p. 76) que as primeiras casas de educandos artífices foram fundadas, por dez governos provinciais que adotaram o modelo de aprendizagem de ofícios vigentes no âmbito militar, incluindo os padrões de hierarquia e disciplina. Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária – no âmbito da leitura, da escrita, da aritmética, da álgebra elementar, da escultura, do desenho, da geometria, entre outros – e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue no final do triênio (Manfredi, 2002, p. 77).

Em outro momento da história do Brasil, Barbosa (2015), em um artigo intitulado *Ensino da arte e do design no Brasil: unidos antes do modernismo*, aponta a forma incisiva da formação das artes para uma determinada parte da elite, em contrapartida à formação de desenho industrial voltada para o trabalho. A autora, procura demonstrar a ruptura que se estabeleceu primeiramente entre o Ensino da Arte, praticado na Academia Imperial de Belas-Artes, depois da República nomeada Escola Nacional de Belas-Artes, e o Ensino do desenho, proposto pelos liberais para o que viria ser a escola primária e secundária pública. Nessa distinção, meninos e meninas ricos seguiam as cópias de modelos europeus (paisagens e retratos), enquanto na escola pública se praticava a educação para iniciação ao design, pois a preocupação política do ensino do desenho estava em preparar para o mundo do trabalho, pois se vivia em um período de um primeiro impulso industrial.

Nesse sentido, vemos o quanto a importação dos modelos europeus das artes e a educação praticada pelo trabalho no âmbito das artes do fazer pelos povos nativos se distanciaram gradativamente. Segundo Barbosa (2015), tais práticas demonstravam uma “total dependência entre a convergência erudita trazida por Portugal na cronologia da própria história da educação no Brasil”. Logo, o início do ensino da arte e do design no Brasil está marcado pela dependência cultural. Complementando, a autora diz que o primeiro produto cultural brasileiro de origem erudita foi o barroco. Trazido de Portugal, o barroco recebeu, por meio da criação popular, características que podem ser consideradas de cunho nacional. Os artistas e artesãos brasileiros, à maneira antropofágica, criaram um barroco com distinções formais em relação ao barroco europeu. O ensino da arte barroca

tinha lugar nas oficinas por meio do fazer sob a orientação do mestre. Estas oficinas eram a única educação artística popular na época (Barbosa, 2015, pp. 143-144).

Contudo, a primeira Escola de Artes no Brasil foi inaugurada em 1826, no Rio de Janeiro, sendo um casamento feliz entre as Belas-Artes e as indústrias que Le Breton pretendia repetir no Brasil, modelo se espalharia pela Europa, conforme aponta Barbosa (2015). Nas palavras desta autora, essa escola demonstrava, pelos planos de Le Breton, que a nossa escola de arte seria uma entidade que não perderia de vista o equilíbrio entre a educação popular e a educação da burguesia. Entretanto, quando aquela escola começou a funcionar, em 1826, sob o nome de Academia Imperial das Belas-Artes, não só o nome havia sido trocado, mas principalmente sua perspectiva de atuação educacional, tornando-se o lugar de convergência de uma elite cultural que se formava no país para movimentar a corte, dificultando, assim, o acesso das camadas populares à produção artística. A Academia Imperial das Belas-Artes inaugurou a ambiguidade, na qual até hoje se debate a educação brasileira – isto é, o dilema entre educação da elite e educação popular. Na área específica de educação artística, a Academia incorporou o dilema já instaurado na Europa entre arte como criação e técnica (Barbosa 2015, pp. 144-145).

Portanto, conclui-se que os processos de distanciamentos e distinção social quanto ao lugar do ensino das 'artes' e do 'artesanato' obedeceram a lógica classista da própria história educacional do país, em que o trabalho manual se distanciava e era pago ao final do triênio como aprendizado adquirido como artífice exercitando um ofício. Já o aprendizado das artes de cunho erudito era destinado aos filhos da aristocracia que estavam se formando na capital do Rio de Janeiro. Nessa busca, o ensino da história da arte no Brasil e educação profissional no Brasil foram se construindo a partir de modelos estrangeiros e adaptados para nossas necessidades. O mapeamento traçado por Barbosa (2015) aponta para alguns pontos na relação entre Arte e Educação que influenciaram a construção de currículos escolares em diferentes épocas (vide obra da autora).

Já no século XX, o crescimento populacional, o desenvolvimento de atividades econômicas de maior complexidade e a maior especialização laboral exigiram uma ampliação da educação em termos quantitativos e qualitativos, inclusive por conta das migrações e investimentos que o país vinha recebendo. A Escola Republicana partilhava ideais que não priorizavam a oferta de ensino para toda a sociedade brasileira naquela época, mas sim um projeto que atendia aos interesses voltados para a continuidade das estruturas de dominação, que se contrapunham aos dos proletariados, que também queriam e reivindicavam o interesse pela questão da escolarização na sociedade brasileira. Essa restrição ocorreu principalmente no âmbito da política cafeicultora que se estabeleceu nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

É nesse contexto de transição, após um período de expansão da educação nos anos de 1890-1891, pelo Ministério da Educação de Benjamin Constant e por Rui Barbosa no Ministério da Fazenda, que temos o começo da história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha (Decreto n. 7566/09), criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices

que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs). A iniciativa foi tida no seu início como instrumento de política voltada para as “classes desprovidas”.

Pondo em prática a política e os mecanismos para a criação das escolas técnicas, podemos afirmar que sua criação se assenta, em parte, no progresso prometido pelo regime republicano e no ensino elementar e profissional para as massas, em parte, na educação científica para as elites “condutoras do processo”. Desse modo, as Escolas Técnicas, no seu início, foram entendidas como escolas que contribuiriam para o desenvolvimento do país, expectativa frustrada, uma vez que a oferta de instalações e qualificações estava associada somente às grandes metrópoles nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, refletindo-se na própria imigração urbanizada, conforme aponta Hilsdorf (2003).

Segundo Manfredi (2002), quanto aos destinatários do ensino profissional, eles “não eram apenas os pobres e desafortunados, mas sim, aqueles que, por pertencerem aos setores populares urbanos, iriam se transformar em trabalhadores assalariados”. Sendo assim, a montagem e a organização do sistema de ensino profissional construiriam, como ressalta Manfredi (2002 como citado em Moraes, 2001, p. 178), um processo institucionalizado de qualificação e disciplinamento dos trabalhadores livres dos setores urbanos.

Cabe dizer que a localização das escolas obedeceu mais a um critério político do que econômico, pois foram instituídas nas capitais dos estados, muito embora na época poucas capitais dos estados contassem com um parque industrial desenvolvido e os estados tivessem suas atividades manufatureiras concentradas em outras cidades. Ainda assim as escolas constituíam eficientes mecanismos de presença e barganha política do governo federal nos estados, juntos às oligarquias locais (Manfredi, 2002, p. 83).

Posteriormente, já na era Vargas, a política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do Ensino Médio destinado às classes menos favorecidas (Manfredi, 2002, p. 95). Os governos militares reproduziram modelos de ilhas de excelência e expansão relativamente limitadas da educação. Embora tivessem ampliado a infraestrutura, o conjunto de políticas estava aquém das necessidades da população.

Ao longo do século XX, a luta pela educação e sua democratização foi longa e, de um modo geral, foi denunciada em manifestos, congressos, movimentos, fóruns etc., por partes da população, intelectuais e educadores, na tentativa pressionar as elites a realizarem a universalização da educação diante de quadros crônicos de analfabetismo e ausência de uma educação efetivamente popular. Entre 1960 e 1964 ocorrem diversos movimentos em prol da educação popular. Entre eles, o Movimento de Educação de Base (MEB); Movimento de Cultura Popular (MCP); Centro Popular de Cultura (CPC); e a Campanha de Educação Popular (CEPLAR). O primeiro existe até hoje e aponta para a continuidade da luta, na medida em que o analfabetismo ainda existe no Brasil em pleno

século XXI.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi fundamental para minimizar o analfabetismo, tendo várias denominações e perspectivas diferentes quanto à política educacional. Após reivindicações, o regime militar lançou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), como projeto pautado na Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967. O programa perdurou até 1985, tendo como objetivo a alfabetização funcional de jovens e adultos que abandonaram a escola, com foco no ensino da leitura, escrita e cálculo para fins profissionais, tendo sido institucionalizado por meio do Decreto n. 62.455, de 22 de março de 1968. Entretanto, na prática, o Mobral somente foi implementado a partir de 1971.

Nesse mesmo ano foi implantado o ensino supletivo, com base na LDB 5692/71, em que consta um capítulo específico para o EJA. Já a partir de 1974, o MEC aponta para a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), com foco eminentemente tecnicista. Com a redemocratização, em 1985, o Mobral foi extinto e passou a ter outra denominação: Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, EDUCAR. Este também foi extinto em 1990.

Em 1997 foi lançado o Programa Alfabetização Solidária (PAS), visando atuar na alfabetização de jovens e adultos nas regiões Norte e Nordeste do país, e posteriormente também nas regiões Centro-Oeste e Sudeste e países da África de língua portuguesa, tendo objetivos específicos. Em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa apresentava como proposta basilar a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Um problema fundamental na educação brasileira é justamente a questão da inclusão de Jovens e Adultos, questão está que se relaciona com o analfabetismo no Brasil. Entre outras ações, uma das iniciativas foi a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), que foi reorganizada em 2007 por meio do Decreto n. 6.093, de 24 de abril, ampliando os prazos de atuação.

Já o Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005, que institui o chamado de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o Proeja, surgiu após uma decisão governamental sobre a necessidade de atender à demanda de Jovens e Adultos por meio da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Como vimos em termos de índices, os programas e ações governamentais trouxeram resultados, mas muito aquém da real demanda do mundo contemporâneo, na medida que não basta apenas combater o analfabetismo, mas buscar o desenvolvimento de uma ampla gama de possibilidades formativas, competências e saberes, não somente com vistas a atender alguns poucos segmentos profissionais, mas no sentido do desenvolvimento da autonomia cidadã perante o mundo.

### **1.1.3 Histórico das práticas educativas no Brasil e sua representação no ensino das atividades artesanais**

No sentido de compreender o artesanato como um importante legado cultural e suas

aprendizagens no ensino das atividades manuais, podemos constatar certo distanciamento da cultura popular e das “artes do fazer” como práticas educativas dentro dos saberes eruditos, aspecto recorrente nos modelos da história da educação no Brasil.

Não se trata, entretanto, de minimizar o sentido da educação, mas de pontuar que, de um modo geral, o saber clássico bacharelesco e o universo estritamente academicista e a tecnologia como ideologia, de certa forma, distanciaram-nos gradativamente de algumas das práticas do saber fazer, dos legados e das aprendizagens práticas, dos fenômenos em sua completude, em um sentido de preservação de práxis e identidades, incluindo as de cunho artesanal, pensando no caso do Brasil.

Contudo, se pensarmos na totalidade da experiência educativa, seja na prática, no ensinamento, no contexto dado no tempo e no espaço, contrariando o universo das representações, da busca por inovações tecnológicas, das qualificações para atender o mercado, podemos relacionar infinitos saberes na construção da cultura e na formação do povo brasileiro, seja de uma rede que brota das mãos de um pescador, por exemplo, havendo observações que abrangem desde a técnica ancestral do trançado à funcionalidade que carrega a dimensão identitária nas práticas dos inúmeros pescadores que sobrevivem do mar. Além das mulheres dos pescadores, as mulheres rendilheiras, que cantam e tecem com bilros por meio dos distintos “piques cor de açafraão”, com desenhos criados e repassados por diversas gerações e que atravessaram o mar e permanecem até hoje nas regiões litorâneas do Nordeste e Sul do Brasil, e que constituem exemplos desses conhecimentos.

Assim, em relação a tais conhecimentos para o exercício das práticas educativas voltadas para uma experiência concreta em profissionalizar para o artesanato, tema central do presente projeto, recorreremos, como inspiração, ao que nos diz Freire (2017) sobre sua busca por transformar a educação brasileira como uma prática emancipatória, onde os saberes populares e a imersão na totalidade de sua obra estiveram sempre alinhados às práxis transformadoras, principalmente quando à temática era a formação docente e a alfabetização de jovens e adultos. Em suas palavras, na obra *Pedagogia da Autonomia*, sobre os saberes necessários à prática docente, temos como reflexão o percurso de diversas exigências sobre o que permeia o ato de ensinar, entretanto, o autor refere-se principalmente à experiência que se produz nesta relação dos sujeitos, à própria experiência para a produção do conhecimento. Seja nos exemplos práticos citados pelo educador ao mencionar o ato de velejar, outrora nas suas palavras, seja sobre

[...] o ato de cozinhar, por exemplo, supõe alguns saberes concernentes ao uso do fogão, como acendê-lo, como equilibrar para mais para menos, a chama, como lidar com certos riscos, mesmo remotos, de incêndio, como harmonizar os diferentes temperos numa síntese gostosa e atraente. A prática de cozinhar vai preparando o novato ratificando algum daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire um cozinheiro. (Freire, 2017, pp. 23-24).

Ainda na visão do educador, são saberes demandados não apenas pela

“transferência de conhecimento”, mas também pelo ato de ensinar e despertar possibilidades por meio das diferentes práticas educativas, em que a produção do conhecimento é construída em conjunto, nessa relação dialógica. Em suas palavras, “não há docência, sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam não se reduzem à condição de objeto, um do outro, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 2017, p. 25), em que a experiência do mundo é refletida na prática docente em uma simbiose entre reflexão e prática, onde um não é objeto do outro na relação aluno e professor, mas ambos são sujeito do conhecimento, no que se observa práxis no sentido da produção do conhecimento. O próprio educador se refere ao conceito da (do)discência, um neologismo que reflete a postura do educador, que é de um eterno aprendiz.

Ainda sobre refletir acerca da educação vista como uma prática emancipatória, faz-se essencial recorrermos ao sentido da experiência e percepção dos processos educativos no Brasil, principalmente onde chegamos como política educacional pública, quais avanços tivemos na última década, com os governos que priorizaram o acesso à educação como um direito de todos os cidadãos que aqui vivem, possibilitando diminuir as distâncias entre as classes sociais, na tentativa inclusive de romper com o discurso esmagador da reprodução simbólica do mundo científico, isto é, “saber clássico” estar acima do “saber popular” e não transposto.

A história da educação profissional no Brasil é extensa e, como uma estrutura orgânica, moldou-se à diversos currículos, trocas de governos, leis e diretrizes, cursos existentes ou novos, abarcados nos diversos eixos contemplados pelo catálogo dos cursos técnicos e tecnológicos pelo Ministério da Educação (MEC). As escolas técnicas foram transformadas em institutos e atualmente ofertam cursos integrados, subsequentes, concomitantes, técnicos, tecnológicos, superiores, de formação inicial e continuada (FIC), ou ainda, como no caso do Proeja, cria cursos voltados para incluir cidadãos que estiveram fora dos ditos percursos escolares normais, ou até mesmo fora dos espaços escolares, por cerca de cinquenta anos. Nessa transformação, os níveis e modalidades se ampliaram, logo, deduz-se que as práticas educativas voltadas para a formação profissional dos educandos tornaram-se um dos desafios acerca do papel do educador da rede federal de educação profissional e tecnológica, que atualmente precisa atender e compreender diversos tipos de currículos, modalidades, níveis de ensino, públicos distintos, e variados cursos que surgem, muitas vezes, como proposta educacional emancipatória.

Contudo, reencontrar a história da educação no ensino das artes é pertinente nesta parte deste Trabalho de Projeto, pois nos traz reflexões que de alguma forma podem nos situar quanto à compreensão do saber cultural (informal) no processo da transposição do saber academicista (formal), ou vice-versa, ainda no sentido de se educar para que novos cursos se tornem propostas inovadoras, integradoras e emancipatórias. Num mesmo sentido, e que alguns autores sinalizam como caminho, na busca por uma sociedade que necessita se ‘descolonizar’.

Ao que tudo indica, houve corporações de artesãos, artistas ou oficinas de artífices,

que contribuíram para que o ensino 'artístico', especialmente nas áreas das pinturas, esculturas, construção, artefatos fabris e arquitetura, fossem de certa forma ensinados. Entretanto, o vínculo religioso também se mesclava aos ritos que aqui existiam, possibilitando uma produção artística que, de alguma forma, estivesse sendo praticada, tendo em vista que havia muita necessidade de mão de obra auxiliar para a construção e propagação do cristianismo, vinculada na época ao estilo das artes barrocas, para possibilitar a construção de igrejas, casas, roupas, artefatos, relicários etc.

Para Oliveira (1997), a tecnologia não se refere somente a equipamentos automatizados, computadores e produtos, mas também aos processos. Além disso:

[...] as tecnologias são produtos da ação humana, historicamente construídos, expressando relações sociais das quais dependem, mas que também são influenciadas por eles. Assim, os produtos e processos tecnológicos são artefatos sociais e culturais, que carregam consigo relações de poder, intenções e interesses diversos. (Oliveira, 1997, p. 19).

Essa sociedade que se formava, ou ainda sendo a arte sempre mutável, junto com a história da própria educação brasileira em busca de progresso e inovações tecnológicas, leva-nos a pensar o que nos distanciou [educadores] do nosso próprio povo, dos nossos ritos, da nossa rica flora e fauna, dos nossos ritos e oferendas, da nossa nudez, da educação como sentido do saber "conhecimento na sua integralidade?". Será que o saber permitido durante a história foi um saber menor do que a descoberta feita pelos indígenas, quando se utilizaram de plantas medicinais para curas, ou ainda na utilização do urucum ou do jenipapo para elaboração de grafismos como código social. Pensando na educação dada como a experiência, a cultura como compreensão das práxis humanas é vital, sendo a forma pela qual o homem se integra e produz na sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens.

## 1.2 Conclusão do capítulo

Houve uma perda relativa dos saberes artesanais, que ocorreu em favor de visões e práticas de cunho mais tecnicista e produtivista na sociedade e no mundo do trabalho, de modo a influenciar as percepções sociais e questões políticas no sentido de apontar o Artesanato como algo de menor valia no âmbito social e no mundo acadêmico, com docentes e pesquisadores formados ou influenciados por vezes pelo elitismo.

A luta por uma educação popular e democrática se fez presente ao longo da história da educação brasileira no século XX. Isto se deu para além do combate ao analfabetismo no âmbito das políticas educacionais oficiais, para a ampliação do leque de modalidades e para a oferta de vagas que pudessem abarcar estudantes fora dos ciclos comuns de alfabetização, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), constituindo um passo

importante, embora aquém do necessário para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De todo modo, as possibilidades de inclusão social que valorize as artes em geral e o artesanato, tanto como política educacional, quanto como estratégia pedagógica que permita fomentar a integração real de conhecimentos para além dos currículos prescritos, e mais do que isso, a consciência identitária, problematizadora e transformadora da realidade social, são passos importantes na busca de uma sociedade mais justa.

## 2 A CRIAÇÃO E A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

A Lei n. 11.892/2008 e o Decreto n. 7.022/ 2009 resultaram na criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, incluindo ações voltadas para EJA. Em 2014, no âmbito do Plano Nacional da Educação, pelo menos 25% da oferta da matrícula de EJA estava integrada à Educação Profissional e Tecnológica, com base na Lei n. 13.005/2014. Por meio do Decreto n. 5.840/2006, ocorreu uma ação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo sido ampliada a abrangência e os elementos pedagógicos adotados, sendo então denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

A Lei n. 11.892/2008 estabeleceu, em linhas gerais, que as escolas técnicas e agrícolas no Brasil deveriam ser transformadas em Institutos Federais equiparados às Universidades. Entretanto, a existência da educação profissional já acumulava experiências e formações que atravessaram um século de história, sendo vista no início como um importante instrumento de política social. Em 29 de dezembro de 2008, 31 Cefets, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), sete Escolas Técnicas Federais (ETF) e oito escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal, desde 1909, presta um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. Segundo o MEC, de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento.

Atualmente, são 38 Institutos Federais presentes em todos os estados, oferecendo cursos de qualificação, Ensino Médio Integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets; 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

No Distrito Federal, conforme análise documental do PPC em Artesanato (IFB, 2013), a primeira escola a ser transformada em Instituto Federal de Educação foi a escola agrícola de Planaltina. Em 2008 foram criados quatro novos *campi* com nomes respectivos às regiões administrativas de Taguatinga, Samambaia, Gama e Brasília. Suas áreas e eixos tecnológicos foram constituídas a partir de audiências públicas. Atualmente temos mais cinco escolas, sendo Recanto das Emas, São Sebastião, Estrutural, Ceilândia e Riacho Fundo. Totalizando hoje dez *campi* com diversas modalidades de ensino e áreas distintas. De certa forma, o Instituto Federal de Brasília começa em 2008, e nesse período, com a

construção dos *campi* ocorre a intensificação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC's). Desde então ocorre um grande esforço em ampliar projetos de extensão, planos pedagógicos de curso e modalidades de ensino, com a finalidade de promover a verticalização até o ensino superior.

A expansão dos Institutos atua tanto no espaço físico quanto na expansão das políticas sociais no país. Sobre isso é possível dizer que os efeitos dessas políticas são sentidos em locais diversos nos estados brasileiros, bem como no Distrito Federal. Gradativamente, tal política ocupa espaços e torna-se uma ação voltada para o desenvolvimento local em áreas comunitárias precárias em termos de moradias, transportes, escolas etc., trazendo distintas ofertas de modalidades e geração de empregos. Esses institutos abarcam modalidades no nível básico, técnico e tecnológico na oferta de cursos de formação continuada, subsequentes, concomitantes, graduações, tecnológicos e mestrados.

Contudo, os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia são vistos como um grande marco ousado e de vanguarda com efeito potencializador em formar pessoas capazes de empreender seus próprios negócios, ou ainda com o propósito de erradicar o analfabetismo e promover a geração de empregos voltados para o desenvolvimento local em distintos segmentos e áreas. Estas características de vanguarda se referem à amplitude de atuação formativa, geográfica, pedagógica etc. Porém, na sua historicidade, a educação profissionalizante foi instrumento de opressão operado por vários governos, proporcionando currículos formativos engessados e que priorizavam a formação profissional para atender os segmentos e os proprietários do capital, já que seus alunos e suas capacidades se limitavam a executar somente funções relacionadas de forma mecânica e tecnicista, para atender uma mão de obra qualificada, replicando o conceito do trabalho alienado. Entretanto, com a ideia da integração da educação ao mundo do trabalho, muitas transformações têm ocorrido nas práticas educativas e curriculares acerca da própria compreensão de como se produz o conhecimento, haja vista múltiplas profissões e currículos integradores que atendem uma formação politécnica e trazem para o centro da discussão o próprio mundo do trabalho como princípio educativo e interdisciplinar das potencialidades e sentidos humanos.

Para a autora Ciavatta (2005), em seu texto *A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade*, o foco da discussão está em refletir-se acerca do que se espera com a Educação Profissional Tecnológica e, além disso, com a formação integrada ou do Ensino Médio Integrado ao ensino técnico e com a educação profissional em todos os campos onde se compreende uma certa preparação para se qualificar para o trabalho. Nas palavras da autora, a educação geral deve se tornar parte inseparável da educação profissional em todos os campos, seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Complementando, o universo e a oportunidade gerada pela educação profissional não podem ter como finalidade somente profissionalizar, pois deve ser superada a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao

trabalho produtivo, formando trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Ciavatta, 2005, p. 17).

A seguir, veremos como a Educação Profissional no Brasil abarcou a formação profissional no Proeja em Artesanato.

## **2.1 Histórico da criação dos cursos vinculados ao eixo Produção Cultural e Design: o caso do artesanato**

Em 2008 o MEC lançou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que foi instituído por meio da Portaria MEC n. 870, de 16 de julho de 2008, a fim de regular e orientar instituições de ensino e estudantes sobre as opções de cursos técnicos de nível médio que poderiam ser ofertados em todo o país. O documento foi elaborado de forma objetiva, com a finalidade de facilitar a consulta dos docentes, estudantes, profissionais da educação e comunidade, diante da quantidade de cursos e eixos tecnológicos ofertados. Todos os cursos estão dispostos em formato e linguagem simples e, para cada perfil de formação, o catálogo apresenta a descrição do curso, carga horária mínima, atividades do perfil profissional, atuação profissional sintonizada com o mundo do trabalho e estrutura mínima recomendada.

No caso específico do curso Proeja em Artesanato, alocado no Eixo de Produção Cultural e Design, sua carga horária mínima técnica é de 800 horas. No entanto, para integrar a matriz vigente do Ensino Médio, conforme o Decreto n. 5.840/06, será preciso cumprir uma carga horária muito maior. Conforme seu Art 1º:

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do Proeja deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

- I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;
- II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e
- III - a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos.

Portanto, para a habilitação profissional técnica temos 800 horas para a qualificação do técnico em artesanato que, integrado ao Ensino Médio, transforma-se minimamente em 2400 horas, equivalente a um período de três a quatro anos de Proeja em Artesanato.

Entre os primeiros Institutos Federais a ofertar o curso estão o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), campus Maceió, desde 2008, e o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), no campus Centro Histórico, desde 2010. Posteriormente, temos o Instituto Federal de Brasília, no campus XYZ, a partir de 2015; o Instituto Federal de Goiás, campus Goiás Velho, desde 2014, e a mais recente experiência no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Belford Roxo, em 2018. Todos os cursos pesquisados possuem em média duração de três a quatro anos e distinguem-se na oferta das vagas, podendo atender de 15 a 36 alunos, semestralmente ou anualmente.

O conceito usado para definir, em geral, o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA), que se aplica aos contextos históricos brasileiros e latino-americanos, foi formulado pela UNESCO na V Conferência Internacional de Educação de Adultos de Hamburgo (realizada na Alemanha em 1997), que, em seu Art 3º, mencionado na obra de Paiva, Machado e Ireland (2007), aponta a Educação para Todos com a finalidade de retratar a memória contemporânea da Educação de Jovens e Adultos (EJA), acerca de documentos, declarações e relatórios produzidos no contexto brasileiro e internacional nos últimos sete anos. A obra foi produzida pela Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), órgão no âmbito do Ministério da Educação em parceria com a UNESCO em 2004. Sobre isso, temos como definição dos processos de aprendizagem para jovens e adultos:

A Educação de adultos engloba todos os processos de aprendizagem, formais ou informais, pelos quais as pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas ou profissionais ou as redirecionam para satisfazer suas necessidades e as da sociedade. A aprendizagem dos adultos inclui a educação formal e todo espectro de aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, em que são reconhecidos os conhecimentos teóricos e práticos. (Paiva, Machado, & Ireland, 2007, p. 38).

Nessa perspectiva, a inclusão de jovens e adultos é uma tarefa que transcende a fronteira da criação de programas com a finalidade de melhorar as estatísticas nacionais sobre o tema. A própria integração do Ensino Médio para atender o Proeja, traz no documento base elaborado pelo MEC/Setec (Brasil, 2007, p. 41) que com a integração curricular o que se pretende “[...] é uma integração epistemológica de conteúdos de metodologias e de práticas educativas”. Nesse sentido há a própria busca pela confluência entre as múltiplas formas de trabalho, técnica, ciência, cultura, humanismo, como exercício efetivo para cidadania.

Nesse percurso, desde a própria criação dos cursos, deve haver a compreensão dos contextos geográficos, históricos, dos fluxos migratórios e da cultura em movimento que poderiam, de muitas formas, produzir linguagens de aprendizado muito mais interessantes, de modo que sugerissem currículos flexíveis de aprendizado, e que partissem do interesse e das necessidades das pessoas no âmbito de uma proposta de sociedade mais igualitária e com formação crítica e cidadã.

## **2.2 O Ensino Médio Integrado para a escolarização de jovens e adultos**

A trajetória e as transformações do Ensino Médio técnico no Brasil, de certa forma, estão sempre atreladas aos interesses de uma formação intermediária que vise o ato de qualificar, seja na verticalização para o alcance do ensino superior, seja para profissionalizar para o setor produtivo, mais precisamente o mercado de trabalho. Sobre isso, podemos concordar com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010) acerca do que seria a integração da

educação profissional sobre as transformações no mundo do trabalho, pois as autoras explicam, na obra *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*, as concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio, que através de um

[...] ideário social que mantinham em termos estruturais os distanciamentos entre as classes sociais, primeiramente, o ensino secundário não possibilitava a certificação para o ensino superior, posteriormente começou a ser validado para a entrada de alunos nos cursos superiores, entretanto em decorrência da própria carga horária profissionalizante, os conteúdos propedêuticos ficavam defasados, dificultando o aluno conseguir acesso às universidades públicas, fazendo com que os filhos das classes trabalhadoras estivessem sempre predestinados a ser massa trabalhadora, e não acadêmica. (Frigotto *et al.*, 2010, p. 34).

Ainda na visão de Frigotto *et al.* (2010), cabe a compreensão do que se entende por “mudanças no mundo do trabalho”. Acontece que anteriormente os currículos procuravam não integrar, pois os estudantes que acessavam o Ensino Médio técnico ficavam privados de um currículo propedêutico, isto é, eram qualificados para atender determinadas especializações produtivas. Nessas, e suas possíveis transformações entre a dualismo da equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos, cuja visão crítica da autora nos mostra que o ensino técnico balizava quem estava predestinado a ter acesso às universidades, pois o aluno do Ensino Médio técnico era privado de usufruir um currículo integral.

O Ensino Médio Integrado técnico sinaliza de alguma forma uma nova maneira de escolarizar, segundo Frigotto *et al.* (2010), e quando aliado à compreensão do ideário da politécnica nos traz um sentido de repensar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Logo, é o trabalho visto como princípio educativo, nas suas dimensões simbólicas e identitárias que alcançam o saber como produzido pelo conhecimento, não isolado e repetitivo, mas na aceitação dos desafios e nas alternativas para que seja permitida a integração. Alguns fatores são relevantes para que se pense o exercício da integração, sendo eles: formação docente, o modelo do currículo, a carga horária aplicada, o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção etc., tudo menos o “o mero adestramento em técnicas produtivas” (Frigotto *et al.*, 2010, p. 35).

Cabe, e fica claro que existe um conflito que perpassa a própria historicidade da cultura e da educação, teoria e práxis, em que seja possível desenhar, por meio de determinados currículos, a própria construção do conhecimento da cultura popular, acadêmica, erudita ou massificada. E nesse aspecto repensamos: Qual será o papel do artesanato como legado cultural na formação e produção do conhecimento na relação educando e aluno para atender o Ensino Médio Integrado? O artesanato é um trabalho autônomo que também pode se assumir como um trabalho cooperativo, ou até mesmo de alta complexidade e valor, quando pensamos em produtos de Alta Costura, entretanto, a formação do técnico em artesanato não está para atender uma indústria, um segmento que propicia produtos em série. Logo, é na escola que ele também assume um lugar como memória.

Para complementar Frigotto *et al.* (2010), se o saber tem uma autonomia relativa face ao processo de trabalho do qual se origina, o papel do Ensino Médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho. Isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Desse modo, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não se deveria, então, propor que o Ensino Médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos (Frigotto *et al.*, 2010, p. 35).

Compreende-se o currículo de um curso, de um projeto integrado desenvolvido para o Ensino Médio, cujo núcleo norteador seja a integração da própria cultura em seus diversos *modus operandi*, como produção do conhecimento identitário. Nas palavras de Silva (2003), “o currículo é lugar, espaço, território. [...] é relação de poder. [...] é trajetória, viagem, percurso [...] é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae. No currículo se forja nossa identidade [...] é texto, discurso, documento de identidade”. Ainda nesse sentido, e para que se efetive quando falamos sobre a importância para integrar e formar para o artesanato, ou outras qualificações que de alguma forma também excluem a formação profissional global e mercadológica apenas; nas palavras de Frigotto *et al.* (2010), no Brasil o dualismo se enraíza em toda a sociedade através de séculos de escravidão e discriminação do trabalho manual.

Para alguns, os cursos Proeja continuam sendo uma experiência recente; para outros, muito tardia. Se olharmos historicamente o processo de erradicação do analfabetismo no Brasil, veremos que mesmo quando inseridos nas escolas técnicas, de alguma forma os programas voltados para jovens e adultos não pertenciam às metas institucionalizadas, pois sua intencionalidade também era contemplar uma formação com foco na qualificação para o mercado de trabalho. Nesse sentido, sobre as políticas educacionais como instrumentos para a transformação social, no cumprimento de tais políticas, concordamos com as palavras de Araújo (2012, p. 149):

Pode-se aferir que a forma pela qual é construída determinada política educacional pode ser vista como um importante instrumento para assegurar ou não a sua efetividade social. Na perspectiva neotecnicista, predomina o olhar do especialista, dos grupos técnicos e dos consultores, por outro lado, secundariza-se a participação coletiva no processo de construção dos projetos e as políticas educacionais.

Sobre a implementação ou não de tais políticas governamentais, citamos as palavras de Costa e Machado (2017, p. 43):

O Estado brasileiro cultiva uma estrutura em que os espaços formais de gestão de políticas públicas são vinculados a uma elite, consolidando assim, uma cultura do clientelismo, da privatização e do ufanismo patrimonial. Nessa perspectiva, a sociedade civil brasileira tem um desafio, nesse atual contexto, que é demarcar campo de forma organizada com o governo, exigindo participação paritária não só na quantidade, mas também na qualidade, objetivando assegurar de fato a concretização de políticas públicas para toda a população deste país.

Desse modo, segundo Araújo (2012) e Costa e Machado (2017), é possível deduzir que as políticas públicas educacionais são pensadas como marco nas decisões de alguns governos e não para o atendimento de uma necessidade pública, política e coletiva de fato. E, nesse sentido, é o Estado que demarca se ele proporcionará igualdade social, pois ele regula como será a oferta e a inclusão dos programas para a sociedade brasileira.

Portanto, concordando com as palavras dos autores sobre a condição tardia dos programas para jovens e adultos e da necessidade de independência cultural, de acordo com Costa e Machado (2017, 54):

A questão que envolve o acesso, ou não, de jovens e adultos à escolarização não é uma temática que se inaugura com a chegada do século XXI, nem no Brasil, nem no mundo. Há três séculos, pelo menos, a humanidade depara-se com a necessidade de maior acesso ao conhecimento sistematizado pela escola por parte da população jovem e adulta, em especial a chamada população economicamente ativa (PEA), já que é a partir do fortalecimento do Estado liberal e do sistema capitalista que se vê a instituição escolar com uma forte aliada na preparação de mão de obra.

Percebe-se a necessidade de rever o papel do Estado no processo de construção das políticas educacionais, tendo esse um papel de mediador e articulador democrático de políticas que de fato transformem a realidade. Contudo, é necessário realizar reflexões críticas sobre o passado da educação produtivista e tecnicista que domina a educação profissionalizante para podermos mudar o futuro.

### **2.3 O artesanato como currículo integrado**

Toda a ação que traz como referência a historicidade do artesanato no Brasil abre discussões acerca da história do trabalho e da educação no país, assim como os sentidos da própria inserção de poucos no mundo da educação meritocrática e engessada que se instalou no transcorrer dos séculos XIX e XX, em nome do progresso industrial de um país dito propositalmente arcaico, acerca do que era 'científico' ou 'artesanal'. Nesse sentido, sempre coube uma discussão sobre o que seria o "homem civilizado" no Brasil, e como as classes dominantes, os banqueiros, os cafeicultores, os senhores da cana-de-açúcar e os grandes mineradores das Minas Gerais poderiam submeter de forma educativa ou servil inúmeras tribos indígenas e grupos africanos em prol do trabalho lucrativo e em nome da ordem e do progresso do Estado brasileiro.

Uma cultura impregnada inclusive em negar a própria língua portuguesa construída 'sincreticamente' com elementos dos tupis-guaranis e afrodescendentes, pois os modismos no início do século XX sugeriam às classes elitizadas pronunciar em público diálogos no idioma francês nas calçadas de Copacabana, Rio de Janeiro, e de alguma forma essa distinção era vista também nos hábitos de vestir, no modo de se deslocar, nos hábitos alimentares, tanto anteriormente como posteriormente à República. Seja no ciclo do ouro, no

da cana-de-açúcar, na República do café-com-leite, no progresso industrial ou na construção civil - tudo indicava que o homem estaria em busca da sua civilização sempre percorrendo caminhos da história do mundo ocidental, um tanto bíblica, um tanto como legado, um tanto servil, um tanto escravizado, havendo nesse enorme aprendizado de alguém que nunca poderia ser o ator principal de sua própria história e cultura.

Nas palavras de Lody (2013, p. 10), “a transmissão da técnica, do ‘ofício’, do trabalho artesanal, compreende rituais que passam pela família, pelas relações sociais, pelas habilidades pessoais, pela vocação, pelo mercado, pelo consumo”. As manifestações culturais se transformam em patrimônio para que processos civilizatórios ocorram também como pertencimento a uma nação e, no caso do Brasil, este está constituído de seus diversos ritos, amuletos, instrumentos, deuses, oferendas, trajes, calçados e culinárias que persistem e não de perdurar na sobrevivência das matrizes que compõem esse sincretismo luso, afro e indígena.

Isso nos faz refletir sobre o alcance de uma integração curricular possível e no papel da docência em um curso tão prematuro e específico. Qualificar o técnico em artesanato desde a constatação da exclusão de seu povo, de maioria afrodescendente de escravos; sabendo da predisposição do Estado em uniformizar as escolas, das restrições aos espaços construídos e delimitados por currículos, de infraestruturas inacabadas e por infinitos modelos retrógrados e inspirados nos direcionamentos da Revolução Industrial, nos cleros pós-Revolução Francesa, nas escolas norte-americanas; e que continuam não dialogando com a realidade da população no âmbito das ideias fora do lugar, remete-nos a novas reflexões.

O próprio programa que estamos estudando e a construção de um de seus eixos tecnológicos, designado como eixo da Produção Cultural e Design, previsto no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio do MEC, trouxe-nos a possibilidade de criação de uma ampla oferta plural e voltada para o mundo do trabalho, mas não como valia exclusiva para o mercado dos nossos alunos. Com seu surgimento, em 2004, por meio do Decreto n. 5.154, áreas e formações plurais (diversidade) ligadas à arte, audiovisual, música, começavam a ser construídas, buscando dentro do espaço público tal interatividade, como uma teia manual e lenta, mas ágil como um formigueiro, no qual se assume o pertencimento de tais sobrevivências despertando dos atrasos gerados por governos anteriores que se ocupavam de modernizar e formar para a indústria e para os aparatos públicos, até certos limites, mas alijando experiências genuínas de ensino e cultura.

No processo simultâneo de construção do Proeja em Artesanato, temos a concepção do que também estava sendo realizado no Brasil em 2015, com projetos ligados ao artesanato e que dialogavam com uma educação mais plural e libertadora no âmbito da formalização do profissional artesanato, uma formação das práticas do fazer. O legado cultural que um determinado povo alcança com extensa diversidade cultural começa a ter reconhecimento institucional com a criação da Lei do Artesanato.

O trabalho artesanal nem sempre foi reconhecido como de grande valia pela

população e, no âmbito da ideologia do desenvolvimentismo vinculado à industrialização, foi deixado de lado. Ainda assim, diversas feiras, polos turísticos e núcleos de produção artesanal se constituíram, ao longo do tempo, em expressivas fontes de recursos e trabalho para boa parte da população. O reconhecimento institucional, todavia, é mais recente. Uma iniciativa foi o Decreto n. 1.508, de 31 de março de 1995. No documento é apontada a necessidade de desenvolver atividades que visem valorizar o artesanato brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal, passando a subordinar-se ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Outra lei importante em relação às ações que atuem a favor do desenvolvimento local, do reconhecimento cultural, da formalização de trabalhadores das áreas que envolvem as artes do fazer e do artesanato foi a Lei n. 13.180 (ver Anexo A), publicada em 22 de outubro de 2015, e aprovada pela presidenta Dilma Rousseff. É descrito nesta lei que o profissional artesão “é toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada”.

De certa forma, a lei, mesmo que tardia, incentivou e formalizou parte expressiva dos trabalhadores artesãos e, mais do que isso, projetos ligados ao universo artesanal começaram a ser alinhavados para sua promoção institucionalizada, pois, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 8,5 milhões de brasileiros que no ano de 2015 viviam e representavam este segmento em nível nacional.

Ainda sobre a lei indicada, ao estabelecer-se um limite para o uso de ferramentas e outros equipamentos, exclui-se as máquinas de produção em larga escala, considerando que seu uso descaracterizaria o produto, não assegurando os direitos exclusivos de quem se dedica, cria e fabrica com as próprias mãos as artes do fazer os produtos artesanais.

Até aqui temos observado que a erradicação do analfabetismo, por meio da inclusão e pluralidade da formação cultural brasileira, tem trazido em suas políticas educacionais programas que tentam dialogar e transformar a realidade de jovens e adultos numa perspectiva indagadora quanto à sua construção social excluída historicamente. De certa forma, isso já demonstra sinais do que Freire (2017) chamou de ‘conscientização’, pois no transcorrer deste capítulo demos ênfase às cronologias, atos documentais e leis que abarcam a preocupação com as políticas educacionais para com os “jovens e adultos” no Brasil.

Entretanto, fizeram parte desta explanação os projetos que estão em andamento e as iniciativas desafiadoras para o país, quando tratamos das políticas públicas na educação integrada técnica profissional de jovens e adultos, seja por meio da transformação das escolas técnicas federais em institutos, ou do seu projeto de expansão em regiões periféricas nas capitais e interiores do Brasil, em que as diversas modalidades de ensino e sua verticalização para se chegar ao ensino superior não eram contempladas. Ainda, reforçamos, por meio de decretos, tabelas e cronologias, que ocorreram regulamentações e aprovações de cursos diversificados e novos, como proposta da educação técnica profissional, cursos que foram sendo consolidados e norteados por meio da criação dos

catálogos dos cursos técnicos e superiores que possibilitaram a inclusão de eixos tecnológicos como o de “produção cultural e design”.

Assim como, de fato, a Lei do Artesanato trouxe reconhecimento da importância das atividades para o país e para os profissionais que atuam nesta área. Ao mesmo tempo, a referida lei colocou luz sobre a importância da educação de jovens e adultos que trabalhavam na informalidade para o setor do artesanato, e, dessa forma, um olhar sobre o que era necessário para formar e qualificar o técnico em artesanato, integrando o Ensino Médio ao módulo de formação profissionalizante e cidadã, inclusive institucionalizando a lei que estabelece programas de formação do artesão, divulgação nacional e internacional do artesanato e a criação de uma Escola Técnica de Artesanato.

## **2.4 Conclusão do capítulo**

Fizeram parte desta explanação os projetos que estão em andamento e as iniciativas desafiadoras para o país, quando tratamos das políticas públicas na educação integrada técnica profissional de jovens e adultos, seja por meio da transformação das escolas técnicas federais em institutos, seja por meio do seu projeto de expansão em regiões periféricas nas capitais e interiores do Brasil.

Não obstante a isso, a aprovação da Lei do Artesanato e a ampliação de políticas públicas voltadas para esta categoria, bem como para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), são sinalizações de reconhecimento do artesanato enquanto prática social, política, econômica e cultural.

Entendemos que a aprendizagem, reconhecida a partir dos saberes e conhecimentos teóricos e práticos, formais e informais, abarcados numa sociedade multicultural, torna possível a própria inclusão e a permanência de jovens e adultos nas escolas, em programas como o Proeja, e reforça o sentido do Estado ampliado com o incentivo da própria criação da Lei do Artesanato.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Pesquisa, metodologia e análise das práticas educativas e integração curricular em uma Instituição Federal de Educação

Nos capítulos anteriores foram apresentadas algumas ideias sobre a história da educação artesanal e artes do fazer, bem como a própria descrição da educação profissional no Brasil e da rede federal fundamentada em bibliografia especializada. Neste terceiro capítulo, apresentamos os procedimentos de pesquisa e a metodologia. A análise documental aparece na parte inicial deste capítulo e posteriormente temos a análise das entrevistas semiestruturadas no âmbito das percepções docentes e a estruturação de temas geradores basilares para o projeto apresentado no capítulo 4.

#### 3.2 Criação e o Projeto Pedagógico do Curso Proeja em Artesanato

O Instituto Federal de Educação abarcou a antiga Escola Técnica de Planaltina e foi ampliado para vários *campi* e regiões, com objetivos vinculados ao perfil local e arranjos produtivos, bem como seguindo, de um modo geral, o processo de consulta às comunidades com base nos arranjos produtivos locais. A referida instituição foi criada em 2008, por meio da Lei n. 11.892, e começou seu prévio funcionamento em 2010, com sede provisória no centro de Taguatinga, passando a ter a sua sede fixa em agosto de 2011, onde oferece cursos nas áreas de Vestuário, Eletromecânica, Informática e Licenciatura em Física. Sua vocação se deu por meio de consultas à sociedade e tendo como base dados socioeconômicos da região de Taguatinga e Ceilândia no Distrito Federal.

As modalidades de ensino que o campus exerce são: Curso Técnico Integrado em Eletromecânica, destinado a estudantes que concluíram o Ensino Fundamental; Cursos Subsequentes, destinados a estudantes que concluíram o Ensino Médio na área de Manutenção e Suporte em Informática, Eletromecânica e Vestuário; Proeja em Técnico em Artesanato, destinado à jovens e adultos com o Ensino Fundamental; Graduação Bacharelado em Ciências da Computação, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Física, CST (Curso Superior em Tecnologia) em Automação Industrial e CST em Design de Moda; além de cursos de Formação Inicial e Continuada na área de Libras. O campus conta com uma biblioteca das áreas mencionadas, ginásio de esportes, anfiteatro, auditório e um quadro de professores especialistas, mestres e doutores. A unidade possui também laboratórios de informática, mecânica, usinagem, solda, modelagem, corte e costura, pesquisa de moda etc.

Entre as unidades, há o campus XYZ, que tem como objetivo atender aos diversos níveis e modalidades de educação profissional, possibilitando o desenvolvimento integral do discente, de forma ágil e eficaz, por difusão de conhecimento científico e tecnológico e de suporte aos arranjos produtivos locais, conforme aponta o documento Projeto de Plano Pedagógico do Curso de 2013, doravante chamado PPC (IFB, 2013). No campus XYZ

funcionam três áreas escolhidas pela população em audiência pública, a saber, eletromecânica, informática e vestuário. Antes, porém, já haviam sido desenvolvidos cursos de formação continuada na área de vestuário, desde 2010. Alguns programas governamentais, como o *Mulheres Mil*, também desenvolveram relacionamento com núcleos de produção artesanal local e na região. Em 2011 foi aberto o Curso Subsequente em Vestuário, tendo expressiva demanda local.

Após a realização de trabalhos pela equipe que desenvolveu o curso Proeja em Artesanato e seu PPC em 2012, o processo foi aberto e enviado para a Reitoria e para o Conselho Superior para aprovação em 2013. O curso previa 2400 horas de aulas e 167 horas de estágio, pertencendo ao eixo tecnológico de Produção Cultural e Design, conforme estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos diretamente vinculados à área de vestuário. Nesse sentido, o curso previa ênfase em moda na forma integrada ao EJA, sendo ofertado aos alunos que desejassem obter uma formação profissional que lhes proporcionasse empregabilidade, além de ajudar na promoção do desenvolvimento local e regional. Conforme o PPC (IFB, 2013), o objetivo do curso é o de habilitar os alunos para o atendimento da demanda local para esse tipo de formação profissional, oferecendo formação técnica de qualidade que contemple aspectos teóricos e práticos da profissão. O Quadro 2 apresenta uma cronologia do Curso Proeja em Artesanato do campus XYZ.

Quadro - Cronologia de criação do curso de artesanato do campus XYZ

Ano	Atos, Fatos e Ações
2008	Instituto Federal entra em funcionamento a partir da Escola Técnica de Brasília e expande para várias localidades.
2010	Ocorrem cursos de formação inicial continuada (FIC) de vestuário no campus. Ocorrem as primeiras discussões no campus a respeito da implantação de cursos EJA no Instituto Federal e no campus XYZ.
2011	Portaria n. 621, de 29 de agosto de 2011. Começa a elaboração do PPC do curso com participação de docentes.
2012	São desenvolvidos trabalhos para a construção do PPC.
2013	Resolução n. 029 – 2013/CS-IFB que autoriza a oferta do Curso Técnico Integrado em Artesanato na modalidade Proeja e aprova seu respectivo plano de curso.
2014	Processos burocráticos na Reitoria, adaptações, divulgação e corpo discente para a formação da primeira turma ocorrem na trajetória da implantação do projeto.
2015	Proeja em Artesanato inicia como o primeiro curso ofertado no período noturno do campus XYZ e surge a primeira turma.
2016 - 2018	Desafios no desenvolvimento do curso.

Fonte: elaborado pela autora com base na documentação do curso (2018).

O PPC (IFB, 2013) ainda apontava uma carência de mão de obra especializada na área, na medida em que Taguatinga é considerada a capital econômica do Distrito Federal e é a cidade com maior índice de industrialização no setor da cadeia produtiva do vestuário, com 7.589 estabelecimentos formais e informais e 11.209 empregados, segundo dados do Sindivest (2008 como citado em IFB, 2013) citados no PPC. Ao mesmo tempo, há várias

áreas de relevância na Taguatinga, sendo elas: comércio e distribuição; atacado e varejo artigos do vestuário e artefatos de tecido (artesanato); varejo de calçados e artigos de couro e viagem; varejo de tecidos e artigos de armarinho; e atacado de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso industrial, contabilizando 6.756 estabelecimentos. A indústria de confecções, que abarca outras peças de vestuário, peças interiores e confecção de roupas profissionais, totaliza 597 estabelecimentos.

Conforme dados do PPC (IFB, 2013), as informações socioeconômicas fornecidas pela Codeplan apontam que apenas 28,7% dos moradores da região possuem Ensino Fundamental e somente 9,7% da população possui ensino superior. Taguatinga está próxima a diversas outras comunidades importantes, como Cidade Estrutural, Ceilândia, Guará e Sia, Riacho Fundo etc. Outro ponto abordado refere-se à existência da cultura de feiras, com muitas delas vinculadas ao artesanato. Com a proximidade de eventos, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), naquela ocasião houve um incremento nas demandas por produtos artesanais com um número maior de artesãos exportando, conforme documento da APEX-Brasil elaborado sobre a 22ª Feira Nacional de Artesanato (FNA), aponta o PPC (IFB, 2013), entre outros dados que corroboram tal informação. Conforme PPC (IFB, 2013), entrevistas realizadas com artesões apontaram que a escolaridade de 27% é de apenas o Ensino Fundamental e 26% possuem o Ensino Médio. Ainda, segundo o estudo, 70% dos entrevistados eram do sexo feminino.

Além disso, o DF abriga grandes eventos de moda, como o *Capital Fashion Week*, o *Brasília Fashion Festival* e o *Claro Park Fashion*, entre outros. Brasília também exporta roupas para alguns países, em especial para a Comunidade Europeia, aponta o PPC (IFB, 2013). Ao mesmo tempo, Taguatinga situa-se próxima ao Polo de Modas do Guará, no qual há 150 empresas instaladas no âmbito do Pró-DF (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal), gerando mil vagas diretas para o setor confeccionista, aponta o PPC (IFB, 2013). Os segmentos de maior empregabilidade são os de moda praia e *fitness*, moda feminina e de uniformes.

Quanto ao perfil profissional, conforme o PPC (IFB, 2013), o aluno do Curso Técnico Integrado em Artesanato na modalidade Proeja deverá desenvolver durante o seu curso: autonomia para criar e produzir trabalhos manuais em tecidos ou matérias-primas que são absorvidas pelos produtos e correlatos no segmento de moda; ter espírito empreendedor; ser criativo e responsável; ser dinâmico, gerenciar equipes de trabalho quando estiver atuando em cooperativas, associações e confecções, propor ideias inovadoras; comunicar e apresentar estudos, conclusões e pareceres técnicos; promover relacionamentos interpessoais; desenvolver postura proativa, ética e profissional; solucionar problemas e sugerir alternativas de maneira abrangente; buscar constantemente o autodesenvolvimento.

Quanto às competências gerais, temos a de ser capaz de, no pleno exercício de suas atribuições, atuar no setor de artesanato, de confecção, no departamento de beneficiamento de peças confeccionadas (bordados, acabamentos, embalagens) ou em cooperativas que desenvolvam produtos de vestuário e acessórios em geral. O profissional terá a competência para pesquisar e testar novos materiais e trabalhar com várias técnicas

e ferramentas associadas, bem como será capaz de transformar a sua habilidade manual em negócio, fazendo a gestão de suas atividades. Algumas funções também são descritas, como analisar, coordenar e desenvolver equipes de trabalho que atuam na produção e gestão em geral, na elaboração de fichas de produtos e custos associados, no desenvolvimento de produtos, acessórios, ferramentas, melhorias, processos fabris etc.

Entre as competências específicas, temos a criação de produtos inovadores em diferentes segmentos; identificação de peças e acabamentos de produtos que necessitem de melhorias; adaptação de matérias-primas; elaboração de estratégias em empreendimentos ou cooperativas; embalagem e foco em aspectos estéticos, de segurança e informações sobre os produtos; noções sobre exportações e pesquisas sobre materiais alternativos; além de reconhecer a identidade e vocação do DF e expressá-las nos produtos locais, entre outras competências aponta o PPC (IFB, 2013).

O curso Técnico em Artesanato se assenta nos seguintes dispositivos jurídicos: Lei n. 934, de 20 de dezembro de 1996; Portaria MEC n. 646, de 14 de maio de 1997; Portaria MEC n. 1005, de 10 de setembro de 1997; Parecer CNE/CEB n. 17, de 3 de dezembro de 1997; Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999; Resolução CNE/CEB n. 06/2012, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico; Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006; e Resolução n. 029-2013 CS-IFB, que autoriza e aprova seu respectivo plano de curso para a oferta do Curso Técnico Integrado em Artesanato na modalidade Proeja.

As estratégias pedagógicas contemplam exercícios, práticas de campo, visitas aos laboratórios e execuções de ensaios; visitas técnicas a empresas e a feiras da área de artesanato, agroindustrial; além de interpretação e discussão de textos técnicos, apresentação de vídeos técnicos, apresentação de seminários, trabalho de pesquisa, elaboração de relatórios de ensaios e atividades desenvolvidas em sala ou atividade extraclasse; execução e apresentação de planos; e realização de um projeto integrador ao final de cada módulo, que permita desenvolver e articular as competências e habilidades trabalhadas durante o módulo.

Os critérios de avaliação da aprendizagem contemplam a avaliação de conhecimentos e competências. No curso há diversos componentes curriculares organizados sob a forma de módulos semestrais, atendendo, de um modo geral, o desenvolvimento das competências requeridas pela área de Produção Cultural e Design, conforme define a Matriz Curricular do Curso Proeja em Artesanato (IFB, 2013).

### **3.3 Criação e situação atual do colegiado do curso Proeja em Artesanato**

A composição do colegiado na época de implantação do curso pode ser observada na proposta do PPC em Artesanato (IFB, 2013, p. 117), no próprio documento, em um trecho intitulado “Quadro demonstrativo”, no qual consta o nome de cada docente, área, titulação e regime de trabalho. Nesta consulta foram contabilizados 28 professores, sendo um temporário, três deles em regime parcial e 24 docentes em dedicação exclusiva à

Instituição.

Segundo o PPC (IFB, 2013, p. 98), a contratação dos docentes e técnicos administrativos que atuam no Curso Proeja em Artesanato foi realizada por meio de Concurso Público, como determinam as normas próprias das Instituições Federais. O campus, desde o início, esteve preocupado em compor um corpo docente, suficientemente diversificado, que permitisse a oferta do ensino técnico nas diversas modalidades. Para tanto, foram contratados professores de diversas áreas de conhecimento para garantir um ensino de qualidade (IFB, 2013, p. 117). Nesse sentido, mesmo sendo prevista no PPC, de forma abrangente, a inserção dos professores por meio de concurso na carreira Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), existe um interesse em levantar tais motivações ou implicações do professor acerca de quando se inicia sua experiência e sua percepção em contribuir para o Proeja, na área do artesanato.

Na matriz atual, o curso totaliza uma carga horária de 2400 horas, dividida em três anos, uma longa duração em comparação com os outros cursos existentes no campus, além de ser composto por três módulos de formações, entre eles: Formação Básica (1200 horas), Formação Cidadã (233 horas) e a Formação Profissional (800 horas), acrescidos de Estágio Supervisionado Obrigatório (167 horas). Inicialmente, observando a matriz, é possível constatar que os docentes do colegiado Proeja em Artesanato convivem um tempo considerável para que uma turma seja formada pelo curso no qual se propõe atuar.

Já na caracterização do corpo docente, cabe mencionar a própria organização curricular para se ter o indício da identidade inicial predominante na proposta como curso, pois trata-se da busca por uma dimensão do colegiado e sua integração quanto à matriz curricular na época. Por isso, faz-se necessário trazer os módulos de formação descritos no capítulo que trata da organização curricular, que traz em sua estrutura modular e itinerário formativo, informações sobre a prática pedagógica. Nessa abordagem, adota-se como prática pedagógica a participação do corpo discente em congressos, seminários e *workshops*, visitas técnicas, atividade em equipe, defesa e apresentação de seminários, que se constituem nas aulas expositivas e dialogadas (IFB, 2014, p. 24), logo, espera-se construir também perguntas que visem essa prática e como ela tem ocorrido desde 2015.

Outro aspecto relevante está nas características da organização curricular, nesse sentido, o PPC (IFB, 2013, p. 24) informa:

- 1) Atendimento às demandas dos cidadãos, na inclusão e integração na sociedade para o mundo do trabalho;
- 2) Conciliação das demandas identificadas com a vocação, a capacidade institucional e os objetivos do Instituto Federal de Brasília e do Campus XYZ;
- 3) Estrutura curricular que evidencie as competências gerais da área profissional e específicas de cada habilitação;
- 4) Carga horária semestral programada de forma a otimizar o período total para a execução do curso, respeitando a carga horária mínima de cada área, de acordo com a legislação vigente;
- 5) Planos integradores, que envolvam as bases tecnológicas específicas com suas competências, apresentados pelo discente, ao colegiado do curso, ao final de cada módulo, para análise dos docentes que ministram aulas neste módulo de qualificação;

- 6) Prática profissional ou estágio curricular supervisionado de 200 horas/aula (167 horas), supervisionado a partir do início de qualquer um dos módulos. Entende-se pela prática profissional ou estágio curricular, atividades de extensão ou complementares na área profissional. O Regulamento da Prática Profissional especificará todas as necessidades e exigências para a realização do mesmo. Os casos especiais de Prática Profissional serão avaliados e aprovados pela coordenação do curso e pela Direção de Ensino.

Sobre o Itinerário formativo, o curso será desenvolvido em três anos, sendo que seu:

[...] ensino-aprendizagem é desenvolvido sob orientação dos professores e dos técnicos através de planos com a participação dos estudantes. Essas atividades práticas complementam as aulas teóricas. Elas serão realizadas em laboratórios de ensino e pesquisa, empresas, comércio e outros locais, onde os estudantes poderão vivenciar um pouco da prática. (IFB, 2013, p. 25).

Como prática pedagógica adota-se, ainda, a participação do corpo discente em congressos, seminários e *workshops*, visitas técnicas, atividades em equipe, defesa e apresentação de seminários que se constituem nas aulas expositivas e dialogadas.

### 3.4 Opções metodológicas e recolha de dados

Basicamente, a metodologia inclui, além da análise documental realizada e da fundamentação histórico-teórica, o planejamento, execução e avaliação das entrevistas que envolvem várias etapas. Quanto à análise, temos: 1 – Análise das entrevistas no tópico a seguir; 2 - Mapeamento das variadas propostas; 3 – Identificação de temas comuns e divergentes; 4 – Construção de Grupos de Temas Geradores por afinidade; e 5 – Apresentação de proposta de intervenção no capítulo 4, a partir dos Temas Geradores.

Quanto à natureza, esta pesquisa pode ser classificada como aplicada, pois, segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), trata-se da pesquisa que visa “gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”.

Quanto à abordagem, é uma pesquisa qualitativa. Gil (2010) cita que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Para Augusto, Souza, Dellagnelo e Cario (2013), a pesquisa qualitativa favorece a compreensão de fenômenos comportamentais. Logo, a pesquisa com abordagem qualitativa busca, basicamente, os sentidos e a compreensão do que foi dito. Esta abordagem não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

Do ponto de vista dos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (Gil, 2010, p. 41). E descritiva, pois “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Silva & Menezes, 2005, p. 21).

Quanto ao procedimento técnico, é uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. Silva e Menezes (2005) e Dyniewicz (2009) definem a pesquisa bibliográfica como aquela que utiliza material já publicado para estudar e analisar os diversos aspectos do tema. De acordo com Gil (2010, p. 72) o estudo de caso é “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]”. Para Dyniewicz (2009), o estudo de caso é um importante método para apresentar casos novos ou raros à comunidade científica.

### **3.4.1 Local da pesquisa**

A presente pesquisa “o estudo de caso” foi desenvolvido num dos *campi* de uma Instituição de Educação Federal. A referida instituição foi criada em 2008, por meio da Lei n. 11.892, e o campus em questão começou seu prévio funcionamento em 2010, com sede provisória no centro de Taguatinga, passando a ter a sua sede fixa em agosto de 2011, onde oferece cursos nas áreas de Vestuário, Eletromecânica, Informática e Licenciatura em Física. Sua vocação se deu por meio de consultas à sociedade, tendo como base dados socioeconômicos da região de Taguatinga e Ceilândia no Distrito Federal.

As modalidades de ensino que o campus exerce são: Curso Técnico Integrado em Eletromecânica, destinado a estudantes que concluíram o Ensino Fundamental; Cursos Subsequentes, destinados a estudantes que concluíram o Ensino Médio na área de Manutenção e Suporte em Informática, Eletromecânica e Vestuário; Proeja em Técnico em Artesanato, destinado à jovens e adultos com o Ensino Fundamental; Graduação Bacharelado em Ciências da Computação, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Física, CST (Curso Superior em Tecnologia) em Automação Industrial e CST em Design de Moda; além de cursos de Formação Inicial e Continuada na área de Libras.

O campus conta com uma biblioteca das áreas mencionadas, ginásio de esportes, anfiteatro, auditório e um quadro de professores especialistas, mestres e doutores. A unidade possui também laboratórios de informática, mecânica, usinagem, solda, modelagem, corte e costura, pesquisa de moda etc.

### **3.4.2 Participantes do estudo de caso**

Foram convidados para participar da pesquisa todos os professores que estavam atuando no Proeja em Artesanato no ano de 2018/2. Foram excluídos da pesquisa professores que não atuam no Ensino Médio integrado do Proeja em Artesanato e aqueles que não estavam atuando no período estabelecido.

A população da pesquisa é formada por 21 professores integrantes do colegiado do curso Proeja em Artesanato que atuaram em 2018/2. Decidiu-se por essa amostragem para o cumprimento do terceiro objetivo específico do projeto, que é o de analisar as práticas educativas desenvolvidas no curso Proeja em Artesanato, no sentido de verificar se de fato ocorre a integração curricular como base em no âmbito desse grupo colegiado específico.

Cabe destacar que o colegiado do curso Proeja em Artesanato é composto tanto por professores da Área do Vestuário, como do colegiado (CAFE) da Área de Formação Essencial.

Tal corpo docente e suas respectivas componentes curriculares são voltados para atender o currículo do Ensino Médio Integrado, tendo sido isso levantado na análise documental, da pesquisa descrito na resolução no 029 – 2013/CS-IFB, como colegiado do Núcleo Integrador do campus XYX, que autorizou a oferta do Curso Técnico Integrado em Artesanato, na modalidade Proeja, mencionado em reunião realizada no dia 09 de maio de 2013.

Contudo, todos foram convidados a participar da pesquisa, sendo que sete professores se dispuseram à responder a pesquisa. O comprometimento com horário da entrevista, o interesse em transformar o curso e o exercício da docência para com os alunos do público de jovens e adultos foi autenticado desde o primeiro bloco temático por parte daqueles que se disponibilizaram. Uma breve caracterização profissional dos professores pode ser encontrada no Anexo D – Caracterização profissional dos participantes da pesquisa.

### **3.4.3 Recolha e análise dos dados**

Para a coleta dos dados foi utilizada a entrevista semiestruturada. Marconi e Lakatos (2005, p. 92) definem entrevista como sendo um “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. As mesmas autoras seguem discorrendo que a entrevista semiestruturada possibilita uma melhor exploração da questão. No geral, este tipo de entrevista é realizado com perguntas abertas, podendo ser respondidas em uma conversação informal.

Conforme Bauer e Gaskell (2015), as entrevistas individuais ou grupais têm como objetivo uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos. Nesta pesquisa optou-se pela entrevista individual, dada a dificuldade de conciliar grupos na mesma data, em função a diversidade de atividades que há no ambiente educacional.

Visando seguir as etapas necessárias da entrevista, tais como envio de convites, confirmação da agenda das entrevistas ou reagendamento, dentre outras e, assim, garantir a qualidade das informações coletadas, foi elaborado o guião para as entrevistas com blocos temáticos objetivando identificar: a motivação dos docentes; contextos e concepções acerca da modalidade de jovens e adultos; práticas educativas e autoavaliação; percepções sobre cidadania x aluno; e possíveis elementos necessários para o desenvolvimento de formações e competências no exercício da docência para atuação no curso.

O guião da entrevista foi composto por 49 perguntas distribuídas em cinco blocos temáticos, sendo eles: a) Esclarecimentos da entrevista; b) Contextos sobre o Proeja em artesanato de acordo com o PPC (Plano Pedagógico do Curso); c) Práticas educativas e

autoavaliação; d) Aluno, infraestrutura e cidadania; e e) Formação (ver Apêndice B). As perguntas foram desenvolvidas no sentido de captar a percepção e compreensão dos docentes em relação às práticas educativas, integração curricular (incluindo os saberes vinculados ao artesanato), conhecimentos sobre o PPC, motivação e experiências concretas, entre outros pontos.

Considerando que nenhum docente é exclusivo do curso Proeja em Artesanato, que todos ministram aulas e estão envolvidos em outras modalidades e níveis de ensino, o tempo é exíguo para ele ser entrevistado, portanto, visando organizar essa etapa da pesquisa, foram empregadas três ações pontuais: pré-entrevista, coleta de dados e pós-entrevista, conforme exposto no Quadro 3.

Quadro - Etapas da pesquisa

<b>1. Pré-entrevista</b>
Estruturar o conteúdo e as pautas das entrevistas por meio de um guia com todos os cuidados inerentes a este trabalho.
Enviar convites.
Confirmar as entrevistas na agenda e reagendar quando necessário.
<b>2. Durante a entrevista</b>
Realizar as entrevistas deixando claro objetivos, questões de confiabilidade e outros pontos.
Registrar as entrevistas em meios e equipamentos disponíveis, como gravadores específicos e de celulares.
<b>3. Pós-entrevista (registro, análise, temas geradores, propostas etc.)</b>
Fazer a transcrição completa das entrevistas.
Analisar as entrevistas
Mapear as variadas propostas
Identificar pontos comuns nas respostas dos entrevistados.
Agrupar temas e assuntos de maior proximidade e relação com o curso.
Estabelecer e organizar tópicos coerentes com algumas das preocupações comuns na educação EJA, Integração Curricular e práticas docente com atenção ao pensamento de Paulo Freire e também considerando os documentos construídos e observações feitas sobre o curso na condição de coordenadora, docente e partícipe da construção do PPC.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

O convite para participar da pesquisa foi encaminhado aos professores junto com o termo de consentimento individual, no qual a pesquisadora indicava colocar-se à disposição para agendar as entrevistas conforme disponibilidade de cada um, no turno matutino, vespertino ou noturno, no período de 20 de outubro a 1º de novembro de 2018, no campus destinado à pesquisa, conforme acordado com a direção da instituição. A coleta foi realizada por meio de gravações utilizando aparelho de celular e gravador voz, sendo realizada em seguida a respectiva transcrição.

A análise inicial das entrevistas permitiu a caracterização dos participantes. Uma breve caracterização profissional dos 07 professores que aceitaram participar da pesquisa

indicou que: a experiência com docência entre os professores varia de 1 ano e 7 meses até 24 anos; e que a experiência com Proeja é de 1 ano e 7 meses até 4 anos. Outro ponto a ser ressaltado é que a formação dos profissionais é diversificada, havendo especialista, mestre e doutor em educação, mestres em Artes, Geografia, Matemática e Agronomia, atuando em diferentes módulos e níveis. Alguns deles (três deles) atuam exclusivamente no Ensino Médio, dois na formação cidadã e dois no profissionalizante. Além disso, um dos que atua no Ensino Médio também atua no profissionalizante.

Após a transcrição integral das entrevistas, procedeu-se a análise das narrativas, que se dividiu em: identificação de pontos comuns e divergentes nas respostas dos entrevistados; agrupamento dos pontos em comum; e divisão de tópicos coerentes com algumas das preocupações comuns na educação EJA e formação docente com atenção ao pensamento de Paulo Freire, considerando também os documentos construídos e observações feitas sobre o curso na condição de coordenadora, docente e participe da construção do PPC(Apêndice D). Após esta etapa, desenvolveu-se a análise dos tópicos para a posterior construção da proposta de intervenção na realidade escolar a partir de temas geradores passíveis de se tornarem pontos de pesquisa por parte dos docentes, diálogos e trocas de experiências entre eles e mesmo um curso de formação docente sobre EJA, compartilhando saberes e práticas quanto aos temas gerados a partir das entrevistas e da observação na condição do docente e coordenadores de área/curso.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Autorização para pesquisa “estudo de caso”**

A pesquisa foi desenvolvida num dos *campi* de uma Instituição de Educação Federal de Brasília, após a autorização recebida da instituição e de seus integrantes (ver Apêndice A). Optou-se por esta instituição em razão da facilidade de acesso da pesquisadora, que atua profissionalmente nesta instituição.

#### **4.1.1 A situação atual do colegiado do curso Proeja em Artesanato**

Em uma primeira etapa da pesquisa, buscou-se construir todo o enquadramento teórico acerca das concepções históricas da educação, do ensino profissional tecnológico e das práticas educativas para a busca de um currículo integrado para o Ensino Médio Proeja.

A pesquisa de campo nos aproxima da historicidade do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) Proeja em Artesanato e seu colegiado, para dar corpo à proposta interventiva educacional. O estudo desenvolvido toma como base a investigação empírica que é um processo construído simultaneamente a partir da Pedagogia Dialógica do legado de Paulo Freire em confluência com elementos da Metodologia de Pesquisa Qualitativa

Na matriz atual, o curso totaliza carga horária de 2400 horas, dividida em três anos, uma longa duração em comparação com os outros cursos existentes no campus, além de ser composto por três módulos de formações, entre eles: Formação Básica (1200 horas), Formação Cidadã (233 horas) e a Formação Profissional (800 horas), acrescidos de Estágio Supervisionado Obrigatório (167 horas). Inicialmente, observando a matriz, é possível constatar que os docentes do colegiado Proeja em Artesanato convivem um tempo considerável para que uma turma seja formada pelo curso no qual se propõe atuar.

### **4.2 Pesquisa de campo e acesso ao campus destinado ao curso Proeja em Artesanato**

#### **4.2.1 Histórico e dimensão dos docentes no curso de 2015 a 2018**

Segundo o PPC (IFB, 2013, p. 98), a contratação dos docentes e técnicos administrativos que atuam no Curso Proeja em Artesanato foi realizada por meio de Concurso Público, como determinam as normas próprias das Instituições Federais. O campus, desde o início de suas atividades, esteve preocupado em compor um corpo docente suficientemente diversificado e que permitisse a oferta do ensino técnico nas diversas modalidades. Para tanto, foram contratados professores de diversas áreas de conhecimento para garantir um ensino de qualidade (IFB, 2013, p. 117). Nesse sentido, mesmo sendo previsto no PPC de forma abrangente a inserção dos professores por meio de concurso na carreira Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), existe um interesse em

levantar tais motivações ou implicações do professor acerca de quando se inicia sua experiência e sua percepção em contribuir para o Proeja, na área do artesanato.

### **4.3 Análise das entrevistas**

Conforme já citado, as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra tendo por base o guião da entrevista dividido em cinco blocos temáticos: a) Esclarecimentos da entrevista; b) Contextos sobre o Proeja em artesanato de acordo com o PPC (Plano Pedagógico do Curso); c) Práticas educativas e autoavaliação; d) Aluno, infraestrutura e cidadania e; e) Formação. (ver Apêndice B). As perguntas foram desenvolvidas no sentido de captar a percepção e compreensão dos docentes em relação às práticas educativas, integração curricular (incluindo os saberes vinculados ao artesanato), conhecimentos sobre o PPC, motivação e experiências concretas, entre outros pontos.

Para a análise, foram levantados os pontos comuns e divergentes nas respostas dos entrevistados. O agrupamento destes pontos em comum e a divisão de tópicos coerentes com algumas das preocupações comuns na educação EJA e formação docente foram realizados com inspiração no pensamento do educador Paulo Freire, também considerando os documentos construídos e observações feitas sobre o curso na condição de um dia ter sido coordenadora, docente e participe da construção do PPC. Após isto, foi desenvolvida uma análise dos tópicos e, a partir desta, foi estabelecida uma proposta de intervenção na realidade escolar a partir de temas geradores passíveis de se tornarem pontos de pesquisa por parte dos docentes, diálogos e trocas de experiências entre eles e mesmo a proposta de um curso de formação docente para EJA, compartilhando saberes e práticas quanto aos temas gerados a partir das entrevistas e da observação na condição do docente e coordenadores de área/curso.

#### **4.3.1 Bloco A – Esclarecimentos da entrevista**

No primeiro bloco de entrevistas, tivemos como temática os esclarecimentos sobre a pesquisa, o contato via e-mail, o contato pessoal, o agendamento da entrevista e, principalmente, o questionamento acerca da flexibilidade de horários nos turnos matutino, vespertino ou noturno, para que todos os docentes pudessem, de certa forma, participar.

O comprometimento com horário da entrevista, o interesse em transformar o curso e o exercício da docência para com os alunos do público de jovens e adultos foi autenticado desde o primeiro bloco temático.

#### **4.3.2 Bloco B – Contextos sobre o Proeja de acordo com Projeto Pedagógico do Curso (PPC)**

O resultado das discussões e reflexões realizadas no segundo bloco temático acerca dos contextos sobre o Proeja e autonomia no sentido de pertencer ao projeto em

desenvolvimento na busca pela integração do artesanato, e de acordo com o que está descrito no seu PPC (Projeto Pedagógico do Curso), também faz parte dessa investigação, como o docente compreende esse projeto quanto à sua leitura, sua realização prática e identitária acerca do colegiado do curso e da modalidade de ensino ao qual pertence, com o propósito de educar para jovens e adultos. Nessa abordagem, todos contaram sobre suas compreensões e vivências acerca da definição de educação de jovens e adultos, sobretudo reconhecendo a educação como um direito ao cidadão. Porém, como é o caso da maioria do curso do artesanato, especificar que o alunado é composto na sua maioria por mulheres com nível de vulnerabilidade social e econômica, pertencente ao grande grupo excluído socialmente da história da educação, é algo que fez parte do discurso de apenas um dos entrevistados.

De certa forma, todos os entrevistados responderam sobre o que é o Proeja, de acordo com a proposta do PPC, ou pelo Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Ainda nesse sentido, eles se referiram à educação como direito de jovens e adultos que não cursaram seus estudos em período escolar regular. Tivemos uma observação importante de um dos entrevistados, que entende o Proeja em Artesanato como uma questão de sucesso, e apreço pelo projeto, como chance de corrigir erros do passado acerca do sistema educacional brasileiro.

Sobretudo, quando se pergunta qual a percepção do docente acerca do curso, tentamos perceber seu envolvimento e autonomia como sujeito transformador e ativo pertencente ao grande colegiado que faz o curso acontecer. Nesse aspecto, citamos a consciência e seus estados, na obra *Educação e Mudança*, de Freire (2018, p. 20):

[...] a primeira condição para que um ser pudesse exercer um ato comprometido era a sua capacidade de atuar e refletir. É exatamente esta capacidade de atuar, operar de transformar a realidade de acordo com a finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis.

Nessa narrativa, muitos pontos positivos, interpretados como motivações, foram levantados, pois seis de sete entrevistados consideram o curso bom, e apenas um considerou de forma negativa a continuidade do curso. Eles elogiaram o projeto e iniciativa do curso, porém sinalizam que o conteúdo precisa ser melhor direcionado por meio de projetos integradores entre as componentes curriculares e, além da crítica à matriz engessada, eles sinalizaram que a ela precisa de ajustes. Nesse aspecto, eles desconhecem ou não praticam o que descreve o PPC do curso, pois o próprio PPC, embora se fixe o curso como presencial, sugere projetos integradores, visitas técnicas, participações em eventos, inclusive para adesão de pontuações como estágio curricular de 160 horas previsto na matriz curricular.

Outro fator sobre os aspectos da dimensão simbólica e identitária do universo docente, e que nos faz refletir a profissão docente como um ser da práxis, surge na obra *Pedagogia da Autonomia*, que aborda vários aspectos da experiência educativa e que

ensinar exige apreensão da realidade. Segundo Freire (2018, p. 67):

Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho. O melhor ponto de partida pra estas reflexões é a inconclusão do ser humano de que se tornou consciente. Como vimos, aí radica a nossa educabilidade, bem como a nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas.

Sobre as realidades acerca do curso que qualifica para o artesanato na modalidade específica para o público jovem e adulto, foi mencionado pelos entrevistados que tal iniciativa promove a inclusão social, porém o grande desafio do curso é ajudar os estudantes que estão longe da escola há muito tempo a retomarem seus estudos. Nesse aspecto, as limitações da relação educador/educando têm relação com os conceitos utilizados por Freire, acerca das dificuldades em nos inserirmos para intervir e recriar a experiência educativa.

Já o aspecto da educação profissional, quando alinhada ao Ensino Médio, foi mencionado por um dos entrevistados como motivacional, pois, na sua visão, qualificar alunos para o artesanato profissionaliza o próprio setor do artesanato, que normalmente é muito amador, pois é uma área pouco profissional, malvista e reduzida, embora seja claro que a cultura do povo esteja vinculada ao artesanato e suas práticas.

No sentido afetivo, um dos entrevistados (DC06) menciona que acha interessante e apoia, pois, constata que os alunos ficam felizes em poderem estar 'aqui' aprendendo, sendo que muitos são aposentadas e mães de família. Para ele é uma grande oportunidade que a escola oferece e, se não fosse por conta dos Institutos (fator motivacional na transformação e criação em 2008), talvez essas pessoas não estivessem inseridas em escolas regulares ou em universidades. Sobre essa percepção, nos pontos negativos interpretados como implicações, um dos entrevistados, diz que se faz necessário uma inserção mais objetiva, principalmente em Brasília, onde as pessoas não sabem o que é Proeja, pois muitos querem apenas terminar o nível médio, mas há oportunidade profissional nesse caso, além de poder se qualificar para o artesanato, mesmo que isso não esteja claro para todos. Entretanto, não conseguimos ainda desenhar uma proposta didático-pedagógica para que essas pessoas conseguissem se inserir realmente. Nesse mesmo aspecto, outro entrevistado diz que o curso precisa ser reestruturado, considerando o propósito dos alunos, cargas horárias, evasão, precisa ser mais prático, pois na sua visão o formato do curso não atende ao interesse público.

Outro questionamento foi quanto à narrativa sobre como o docente teve acesso ao Projeto Pedagógico do Curso Técnico e se ele participou da construção do projeto. Dois entrevistados participaram da construção do PPC, um como professor, e ele mencionou ter realizado vários projetos de cursos nas áreas afins, e outro foi responsável pela nomeação

da comissão que elaborou o projeto. Cinco dos entrevistados apenas leram posteriormente, ou pegaram em andamento, o projeto em questão.

Sobre sua atuação e troca de experiência com outros pesquisadores, ou conhecimento de outros Proeja em Artesanato no Brasil, apenas dois dos entrevistados conhecem outro Proeja em Artesanato no Brasil, um deles faz referência aos cursos do Nordeste e Goiás, e menciona que como o 'nosso' enfrenta problemas similares. Os outros cinco não conhecem nenhum Proeja em Artesanato, só o do campus, e dentre eles apenas dois dizem ter trocado experiências com outros pesquisadores, um deles com os próprios docentes do campus e o outro entrevistado se refere às experiências não com pesquisadores, mas experiências adquiridas fora do país, mais especificamente na América Latina.

Nesse sentido, de acordo com pesquisa levantada, existem hoje em pleno funcionamento quatro cursos Proeja em Artesanato. Um em Brasília, um em Goiás Velho, outro em Alagoas, no campus Maceió, e um no Rio de Janeiro, no campus Belford Roxo, sendo este o mais recente, ofertado pela primeira vez no ano de 2018. Na plataforma Nilo Peçanha<sup>2</sup>, consultada em 01 de dezembro de 2018, existem três Proejas cadastrados, apenas o de Belford Roxo ainda não aparece lá.

Sobre a matriz Proeja em Artesanato (PPC), quanto à sua integração nos respectivos módulos e críticas acerca da sua própria componente, ementas e bibliografias sugeridas, seis entrevistados disseram que leram o documento e que tiveram acesso a ele por e-mail. Por meio dessa análise fica claro que eles conhecem parcialmente a matriz integrada e seus módulos, porém suas denominações, em conformidade com a matriz do PPC descrita como módulo de formação básica, módulo de formação profissionalizante e o módulo de formação cidadã não foram citados em nenhum momento.

Todos os entrevistados se mostraram críticos à ementa e bibliografia sugerida pelo PPC, sinalizando reestruturação nesse critério. No caso dos entrevistados do módulo de formação básica, numa das componentes curriculares, a observação é que a ementa não condiz com o tempo do curso e que deveria ser reavaliada. Ainda acerca desse módulo, um dos entrevistados afirma que conhece a matriz e, em relação ao projeto, foi a mesma coisa que aconteceu com todos os outros projetos que acompanhou:

A gente não conhece esse aluno que vem pra cá e também os professores não conhecem de fato o que é trabalhar com Proeja, os parâmetros dos cursos normais e do Proeja são diferentes, mas a gente precisa fazer o curso adaptando do jeito que dava, a gente agora sabe qual é o público.  
(DC05)

Quanto aos docentes entrevistados no módulo da formação profissionalizante, um deles declarou que na época o PPC foi construído da melhor maneira, não recebeu críticas,

mas surgiram algumas por conta da estrutura rígida do Ensino Médio, e ele sinaliza que o PPC pode ser adaptado, pois a carga horária é muito grande, densa, causando desânimo em alguns estudantes. Outro aspecto levantado por outro entrevistado é que a bibliografia deve ser desmembrada para melhorar essa integração. Os entrevistados do módulo de formação cidadã concordam com a ideia de que algumas adaptações são necessárias, pois existe carência, não de informática, mas da utilização dos computadores. Outro entrevistado (DC01) elogiou, dizendo que a comissão fez um trabalho bom, mas é sempre necessário ser reavaliado e que para isso não deve ser preciso se passarem dois anos do início da implantação do curso.

Sobre as ações que o docente faria para alterar o PPC do curso, todos os entrevistados pontuaram ações como forma de melhorar e efetivar alterações, e nenhum mencionou o término ou a descontinuidade do curso. Uma primeira questão permeou sempre as respostas “a diminuição da carga horária”, isto é, a necessidade de o curso flexibilizar sua carga horária com duração de três anos e meio aproximadamente, com medidas que visem diminuir a carga horária presencial do aluno no ambiente escolar, minimizando o esforço do estudante. Ainda nesse sentido, foi sugerido por três entrevistados transformar uma parte da carga horária em ensino a distância.

Nesse sentido, dos sete entrevistados, cinco alertaram que os alunos têm maior afinidade pela prática das componentes ligadas ao artesanato, pois são atraídos pela qualificação profissional em Técnico em Artesanato (módulo de formação profissionalizante) e, de certa forma, não pela carga horária do módulo de formação básica, ou cidadã. Um dos entrevistados mencionou que muitos se frustram, pois esperam mais da prática, então precisam ter muito mais carga horária densa do Ensino Médio.

Acerca da integração entre os módulos, quatro utilizaram esse conceito e dois falaram em interdisciplinaridade. Sendo este último conceito algo recorrente nas ideias de Freire sobre a interdisciplinaridade. Referendamos que, na linha da metodologia interdisciplinar, há consciência crítica na própria construção dos conhecimentos, pois o primeiro, isto é, a integração, parte do pressuposto da descrição feita pelo docente, que aborda sobre “a frustração do aluno com a carga horária densa”, tal problematização da situação que os docentes constatarem em relação ao contexto sala de aula gera a possibilidade da sistematização dos conhecimentos de forma integrada, o que seria uma saída. Este fator que foi observado na própria descrição da matriz curricular e seus módulos.

De certa forma, as inúmeras componentes curriculares que o curso possui indicam uma possível não articulação entre os módulos. Ainda sobre, o conceito da interdisciplinaridade, reforçado e citado anteriormente na obra de Freire (1989, p. 43), “[...] o homem é a integração. A sua grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga”. Logo, ao pensarmos o papel do educador como um ser interdisciplinar, podemos deduzir seu papel de instigador na sua própria prática no que compreende cada área ou componente curricular, ampliando seus conhecimentos, fazendo com que essa própria integração torne-se o próprio ensaio que

movimenta a interdisciplinaridade.

Sobretudo, acerca desse ensaio na produção do conhecimento, como práticas educativas acerca do artesanato, um dos entrevistados alertou para a necessidade de vinculação entre teoria e prática no contexto do artesanato, entendendo que do artesanato nasce uma obra de arte, sem que se torne algo apenas mecânico. Nesse sentido, outro entrevistado (DC05) do módulo de formação básica no Ensino Médio sugere que é preciso tirar a cara de copia e cola de outros currículos, no caso da matriz do Ensino Médio, pois na sua visão ele criaria um currículo de acordo com a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, trazendo um diálogo com o artesanato a partir de mais projetos, e com todos os professores trabalhando de forma integrada, interdisciplinar, com pedagogia dos projetos, cultura *maker* e na componente de português multiletramentos. Logo, percebe-se a necessidade de ensaiar, alterar, pois dialetizam a mudança. Nesse sentido, Freire (2018) complementa que mudança e estabilidade resultam ambas da ação, do trabalho que o homem exerce sobre o mundo. Como um ser de práxis, o homem, ao responder aos desafios que partem do mundo, cria seu mundo: o mundo histórico-cultural. O mundo de acontecimentos, de valores, de ideias, de instituições. Um mundo da linguagem, dos sinais, dos significados, dos símbolos. Mundo da opinião e mundo do saber, da ciência da religião, das artes, mundo das relações de produção. Mundo finalmente humano (Freire, 2018, p. 60).

Como forma de complementar e alertar o momento atual, o entrevistado cita aspectos atuais das políticas educacionais no Brasil, pois recentemente, no dia 04 de dezembro de 2018, tivemos aprovação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, que para alguns é vista como a concentração dos estudos de português e matemática e pouco aprofundamentos nos itinerários formativos, para outros, é um engessamento de práticas pedagógicas que fere a autonomia profissional dos professores. Nesse contexto, antes dessa reforma não existia um currículo nacional que obrigava determinados conteúdos, pois as únicas componentes curriculares por lei, nos três anos que o Ensino Médio contemplava, eram matemática, artes, educação física, filosofia, sociologia e português. Dessa forma, com matemática e português, os demais conteúdos vão aparecer como itinerários formativos, e seus cursos e currículos serão definidos por estados brasileiros. Até o presente momento não tivemos acesso ao que será aprovado para o ensino integrado na Educação de Jovens e Adultos, logo, trabalharemos nessa matriz curricular vigente na visão de projeto de observação e formação integradora, mas sabemos que sua carga horária poderá totalizar até setenta por cento de EaD (ensino a distância). E esse estudo, como outros, poderão de muitas formas serem utilizados para que as alterações e mudanças se apresentem como proposta.

Ainda sobre se o PPC trabalha com a perspectiva de integração das áreas e de saberes, todos afirmaram que consta essa integração, entretanto eles colocam em dúvida se ela ocorre na prática. Entre os entrevistados, quatro estão certos que sim, principalmente um deles, em relação a matérias técnicas que têm essa interligação, porém nas componentes do módulo de formação básico, isto é, nas básicas, ele disse não saber

opinar. Outro entrevistado disse que a princípio trabalha, mas os professores não estão canalizando essa integração, por isso os projetos podem responder melhor às demandas dos alunos. Em contrapartida, dois dos entrevistados negaram a prática da integração, dizendo que não ocorre integração, pois oficialmente não existem reuniões onde se discuta essa integração, mas mencionam que talvez ocorra, quando uns professores procuram outros. O último dos entrevistados afirma ter visto no PPC daquele momento que teve conhecimento do projeto,

[...] mas a integração não está expressa porque a gente precisava viver isso, até para entender como era, por isso acredito numa revisão do plano no sentido de ficar mais claro como é essa integração, com quais estratégias, pedagogia de projetos, inserção nas comunidades, economia solidária, deixar uma herança para o curso da experiência. (DC07)

Ainda no sentido da integração e na autonomia do exercício docente em se organizar para trabalhar a integração curricular, em que momento ela ocorre e com que frequência, a maioria mencionou práticas acerca da integração curricular, entretanto não descreveram nenhum encontro para essa discussão, grupos de trabalho ou reuniões nas quais cada docente mostra seu plano de aula e converge propostas para o semestre. Houve uma amostragem na narrativa do entrevistado que responde pela componente de desenho artístico no curso, pois o docente menciona que trabalha com português e utiliza também o espanhol, porém, na sua visão, outras áreas, como matemática, química, entre outras, poderiam ajudar, visando a integração curricular. Na componente de Operador de Computação, houve a experiência com um professor que atua no módulo profissionalizante com foco para o artesanato, porém, como não foi incentivado, amadurecido, não teve continuidade, em suas palavras:

[...] não há discussão mais sistemática, então trabalhei com a integração na disciplina dele, mas não teve continuidade, não teve aprimoramentos, não discutimos mais. (DC02)

Uma das entrevistadas respondeu que os encontros são semanais com os alunos e sua matéria é prática, e ela disse que vai integrando, trocando experiências consigo mesma e com os alunos, até chegar a um produto. Nessa análise, penso que o entrevistado não conseguiu entender a pergunta. Dois entrevistados mencionaram que não ocorrem encontros, embora tenham reuniões praticamente mensais, mas não há preocupação com isso, falam no conselho de classe que vão fazer, mas acabam não fazendo. Um entrevistado alertou que tinha proposições a fazer sobre sua componente, embora faça a integração de forma informal, mas tem um conteúdo que tem que ser abordado ali, que poderia ser modificado para atender melhor a necessidade do campus, o outro entrevistado respondeu que

[...] não acontece, não existe, não há integração. (DC07)

Uma abordagem a ser considerada nessa narrativa foi sobre a autonomia que um dos entrevistados coloca: “primeiro precisei de um tempo para mim, para entender o curso quando entrei em agosto, desenvolvi língua portuguesa dialogando com a vida profissional, não precisamente com o artesanato, me integrei com os professores, busquei blogs, a partir daí elaborei estratégias, mas precisei de uma imersão no curso”. Por meio desse caso podemos perceber o comprometimento do educador crítico, no que se refere Freire, sobre a consciência e seus estados na aproximação e estreitamento com sua imersão como sujeito educador perante a realidade histórica, nas palavras de Freire (2018, p. 50), “A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade.” Sobretudo Freire (2018) assinala que nós estamos educando-nos continuamente, na superação de nossas próprias imperfeições, o que sinaliza uma consciência crítica, que está na contramão do conceito descrito pelo educador como consciência bancária.

Nesse caso, o que ficou esclarecido é que cada professor faz sua integração de forma improvisada, sem diálogo com o colegiado do Proeja em Artesanato. Segundo o Plano Político Pedagógico do campus, observado no que se refere à promoção e permanência dos estudantes sobre as práticas pedagógicas, é citado que: “por fim, é válido ressaltar que práticas pedagógicas que valorizem a integração, a associação entre teoria e prática, a formação crítica e a diversidade também contribuem para a permanência dos estudantes.” (IFB, 2013, p. 20).

Sobre essa constatação, parece-me que a permanência dos alunos no curso também está intimamente ligada às práticas educativas integradas e, ao que tudo indica, cada professor faz como consegue, mas sobretudo as práticas não estão ocorrendo de forma abrangente nesse grupo de entrevistados, principalmente se pensarmos que para atender uma qualificação profissional específica, neste caso do técnico em artesanato, faz-se necessário sistematizar quais seriam as componentes curriculares que abarcariam as demais e vice-versa, em um ensaio contínuo e experimental de todo o colegiado atuante no curso.

Outro questionamento importante na pesquisa, especificamente nesse bloco temático, foi saber se o docente está inserido na própria oferta do curso, frequente, conhece e participa do que está acontecendo no crescimento do segmento artesanato no Distrito Federal. De certa forma, pretende-se compreender qual nível de consciência e seus estados os educadores do colegiado do Proeja possuem acerca das realidades locais e do segmento da produção artesanal no qual estão inseridos. Nesse sentido, recorreremos ao conceito, descrito no dicionário Paulo Freire (Streck, Redin, & Zitzoski, 2017, p. 220), de imersão/emersão, acerca do qual Guareschi identifica três possíveis graus de níveis de consciência que, como os processos de imersão/emersão, Freire conforme o dicionário Paulo Freire aplica tanto às pessoas quanto aos grupos ou sociedades. O primeiro é denominado por vários nomes, como consciência mágica, consciência imersa ou consciência intransitiva ou semi-intransitiva, que seria o primeiro grau de consciência,

podendo ser passado para a consciência crítica: “a consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade.” (Freire, 2018, p. 59).

A pergunta realizada teve como foco identificar como os professores justificam a oferta do curso descrita no PPC do Proeja em Artesanato, sua aproximação ao ambiente profissional e sua inserção no mundo do trabalho acerca dos arranjos produtivos locais no Distrito Federal. Nesse prognóstico, buscou-se um dos instrumentos da instituição, denominado Projeto Pedagógico Institucional, fazendo nele uma consulta sobre os princípios norteadores das ações do IFB, onde se pôde encontrar, em seu segundo capítulo, no item III, no qual aparece a seguinte abordagem: vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais.

Sobre as respostas obtidas, 100% dos entrevistados conhecem a produção artesanal do DF e a principal referência foi a Torre de TV. Um dos entrevistados responde que a Feira da Torre é importante, remonta à tradição na cidade e que:

[...] precisa fomentar nas meninas o que é Brasília, fazer um artesanato autoral considerando a região e a cidade que estão inseridas, importante olhar o significado da feira de artesanato para a cidade, acho importante fomentar presença nas feiras nacional, internacional, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), que tem espaços que estão trabalhando com matérias-primas diferenciadas. (DC05)

O mesmo entrevistado fez menção e afirmou gostar dos espaços colaborativos que vendem artesanato nos shoppings de Brasília, e que estimulam também a trabalhar essas feiras na componente língua portuguesa. No conceito atribuído sobre identidade cultural, Guststack (2017, p. 216) faz referência à obra de Paulo Freire no dicionário Paulo Freire (2017), quando afirma que a identidade cultural é como uma bússola e um continente, um ponto de partida e de chegada, algo que orienta toda a sua abordagem pedagógica. A assunção da identidade cultural tomada como pressuposto às práticas educativas remete à educação ao patamar de ação cultural para transformação, mudança e liberdade.

Sobre a vinculação entre a educação escolar, mundo do trabalho, práticas sociais e ações e princípios norteadores, descritas no documento consultado:

Este princípio é proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e estabelece que a educação deve estar vinculada não só ao mundo do trabalho como também à prática social. Nesse sentido, a vinculação da educação com o mundo do trabalho e as práticas sociais propicia ao educando a interação com a realidade social, levando-o a ser agente transformador. (PPI, 2017, p. 22).

No que se observa quanto ao otimismo em relação à continuidade do curso, assim como os aspectos positivos e negativos, a maioria dos entrevistados se mostrou otimista na continuidade do curso e sinalizou proposições quanto à redução da carga horária. Apenas um dos entrevistados utiliza a palavra ‘extinção’, os outros demonstram apreço pelo curso,

compreendem as dificuldades sociais e econômicas do público que o frequenta e elogiaram o projeto como proposta relevante. Sobre os aspectos negativos, todos alertaram sobre a carga horária ser muito densa e que isso precisa ser reavaliado urgentemente; eles também sugerem projetos integradores que estimulem e dinamizem o curso para alcançar uma melhor organização didático-pedagógica, além de integrar mais o currículo entre os módulos. Outro aspecto negativo apontado foi em relação ao alcance do curso nas comunidades, pois, segundo um dos entrevistados, é necessário uma comunicação externa mais efetiva com as comunidades locais, visando a divulgação do curso. Na visão do entrevistado:

[...] nossa comunicação ainda é de forma elitista. (DC05)

Outro entrevistado alertou como fator negativo o deslocamento dos alunos até a escola, devido à dependência do transporte público e os problemas de assaltos nas proximidades do campus, o que leva muitos alunos a desistirem. Uma sugestão nesse sentido, segundo um dos entrevistados, é em relação às aulas de segunda a sábado, pois, na sua visão:

[...] isso faz com que as mulheres não deem conta de vir todos os dias, a carga horária é muito grande, poderia diminuir a frequência para três dias e trabalhar com projetos com eles, pensar numa pedagogia da alternância. (DC05)

Sobre todos os apontamentos críticos nessa narrativa, faz-se necessário pensar nessa etapa da análise de conteúdo em como elaborar um projeto de intervenção eficaz e perceptivo para todos os sujeitos envolvidos no curso Proeja em Artesanato. Sobre o projeto, a formação e a integração da matriz curricular, o Proeja poderia priorizar o cumprimento de projetos integradores que estimulassem o desenvolvimento das “artes do fazer”, isto é, na condição de despertá-los para algumas habilidades que participem individual e coletivamente da produção autônoma de conhecimento sobre as realidades brasileiras, as comunidades locais, os assentamentos agrícolas que produzem artesanatos, as associações e catadores de lixo, visando a sua aproximação com os saberes populares estabelecendo um diálogo técnico científico. Nesse direcionamento, e por meio de tal constatação, ao se pensar um projeto de intervenção podemos referenciar o conceito da Práxis, com o intuito de interpretar e transformar tal realidade.

Práxis pode ser compreendida como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora. Opõe-se às ideias de alienação e domesticação, gerando um processo de atuação consciente que conduza a um discurso sobre a realidade para modificar esta mesma realidade. (Streck, Redin, & Zitzkoski, 2017, p. 235).

Como forma de ponto de partida da próxima reflexão e bloco, intitulado de “Práticas Educativas e Autoavaliação” em relação à docência, e sobre investigar o perfil e competências do professor do curso, pensou-se em uma pergunta de transição acerca das

necessidades, metodologias, instrumentos de avaliação e tempo de preparo destinado para atuar com a educação de jovens e adultos (questão 11b). Na perspectiva freireana, “a docência se constrói, pois, a condição de tornar-se professor se estabelece num processo, não apenas a partir de uma habilitação legal. Envolve a consciência de sua condição em ação.” (Cunha, 2017, p. 330) conforme citado no Dicionário Paulo Freire (2017).

Nesse sentido, a última questão (11b) trata sobre os instrumentos de avaliação e metodologias, e todos os entrevistados concordaram que esse curso possui um público diferenciado e que, de alguma forma, busca vários instrumentos de avaliação, menos a prova. Para a avaliação, eles utilizam exercícios em sala de aula, exercícios encaminhados por e-mail (para incentivar o uso da tecnologia), seminários de apresentação, confecção e apresentação de produtos seguidos por painéis temáticos.

Em relação à prática educativa, um dos entrevistados descreve o módulo profissionalizante do seguinte modo:

Nossa avaliação é da componente oficina tridimensional, fizemos painéis com temáticas, com imagens, desenhos, pesquisas, fizemos uma bolsa, ou seja, pensamos essa bolsa de forma tridimensional, a aluno vai poder fazer um chapéu, acessório, boina, pulseira. Fazer com que ele não pense apenas bidimensional, mas o todo objeto, a carga horária é elevada. Tem sempre algo para melhorar e adaptamos ao perfil da turma. Proposta de atividade planejada, às vezes os alunos não conseguem responder com tanta eficácia para a gente. Todas as maneiras que eu propus elas aceitaram numa boa, com resultado satisfatório. (DC04)

Para complementar, outro docente da área das artes mencionou que entre os recursos e instrumentos instrucionais que agregam suas práticas educativas estão as revistas, apostilas, slides, textos e o quadro, para deixar os objetivos da própria componente curricular mais claros. Já no caso do docente da área de informática, ele aduz que só recebe trabalhos por e-mail, visando a não utilização de papel e estimulando que a comunicação seja feita por meio do computador, e também informa que o conteúdo da componente sempre está disponível digitalmente, pois assim os alunos perdem o receio de usar o computador. Na visão do outro entrevistado, a preparação didática é maior diante da realidade que enfrentamos, pois se tratam de alunos que não têm tempo para estudar em casa, por isso ele procura não fazer provas:

Eu faço trabalhos, atividades em grupos para que umas possam ajudar as outras dentro da sala de aula. (DC03)

Ainda nesse sentido, como professor do módulo de formação básica, vemos uma preocupação com o aprendizado da matemática, pois o docente compreende a realidade do público e menciona que faz o atendimento ao aluno durante a semana, no caso de ele precisar.

Em contrapartida, um ponto levantado por um dos entrevistados é que ele não acredita que seja uma questão de preparação didática, e ainda menciona que o problema não é a formação, mas o perfil docente que muitos não possuem para lidar com esse

público, pois eles são alunos diferentes, têm dificuldades diferenciadas. Em suas palavras,

Tenho conteúdo que me foi repassado quando assumi a disciplina, mas procuro abordar em sala de aula assuntos de interesse do aluno, coisas que possam ser aproveitadas ou possam refletir algo para eles. (DC06)

O outro docente também diz que existem limitações do público, mas a aula é preparada com cuidado, utiliza recursos didáticos, vídeos documentados, imagens e o *datashow*, que é o principal instrumento.

O livro didático utilizo, porém, é direcionado mais para um público do Ensino Médio, pois não é adequado, não temos livros didáticos. Não faço avaliação. Há trabalhos em sala de aula, isso tem funcionado melhor do que uma prova específica num dia específico. Avalio os alunos praticamente eu avalio em todas as aulas, por meio de atividade escrita. (DC07)

Ainda sobre a metodologia e preparação didática para o público específico do Proeja, o entrevistado DC05 diz que desde que entrou no IFB sentiu necessidade de estudar mais as necessidades da Andragogia.

[...] eu tinha doutorado na área de Educação, mas não me servia para trabalhar com EJA, e fiz uma especialização de EJA com o projeto final de como a língua portuguesa deve ser integrada no EJA. A resposta é sim, mas nem todo mundo vai fazer o caminho que eu fiz. Precisa de formação específica, a gente pode fazer uma formação continuada, dialogando, trocando experiências e conseguir fazer um bom trabalho. Ter elaboração de projetos integradores, ter uma formação conjunta, mas não daquele jeito de abrir um *PowerPoint* e ir falando sobre o que é EJA. A sugestão é que nós na verdade fossemos coautores dessa formação. (DC05)

Nas palavras de Teixeira (1967a, p. 43), “não se aprende senão aquilo que se pratica. Aprender é um processo ativo de reagir a certas coisas, selecionar reações apropriadas e fixá-las depois no organismo. Não se aprende por simples absorção”. Ainda sobre essa constatação docente, recorremos ao conceito de individualismo docente, embora os professores colaborem uns com os outros, tal colaboração não ultrapassa a porta das classes, e isso significa que o essencial do trabalho docente é realizado individualmente (Tardiff & Lessard, 2014, p. 210).

#### **4.3.3 Bloco C – Práticas educativas e autoavaliação**

No bloco C começamos com um primeiro diagnóstico de quanto tempo o exercício docente e as experiências em sala de aula trouxeram autonomia, autoavaliação e mudanças de decisões acerca das práticas educativas. De certa forma, a intenção é compreender o perfil e competências do professor atuante no curso, que está sendo ofertado desde 2015, ou ainda, seu percurso profissional como docente. Nessa primeira análise, temos apenas um docente que tem menos de um ano de exercício da prática educativa, o restante tem acima de dez anos.

O ato de ensinar, segundo Freire (2017), uma prática que exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, e esse mundo é idealizado, concebido, desmascarado. O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros, coloca-se em uma posição em face do mundo que não é a de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas também sujeito da história. Nesse caso, a história do tempo como educador, mas além disso, como um dos agentes que transformam tais realidades e obstáculos para o público da educação de jovens e adultos, ainda no sentido sobre a importância da crítica da experiência (Tardif, 2017, p. 48).

De fato, quando interrogamos os professores sobre seus saberes e sobre a sua relação com os saberes, eles apontaram, a partir do próprio discurso, saberes que determinam práticas ou experiências. O que caracteriza os saberes práticos ou experienciais, de modo geral, é o fato de eles se originarem da prática cotidiana da profissão e serem por ela validados. Portanto, dos sete entrevistados, apenas um docente tem menos de um ano de experiência em sala de aula e atua no módulo de formação básica para o Ensino Médio. Nesse mesmo módulo, outros dois entrevistados trazem como experiência dezenove e dezesseis anos de professorado. Já o módulo profissionalizante soma dois docentes: um com dezesseis anos de experiência em vários níveis e modalidades no exercício da educação, e outro com quatorze anos de profissão, sendo que antes de trabalhar no Instituto só havia lecionado para cursos superiores. Os outros dois entrevistados pertencem ao módulo de formação cidadã, um com vinte e quatro anos de exercício da docência e o outro com vinte na educação tecnológica. Todos eles concordaram que a sala de aula é o que agrega prática e autonomia no exercício docente. A fala de um deles trouxe o seguinte:

Adquiri experiência e costume dizer que os alunos mais contribuem para a minha formação do que eu para a deles. Depois assumimos disciplinas que não tivemos a oportunidade de fazer alterações, mas reafirmo que precisam ser mudadas. (DC06)

Outro docente, abordando as experiências em sala de aula, afirmou o seguinte:

Sim, adquiri, passei por diversos níveis de educação e com o tempo há mudanças de hábitos que proporciona melhorias com novas metodologias. (DC01)

O docente com nove meses de experiência não argumentou qualquer outra experiência em sala de aula, e aquele com quatorze anos de experiência afirmou que a adquiriu ao longo de várias atividades. Sobretudo, um docente da área de formação básica para o Ensino Médio diz que é docente desde 2002, e que sua aula é prática, não tendo preocupação burocrática com o PPC, a ementa etc. O entrevistado com mais tempo de exercício docente disse que desde os 19 anos é professora e que trabalhou em diversos níveis, o que trouxe experiência, entretanto não contribuiu para o PPC, mas contribui

dialogando a cada semestre para melhorias, o que sinaliza ações e autoavaliação de sua parte. Logo, conforme afirma Tardif (2017, p. 48) acerca da crítica de tal experiência em sala de aula, quando os docentes foram interrogados “os saberes adquiridos através da experiência profissional constituem os fundamentos de sua competência. É a partir deles que os professores julgam sua formação anterior ou sua formação ao longo da carreira”.

Sobre o segundo questionamento, isto é, “Em que medida você, como professor, participa na organização, decisões e ações relacionadas ao curso?”, ficou claro que os docentes se reúnem nos conselhos de classe, entretanto, o conselho se atenta para discussões acerca dos problemas dos alunos. Os colegiados de Proeja em Artesanato não foram citados e é importante ressaltar que são inúmeras áreas distintas dentro do campus: vestuário, eletromecânica, informática, além do colegiado do Colegiado das Áreas de Formação Essencial (CAFE), e todos tem seu colegiado independente dos cursos em que atuam, como se fossem departamentos de área, entretanto, o colegiado do Proeja em Artesanato não tem Portaria normativa, logo, menos professores que serão exclusivos do curso, pois se compreende a dificuldade deste professor atuar em vários níveis e modalidades, já que ele atende vários cursos dentro da Instituição.

Na visão de três docentes, há pouca reunião para contribuir com as ações relacionadas ao curso, dentre eles, um mencionou que nunca foi chamado a discutir ou tomar decisões. Por fim, um último disse que não há espaço para debate. Outros quatro entrevistados acreditam que existe algum espaço ou instâncias para que essas ações ocorram, que geralmente são o colegiado ou conselho de classe, onde os professores trocam algumas ideias sobre dificuldades e melhorias. Um deles menciona que todo o colegiado do curso deveria participar do debate, pois é muito reduzido do modo como é feito, e na visão de outro entrevistado essa pergunta é difícil, mas ele mencionou que há um conselho de classe e reuniões de colegiado.

Quando foi perguntado sobre a atuação dos entrevistados no curso, foi questionado se foi iniciativa deles atuarem como professor, coordenador ou participar do colegiado dessa modalidade de ensino específica, ou seja, do Proeja. Essa pergunta permite identificar o envolvimento do docente com sua consciência e seus estados. Dos sete entrevistados, três deles afirmaram que a iniciativa para atuar como professor de Educação de Jovens e Adultos foi do colegiado. Somente dois docentes afirmaram que por iniciativa própria escolheram o Proeja. E dois entrevistados passaram a atuar em Proeja pela via de questões legalistas do concurso, que determinava a atuação em diversas modalidades e níveis, na carreira básica, técnico e tecnológica. Freire (2018, p. 51) afirma que na consciência ingênua há uma busca de compromisso, na crítica há um compromisso, e na fanática, uma entrega irracional.

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (Freire, 2018, p. 51).

Em uma das respostas, um aspecto relevante em participar e contribuir para o curso como professor do Proeja foi quanto ao turno ofertado do curso em questão, pois o professor que atua na área de informática disse que aquele foi o primeiro curso a funcionar no período noturno, e ele era o único professor de informática no noturno. Outro entrevistado alegou que seu colegiado de área faz revezamento de disciplinas, mas que no semestre em questão, por já ter trabalhado com o Proeja em Artesanato e ter gostado, ele se ofereceu para ficar novamente com a componente curricular. Nesse sentido, reforço a fala de um dos entrevistados:

A coordenação me convidou e sempre tive empatia pelo curso, alguns querem dar aula só no superior, eu não tenho problema com EJA, tenho experiência e interesse. (DC06)

Com o propósito de aprofundar a experiência profissional, perguntamos como surgiu a oportunidade de exercer a docência na modalidade Jovens e Adultos e se o professor já era docente antes do Proeja. Neste caso, apenas um docente já havia adquirido experiência com o público da Educação de Jovens e Adultos, e sua narrativa trouxe o seguinte:

É uma história longa, pois na graduação minha primeira pesquisa foi sobre EJA, na cidade Paranoá com CDEP, havia uma parceria com a UNB naquela comunidade, existiam muitos imigrantes analfabetos lá, e eu fui bolsista PIBIC da professora I.M., começou em 1993. (DC05)

Já os outros docentes têm o Proeja em Artesanato como primeira experiência com o público específico. Entre eles, uma fala reforça que se tratam de práticas educativas na produção de conhecimento, tema deste Trabalho de Projeto, conforme segue:

[...] a oportunidade é bacana, temos que desenvolver uma linguagem bem específica, um material didático bem específico para atender esse público, eu acho que quanto mais a gente conseguir realizar um processo de transposição didática no Proeja, mais a gente se aprimora também para dar aula nos outros cursos que a gente pensa que tem um nível diferente, mas que não é tão diferente assim, afinal quando a gente vai dar aula nos cursos de nível superior a gente sabe que tem alunos que estão há vinte anos sem entrar na sala de aula né? No Ensino Médio há alunos com deficiências cognitivas que também se a gente não tiver uma capacidade de transposição didática muito eficaz e sobretudo na linguagem a gente não atende esse público. (DC07)

Sobre a autoavaliação e realidades de que o docente faz parte, para nível comparativo perguntamos qual diferença o entrevistado encontra entre a sua experiência como docente anterior ao Proeja e essa nova situação de trabalho. Todos alegaram que essa experiência é distinta, pois se faz necessário atenção a praticamente todas as dificuldades apresentadas pelos alunos. Nas palavras de um entrevistado (DC02), há várias diferenças, como flexibilidade de horário e frequência, embora eles podem acessar o material quando eles quiserem, algo que auxilia quem não pode ir às aulas que acontecem

aos sábados, pois terão o material e as atividades disponíveis na internet, sendo importante ressaltar que muitos deles utilizam o celular. Entretanto, em geral eles não têm autonomia de uso do computador, algo que é uma característica desse curso. Neste caso, é importante ressaltar que, com a nova aprovação do Ensino Médio, a carga horária poderá alcançar até 70% de ensino a distância, o que, nesse caso, já nos remete ao fato de que existe uma dificuldade do aluno da Educação de Jovens e Adultos em relação ao uso do computador.

Quanto à experiência antes e depois no curso, outro professor (DC06) relatou sobre o público e não sobre sua atuação, e falou sobre a existência de desafios que cercam sua experiência com o Proeja. Nesse sentido, ele expõe que existem idades diversas, aprendizado lento, perfil que merece atenção e, para evitar a evasão, é preciso ter um olhar fraterno. Em uma de suas frases ele menciona “que não passar a mão na cabeça da pessoa, mas ter cuidado”. Outro docente afirma que existe sim diferença, citando o seguinte exemplo:

Eu entrei em 98 né lecionei para Ensino Médio né...e curso Técnico em Agropecuária né, durante praticamente dez anos né e ai depois é que nós implantamos o Proeja... parece que quanto mais idade as pessoas têm, mais elas valorizam... Então, isso pra mim como professor é motivante...é tem a questão da evasão e não se pode esquecer que a evasão é alta mas, aí já são uma série de outros problemas. (DC06)

Em uma observação de outro entrevistado, quanto à autoavaliação, temos o seguinte:

[...] é tão difícil falar de diferença do Proeja porque a minha experiência com Proeja é tão reduzido... foi bom no sentido de ter que repensar o discurso em sala de aula, a linguagem e o processo didático... que eu tive que aprimorar lá... depois de incorporar... uma linguagem acadêmês a gente chega para falar com esses alunos com palavras básicas como a palavra independente... eles não sabem o que significa... imagina então se usar equidade social? (DC07)

Portanto, todas as respostas expressam que o significado fenomenológico na docência foi alterado com processo de autoavaliação e com as práticas educativas, pois os processos nunca são os mesmos desde que entraram em sala de aula, e que cada aluno, público, completa sua reformulação quanto ao pensar e educar para jovens e adultos. Logo, concordamos com Freire quando ele trata da retomada dos temas que são ensinados, e que o professor, na condição de proponente do conhecimento, não repete, pois ele, como educador crítico, desenvolve no decorrer das experiências novas produções de conhecimento, considerando que seu próprio pensamento se transformou a partir da experiência no Proeja em Artesanato. Tudo isso faz com que surjam novos ângulos e reflexões acerca da *Pedagogia da Autonomia*, obra de Paulo Freire, que menciona que todo o conhecimento é inacabado, no sentido de que é um processo que se desenvolve continuamente.

Na sequência, temos a questão acerca da integração curricular e de como esse processo é visto pelo educador. A pergunta deixa em dúvida propositalmente se é

necessário ou aconselhável e se o docente expressa e conhece o que está descrito no PPC do curso. Com certo otimismo, abordamos se ele acredita que uma articulação interdisciplinar entre os módulos de formação básica do Ensino Médio, profissionalizante e formação cidadã é aconselhável. Acerca desse questionamento, todos acreditam que não é aconselhável, é obrigação, e daria certo movimento ao curso, possibilitando motivações nos alunos, principalmente nas áreas de matemática, física, química, nas exatas, mas depende do professor. Porém, não foi relatada qualquer experiência até o momento.

Como apoio pedagógico, perguntamos se existe a necessidade de um maior apoio à ação técnico-pedagógica? Que tipo de apoio seria? E se o professor utiliza o apoio didático dos livros do FNDE para o Proeja. Dentre os sete entrevistados, dois afirmaram que utilizam os livros do FNDE disponibilizados para o Ensino Médio no campus e adaptam o material para o Proeja, já os demais afirmaram que não utilizam esses livros. Um deles pediu inclusive que fosse registrado na pesquisa que ele se nega a dar aula para o Proeja em Artesanato com livros direcionados para o Ensino Médio, por se tratarem de realidades bem distintas. A pesquisadora concorda com tal colocação, pois o aluno do Ensino Médio é um aluno em processo de escolarização contínua, já no Proeja em Artesanato há uma situação em que os alunos estão fora da escola há, pelo menos, mais de dez anos, como foi diagnosticado no bloco anterior de perguntas.

Sobre o apoio à ação técnico-pedagógica, ninguém mencionou dificuldades e o tipo de apoio varia entre textos, recursos digitais, som, celular, ou qualquer objeto que venha a propiciar envolvimento e conhecimento. Um dos entrevistados disse que não tem conhecimento desses livros, mas que vê importância de utilizar livros no sentido de tal integração. Outro docente do módulo profissionalizante diz que utiliza livros técnicos voltados para a área do artesanato ou vestuário. Enquanto outro mencionou que nunca sabe quais componentes ministrará no próximo semestre, e fez questão de criticar o planejamento por parte dos superiores.

Entretanto, para solidificar o que descrevemos no parágrafo anterior, nas palavras de um dos entrevistados do módulo de formação básica para o Ensino Médio há carência de livros:

[...] eu me nego a usar os livros do ensino regular para o EJA, existem pouquíssimos materiais para o EJA que eu uso, a maior parte está aberta na internet mas esses materiais não dialogam com o curso técnico em questão, uso o português como articulador geral do ensino no meu próprio material produzido. Há as professoras J. do Riacho e M. de espanhol, e nós estamos tentando produzir material para EJA. Não há material produzido pelo FNDE. Não acredito em chamar alguém para resolver, prefiro que os professores colaborativamente façam o apoio pedagógico, que discutam possibilidades, desafios etc. (DC05)

Nesse sentido, é muito bem observado pelo docente que o apoio pedagógico também poderia ser construído de forma colaborativa e que isso poderia integrar e dinamizar os três módulos que compõem a matriz Proeja. É notório que existe uma retomada por parte dos entrevistados acerca da avaliação, da formação e da integração

curricular no âmbito das práxis educativas, algo que é natural e faz parte da dinâmica dialógica das entrevistas.

Na abordagem seguinte, sobre os instrumentos de avaliação e o acompanhamento formativo e contínuo dos alunos no aspecto da formação técnica em artesanato, perguntamos como é feito o acompanhamento e as avaliações dos alunos Proeja e onde entra o artesanato. Logo, espera-se que os docentes do módulo de formação profissionalizante respondam tranquilamente tal questionamento, pois suas componentes são ligadas à experimentação das práticas manuais e projetos artesanais, porém os outros docentes dos outros módulos de formação básica e cidadã nos farão observar como possibilitam essa ação com foco na educação profissional, que neste caso visa a formação de um futuro técnico em artesanato.

Nesse aspecto, todos os entrevistados demonstraram limitações, independente de atuarem cada um no seu respectivo módulo, algo que sinaliza que o artesanato (produto, técnica, profissão) é o foco e desafio para os docentes, porém sabemos que a educação profissional, de certa forma, está para ensinar as práxis acerca das profissões. Logo, concordando com um dos entrevistados, ensinar e avaliar para o artesanato significa

[...] mais prática que teoria, com objetivo de eles perceberem o contexto, a leitura do mundo, leitura de obra e o artesanato não como manual, mas a percepção simples da criatividade. Se o artesanato é mecânico de forma mecânica ele não tem propósito, não tem fundamento, não tem simbologia. Se ele tem, ele tem sentido para quem produz e quem compra. (DC01)

Já na visão do entrevistado do módulo de formação básica, ligado à área de tecnologia:

O artesanato entra o tempo inteiro na segunda disciplina que leciona, na inicial entra mais como ferramentas de uso geral, mesmo assim coloco questões que eles possam usar na profissão, como eles usam para divulgar o trabalho. (DC02)

Na área das exatas temos a utilização de ferramentas lúdicas para o aprendizado da matemática. O docente do módulo de formação básica do Ensino Médio diz que:

É o maior desafio entrar com artesanato nas disciplinas do Ensino Médio, costumo fazer atividades práticas da minha área e jogos, atividades lúdicas (DC03)

Para o entrevistado do módulo de formação profissionalizante, o artesanato é avaliado de forma contínua, é um projeto que avança cada dia ou semanalmente. E outro entrevistado disse o seguinte:

Uso avaliação formativa que é processual, avalio todo dia, eles fazem portfólio, um diário de aula que eles colocam o que estão aprendendo naquele dia e o que eles gostariam de aprender mais e quais são as grandes dificuldades. Isso ajuda muito porque o acompanhamento é acompanhado, elas também desenvolvem a capacidade de se autoavaliar, a

capacidade método cognitiva que é a capacidade de saber o que sabe e o que não sabe, importante para buscar autonomia, como elas vão fazendo atividade eu dou feedback na hora, elas refazem. Tento unir linguagens na produção do artesanato no curso, um diálogo entre língua portuguesa, literatura e artesanato. Uso autores locais, como Nicolas Berg, e regionais, como Coralina, e vínculo com as escolas literárias, sempre tentando vincular o identitário. Fazia bonecas, mas ampliei para outros produtos artesanais para trabalhar aspectos da disciplina. (DC05)

Como crítica sobre onde entra o artesanato, o último entrevistado menciona que:

Faltam reuniões, e quando tem reuniões é para ocupar com discussões menos relevantes tomando espaço, a área técnica poderia esclarecer melhor a proposta do curso porque a proposta do curso muda independente do PPC mudar, ajuda a mudar o enfoque do curso, a gente precisa pensar em inovações constantes aqui, repensar o curso, eu acho que não tem tido espaço para isso, repensar o curso. (DC07)

Como relato de experiência, também foi citada a avaliação por portfólio, o que nos remete ao quanto é importante trazer outros modos e instrumentos de avaliação contínua para o educando. Nas palavras de um docente:

Eu trabalho com avaliação formativa, então ela é processual e contínua, então todos os dias, eu as avalio, elas também fazem um portfóliozinho e nesse portfólio elas fazem um diário de aula, nesse diário elas colocam o que ela tá aprendendo naquele dia, o que quer, o que gostariam de aprender mais e quais são as dificuldades... isso me ajuda a acompanhar o próprio desenvolvimento das meninas e também elas vão desenvolvendo a capacidade de se autoavaliar. (DC05)

Sobre como é promovido o sucesso destes alunos/formandos em Técnico em Artesanato, os entrevistados não estão certos de que há sucesso no formando em Técnico em Artesanato. Um dos entrevistados disse que o curso não é promissor, a menos que eles já trabalhem na área, pois os que vão sair do curso não vão conseguir inserção no mercado. Isso contrapõe o conhecimento que os entrevistados mostraram quando foram questionados sobre as diversas feiras de artesanato no DF. E a fala deles não menciona que sucesso depende da qualidade que o curso, seus docentes e a escola oferecem para que os alunos possam se realizar como técnicos em artesanato. Outra visão é a de que o aluno técnico em artesanato não é empregado, mas um empreendedor, cooperado ou associado. Afinal, as empresas não estão acostumadas a empregar técnicos em artesanato, pois não condiz com os processos acelerados das fábricas de vestuário, já que peças de artesanato são confeccionadas de forma e tempo bem diferentes.

Entretanto, um dos entrevistados reforça que:

[...] a diplomação dignifica o trabalho, eles conseguem inclusive dar valor ao seu trabalho por ter essa formação. Um entrevistado diz que o sucesso pode acontecer de forma similar ou não, passam três anos aqui e aprendem várias técnicas e muitos já têm seu potencial de criação, o que vão fazer depende do gosto pessoal, do ritmo de alfabetização nas práticas. Isso depende do que querem fazer, do que é preciso fazer, do público-alvo que

vai comprar, da durabilidade, então amplia os objetivos, o aluno tá fazendo e estar se formando. (DC01)

Ainda nesse sentido, um docente, também do módulo profissionalizante, menciona que:

[...] o sucesso está nele mesmo, no aluno, em perceber o quanto ele melhorou como pessoa e profissional, ele entra aqui e faz coisas, mas não compreende e aí ele vai entender os processos, como fazer melhor, mais bem-acabado, mais bem pensado e não simplesmente pintar uma lata e tá resolvido, é artesanato. Escutei de vários alunos falando que saíram muito melhor do que entraram. (DC04)

Quanto a promover o sucesso, um entrevistado, docente do módulo de formação cidadã, disse abordar na sua componente o cooperativismo, associativismo. Nas suas palavras:

[...] faço questão de trazer o artesanato conversando e estimulando os alunos para trazer produtos e sugestões, oriento, falo de associativismo, linhas de crédito para o segmento. (DC06)

Como identificação e experiência, foi perguntado sobre quais outros cursos e modalidades os entrevistados atuam no campus. No grupo de entrevistados, temos todos os docentes atuando em diversos níveis e modalidades, isto é, nenhum docente é exclusivo do curso. A docente (DC01) atua no Ensino Médio Integrado (EMI) e Design de Moda; o DC02 nos cursos técnicos, superiores e na licenciatura; a DC03 no técnico, superior, graduação e subsequente; a DC04 no técnico, vestuário, Proeja e superior; a DC05 em Licenciatura e Proeja; o DC06 em Licenciatura em Física, Técnico em Vestuário, MSI e Proeja; e o DC07 no Ensino Médio e Eletromecânica. Ao todo foram quatro mulheres e três homens entrevistados.

Alguns dos alunos chegam no curso com muita experiência em artesanato, sobretudo aprenderam as técnicas como algo mecânico ou copiado de revistas que ensinam moldes, produtos, acabamentos, isto é, adquiriram saberes como legado. Quando observamos essa prática manual percebemos o imenso legado das práticas artesanais e o que elas podem representar na sua dimensão identitária, bioclimática, sustentável e ainda mais completa na sua dimensão expressivo simbólica.

A pergunta que se segue faz referência também ao universo e legado de Paulo Freire, sobre o conhecimento inacabado, tanto para o educador/educando: Na sua prática docente há pleno respeito aos saberes dos alunos, no que diz respeito às vivências e as técnicas artesanais? Nesse sentido, seis docentes afirmaram que existe respeito aos saberes dos alunos acerca das vivências e das técnicas artesanais, apenas um respondeu que não sabe, pois é a área técnica que faz isso, entretanto, ele respeita isso e faz adequação aos temas sobre economia solidária, cooperativismo e importância dos selos ambientais, mas não sabe dizer em relação ao conjunto dos docentes. Nesse aspecto, o currículo é integrado, e cabe todas as componentes ligarem o artesanato como foco em

potencial. O entrevistado menciona que:

Tenta atentar para o ritmo de cada um, dificuldades, potencial. Eles têm que fazer uma leitura do que foi apresentado e tem que ter críticas negativas e positivas não pejorativas para que o aluno cresça com aquela explicação que o grupo faz. (DC01)

Já o DC02 diz que sim, há um respeito aos saberes dos alunos, e ele admitiu que pede sugestões deles nesse sentido. Outro entrevistado procura valorizar os trabalhos e disse que:

Inclusive minha primeira conversa e contato com os alunos é saber que área eles atuam no artesanato para poder direcionar o trabalho no curso. (DC03)

Nesse aspecto é relevante esse tipo de abordagem num primeiro contato, pois ela valoriza o aluno e ao que ele se dedica, importando ao docente saber quais as técnicas ou segmentos em que ele tem afinidades, pois o artesanato tem vários segmentos (cama, mesa e banho, infantil, maternidade, moda praia etc.) e, como trabalharão no semestre juntos, eles podem produzir conhecimentos e aperfeiçoamentos para ambos, inclusive no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Nesse sentido, o docente nos diz:

Acho importante, valorizo os conhecimentos dos alunos, aprendo mais do que ensino. (DC06)

O último entrevistado discorre que:

[...] não sei se a área técnica faz isso, eu respeito e adéquo ao tema da economia solidária, do cooperativismo, importância dos selos ambientais, mas não sei em relação ao conjunto dos professores. (DC07)

Nessa observação, seguida do olhar do entrevistado sobre o conjunto de professores, foi perguntado se o docente já realizou algum curso no sentido de aprimorar seus conhecimentos e competências, com vistas a atuar no Proeja; e se ele lembra de receber convite para alguma reunião ou capacitação específica para o curso. Alguns professores disseram que nunca receberam convites, entretanto é fato que o Instituto Federal já realizou formações específicas para o Proeja, mas que não tiveram adesão por parte do colegiado.

Nesses diversos posicionamentos os docentes do módulo de formação profissionalizante responderam que:

Na secretaria da educação sempre tem, já vi palestras e sempre estamos abertos para esse propósito de crescer. (DC01)

E outro entrevistado disse o seguinte:

Fiz curso nos quais eu pesquisei, fui atrás para desenvolver, buscar informações, aliadas ao meu conhecimento, mas curso específico que seja promovida pelo Instituto de artesanato, não. (DC04)

Dos três professores que atuam no módulo de formação básica, dois responderam que especificamente para o Proeja não. O outro afirmou que recebeu convite e já fez dois cursos EJA antes de entrar para o Instituto, e também se recordou de um mais recente, num dos *campi* do Instituto Federal. Em relação aos outros dois entrevistados do módulo de formação cidadã, um não lembra de receber o convite: “acho que tinha algo na reitoria, mas não tenho certeza, participei de um grupo de pesquisa da UNB, li uma legislação também para as pesquisas, haviam oficinas de informática e arte, transiarte no grupo de pesquisa” e o outro mencionou que:

Nunca recebi e nunca fiz no Proeja aqui no IFB, os cursos que eu tenho são anteriores, antes de eu entrar na escola agrotécnica, era necessário para fazer concurso. (DC06)

Ainda relacionado à formação, perguntamos se o docente julga ser necessário uma formação específica para atuar no Proeja em Artesanato e como seria essa formação. Todos disseram que sim, apenas um acredita que uma formação específica pode ser limitante. O docente DC01 diz que é necessária uma formação que:

Busque meios diversos para ministrar a disciplina de modo a dar fundamentação.

Já para o DC02, essa formação deve ser:

[...] bem curta dinâmica e que traga essa reflexão, ação sobre o Proeja.

Para o DC03 a formação:

[...] deveria ter formação dentro do próprio campus porque o público é específico.

O DC06 diz que é importante:

[...] mas é importante o perfil e estar ali de livre e espontânea vontade e não adianta ter mestrado ou doutorado, precisa ter paciência. Se não tiver o senso da origem, do ambiente dessas pessoas, dificuldades que elas enfrentam para chegar aqui e ver só transmissão de conteúdo pode não ser útil.

Um docente respondeu afirmativamente quanto à formação, ressaltando que:

Tem que deixar claro qual é o público, o nível de dificuldade, necessidade de rever o conteúdo tradicional do Ensino Médio, acho que os conteúdos devem ser vinculados à prática e até disciplinas como matemática, física

etc. têm que demonstrar a utilidade na medida que muitas coisas ele nunca vai usar. (DC07)

E o DC05 concordou, dizendo que tem que haver uma formação específica, e julga que ela deveria ser feita de forma colaborativa. Concluimos que a melhor maneira de fazer uma formação específica seria aquela que proporcionasse a criação e efetivação do currículo integrado a partir da cultura, algo que ocorreria, nesse sentido, com a proposição de um projeto de intervenção intitulado Itinerário da *Alteridade Cidadã*, que poderia abranger todos os aspectos citados pelo entrevistado, não no sentido de personificar a formação, mas de gerar a compreensão daquilo que o colegiado se motivasse a reconstruir.

Sobre o aspecto da autoavaliação docente, perguntamos como o entrevistado reage a não completude do desenvolvimento das competências e habilidades dos educandos no caso do curso. O entrevistado DC07 apontou que tem buscado adequação dos conteúdos, independente das normas, que por vezes estão longe da realidade. Já o DC05 mencionou que:

Existe muita angústia, pois o professor quer o máximo, e os máximos de cada um são diferentes, experiências de vida diferentes, eu sei que não vou colocar uma aluna dessas como nota 100 no Enem, mas eu posso dar condições a esses alunos para chegar no Enem com nota 100, a avaliação tem que ser personalizada, do estágio um para chegar no quatro.

Em contrapartida, outro docente disse que:

[...] é um pouco frustrante, por outro lado é compreensível porque não condiz com o PPC que a gente consegue trabalhar lá, acho que a ementa não tá condizente. (DC03)

Já para o DC01 cita que a responsabilidade de conhecer as realidades econômicas dos alunos e de atingir os conteúdos têm dois lados: “uma dificuldade dos alunos sobre a matriz, e minha também, é que muitos falam que não fazem porque não têm dinheiro. Eles têm que fazer, mas não têm dinheiro, são entraves”. O entrevistado do módulo de formação cidadã DC02 relata que as disciplinas são bem contempladas, apesar da preocupação da continuidade dessas habilidades, pois eles não usam o computador para a maioria das disciplinas, e nas outras disciplinas é preciso ajustar isso. Já outro docente mencionou que o aluno precisa ser avaliado, mas que no caso da sua componente isto é avaliado de forma continuada e são vários trabalhos:

Percebo se o aluno está evoluindo ou não, não posso obrigá-los, pois são adultos, mas se não faz atividades isso têm consequências, pois precisa ser avaliado. (DC04)

Para o docente DC06, acerca da completude dos conteúdos, há uma preocupação com o que o aluno gostaria de aprender, nas suas palavras, todos os docentes:

Deveriam completar, pois foi programado para isso, procuro ensinar eles, o meu conceito é utilidade para eles, não sei sobre outros professores, tenho conteúdo a ser seguido, mas gostaria de saber o que gostariam de saber, o conteúdo precisa ser reformulado. (DC06)

Para fechar o bloco de autoavaliação do docente no curso em questão, destinado para o público jovens e adultos, perguntamos se ele percebe ou tem conhecimento sobre suas práticas educativas, em outras palavras, se existem críticas ao seu trabalho por parte dos alunos, se ele faz esse diagnóstico e de que forma. A maioria dos professores mencionaram que fazem essa autoavaliação no final do semestre, porém um deles disse que a faz todos os dias. Citamos alguns exemplos e falas para que isso seja levado em consideração para o possível projeto de formação e intervenção nessas discussões.

Os dois docentes do módulo de formação profissionalizante disseram que fazem esse diagnóstico, porém um deles faz esse levantamento no último dia:

Coloco como se fosse uma avaliação, então avalio com eles, uso uma revista, um jornal, um livro, filme, vídeos, para entenderem o propósito e peço que avaliem o que foi o curso, acho que todo professor deve fazer isso. (DC01)

Já o outro diz que tenta ser um profissional qualificado:

Trago novidades, me dedico, se tem críticas eu não sei, mas é impossível agradar todo mundo, estou sempre disponível, tranquila, eu faço minha parte se vier elogios, bom, se não vier do mesmo jeito. (DC04)

O docente do módulo de formação cidadã diz que:

Realiza todo semestre eu peço que avaliem a disciplina, a dinâmica. Fui bem avaliado, são aulas práticas e instigantes, desafiadoras. Mas são aulas que têm pouca frequência por conta de ser no sábado. Há reprovação por conta da frequência. (DC02)

Outro descreve:

Acho que sou bom professor, os alunos reconhecem, o carinho mesmo depois de terminada a disciplina, alguma mensagem boa eu deixei, se não foi conteúdo foi exemplo, embora não haja valorização por parte da gestão, eu gosto de trabalhar com o Proeja. (DC06)

Os outros três docentes responderam que fazem avaliação e inclusive trazem sugestões para esse processo, já que parece que isso não é sinalizado no final do semestre no curso. O entrevistado DC07 diz:

[...] acho que poderíamos ter um momento de avaliação dos professores, não sei se eles estão satisfeitos com o conteúdo, meu trabalho não tenho esse feedback, um processo avaliativo no final do semestre seria interessante sim.

O DC05 relata que:

[...] faço todo dia, procuro fazer reavaliação semestral, faço uma mini-investigação no microcosmos. Às vezes, você planeja, prepara e não sai do jeito que quer. Faço avaliação no decorrer do processo. Às vezes, consigo mudar durante, às vezes não, e uso a experiência para o semestre seguinte no planejamento.

Por último, o entrevistado DC03 diz que:

[...] acredito que consigo passar um pouco do conhecimento pros alunos na minha área, que é muito difícil, existe resistência, deve haver críticas porque é muito conteúdo, mas eu tento amenizar, fazendo outros tipos de atividades ao longo do curso.

Portanto, considerando a questão das práxis educativas e a autoavaliação, entendemos que é importante que os docentes conversem sobre como se autoavaliem dentro do colegiado, dentro da sala de aula, fora da sala de aula, numa visita técnica etc. Há de se pensar como a experiência pode ser o ponto de partida para a reconstrução de currículos, algo que poderia partir do próprio colegiado em uma busca constante de melhoria e autoavaliação.

#### **4.3.4 Bloco D – Cidadania, aluno e infraestrutura**

Neste bloco temático, o discurso pode ser lido como um convite à reflexão no que se refere às práxis burocráticas no espaço educativo público e participativo e sua relação com os sujeitos que buscam sua cidadania de fato. A intenção aqui é de trazer uma reflexão sobre a cidadania, mundo do trabalho e acesso à educação gratuita, proporcionada pela educação técnica e tecnológica nos Institutos Federais. Com base nisso, o questionamento é sobre qual percepção os docentes têm sobre o aluno Proeja e quais as motivações e implicações no transcorrer do processo fazem com que o aluno tenha acesso e permaneça na escola, finalizando seu Ensino Médio Integrado com o Técnico em Artesanato.

Nesse aspecto, o próprio educador Paulo Freire nos chama atenção para a prática educativa crítica, ou ainda trata da alfabetização como elemento de formação cidadã, aprofundando a relação da experiência e da prática do educador na leitura dos saberes que o mundo dos educandos já possui. Neste ponto da pesquisa, procura-se compreender, por meio da temática sugerida, aluno X cidadania, como o aluno é percebido pelo docente atuante, que dimensão identitária ele assume acerca do curso que frequenta, quais suas limitações, quais seus saberes etc. Em relação a esse aspecto, conforme consta no *Dicionário Paulo Freire* (Streck, Redin, & Zitkoski, 2017, p. 365), sobre a referida obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire critica a ideologia opressora fundada na descrença dos sujeitos, considerados incapazes, o que dissemina a absolarização da ignorância e fortalece a visão dicotomia entre “os que sabem e os que não sabem”. Freire (1993a, p. 58), esclarece que “vamos às áreas populares com os nossos esquemas teóricos montados e não nos preocupamos com o que sabem já as pessoas, os indivíduos que lá estão e como sabem”.

Acerca do conhecimento das variações na grande oferta de cursos, isso já indica a existência e o apelo de determinadas áreas, quando pensamos em inovações tecnológicas, mercado, absorção da classe trabalhadora, enfim, acordado com toda a história da educação classista e servil brasileira, logo, partimos do princípio da existência do massacre que tange os aspectos da qualificação e desqualificação dos modos e maneiras que exercem determinadas profissões que logo são impulsionadas, e outras não.

Levando em consideração o caso deste curso, sua matriz foi pensada inclusive com o módulo específico de Formação Cidadã, que está integrada a outros módulos que acontecem todo o semestre. Dentre os módulos, temos: Inclusão Social; Ética e Cidadania; Operador de Computador I e II; História do Trabalho no Brasil; Qualidade de Vida no Trabalho; e Espanhol. Entretanto, o aspecto principal deste bloco será descobrir que conhecimento sobre o aluno Proeja o colegiado possui, quais as motivações/implicações ocorrem para que exista o acesso e a permanência na escola.

Na primeira e segunda questão, temos a necessidade de perguntar sobre como se dá o deslocamento do aluno ao campus, sendo que o curso ocorre no período noturno todos os dias, e com aulas aos sábados no período matutino. Considerando essa situação, o interesse da pesquisa foi saber como os entrevistados avaliam o acesso ao campus por parte dos estudantes, levando em conta as distâncias no Distrito Federal e a questão dos transportes públicos.

Todos os entrevistados relataram que o deslocamento é um fator a ser superado pelos alunos, pois eles moram longe e o ponto de ônibus está distante da escola, embora um deles tenha relatado que várias tentativas de modificar essa situação foram feitas desde que a escola existe, entretanto, somente agora começou a circular um ônibus que passa na frente da escola. Entre as falas acerca da questão dos transportes públicos, temos:

As dificuldades são tremendas, os alunos não têm acesso a transporte, moram longe, o instituto não tem condições de buscar, as empresas de transporte público no DF não cumprem a sua função social que independentemente do lucro devem deixar o aluno aqui na porta, nossos alunos distantes, vulneráveis. (DC07)

Sobre mais um critério de infraestrutura, perguntamos sobre como o docente avalia a iluminação e sinalização no campus XYZ, no sentido de oferecer condições adequadas aos estudantes. Nesse ponto, foi consenso de todos os entrevistados que internamente é boa e adequada, mas no entorno já foi bem ruim e atualmente está muito melhor. Sobre a sinalização, eles consideram que é precária, o que leva muitas pessoas a não saberem que o local se trata de uma escola pública. Nas palavras de um dos entrevistados:

Agora tá boa no campus, mas ainda é um campus muito isolado, não tem comércio, aluno sempre vulnerável na rua, internamente acho que é boa a infraestrutura para minha disciplina dou como satisfeito. (DC07)

Sobre a narrativa de quem são os alunos Proeja, pedimos que os docentes descrevessem o público do Proeja em Artesanato, sua faixa etária e outras características.

Todos concordam que são mulheres, na faixa etária em média dos 30 aos 65 anos, com vulnerabilidade social econômica e que moram em cidades satélites ou na região do campus, entretanto, há pessoas que moram na divisão do estado (DF/Goiás). Houve emotividade ou demora nessas respostas. Segundo um dos docentes:

É um público mais velho, adulto, maioria casado muitas vezes, com filhos, avós muitas vezes, pessoas com déficit cognitivo, muito tempo fora da sala aula, dificuldade de assimilação do conteúdo, precisa alfabetizar primeiro, capacidade nenhuma de interpretação e com algumas exceções, carentes, precisam de apoio para se deslocar. (DC07)

Um outro discurso foi como uma confissão e repleto de emoção:

Tenho apreço pelo curso, tem uma importância social incrível, este curso é mais singular ainda do que outro Proeja que vi, pois ele atrai mulheres. Temos uma dívida social e são mulheres que são mães de família, a maior parte com mais de 35 anos, são minorias sociais, a maior parte negra, vítima de violência. (DC05)

O exemplo comparativo que a docente faz referência, é que ela já participou de outro Proeja ligado a Edificações.

Na sequência, questionamos os entrevistados acerca do tempo que os alunos estão fora do processo de escolarização, e também aproveitamos para investigar o que pensam os docentes quantos aos problemas de pontualidade, já que o transporte foi constatado como um problema existente; sobre assiduidade; se os alunos são esforçados para o ensino aprendizagem; e como eles permanecem na escola. Todos os entrevistados concordam que os alunos se mostram esforçados, entretanto, metade respondeu que não é uma questão de pontualidade, justificando que quase a maioria dos alunos do campus estudado, não é. Um dos entrevistados menciona que essa situação não é exclusividade do Proeja, pois nos outros cursos também ocorrem atrasos devido à falta de transportes para o campus. Já em relação à média do tempo que faz que os alunos pararam os estudos, os exemplos variaram de dez a trinta anos. Um dos docentes fez a seguinte observação em relação à faixa etária:

[...] quanto mais idade eles têm parece que tem um comprometimento maior. (DC06)

Para complementar, outro docente disse o seguinte:

[...] sim são esforçados, mas não pontuais por causa do transporte e isso não é exclusividade dos alunos do Proeja, todos os cursos que atuo são assim. O Proeja acaba sendo influenciado assim como os outros cursos com a grande dificuldade de acesso ao nosso campus, né! Ah você ouve que várias pessoas precisam pegar duas, três conduções pra chegar no campus, muitas vezes têm que sair bem mais cedo de suas casas pra chegar aqui, então a questão do acesso é muito sério. (DC04)

Sobre a evasão, perguntamos aos entrevistados se eles tinham uma estimativa da porcentagem de alunos que abandonaram o curso. Nesses termos, um deles nos contou

que a maior parte da evasão ocorre na transição dos primeiros módulos para os seguintes. Já os professores que lecionam para os módulos iniciais disseram que no mínimo a evasão é de 50%, e os outros dois entrevistados dos módulos finais disseram que não ocorreu evasão. Nesse sentido, em confluência com questionamento anterior sobre a percepção e evasão de cursos do Proeja, um deles relatou, acerca dos diversos cursos Proeja da Rede Federal:

É que o curso precisa ser totalmente reestruturado, é... em função de evasão, não, não só desse, mas em outros cursos também... pois enquanto subsequente, ele tá indo muito bem lá em XYZ, mas quando esse mesmo curso é transformado em Proeja ele vai muito mal, o que nos permite pensar que o problema aqui não está na temática artesanato... porque lá a proposta do curso é edificações e também tá indo muito mal, ou seja, o número de alunos lá, a evasão lá e tão alta quanto aqui. (DC07)

Logo, deduz-se que os Proejas, por se tratarem de um currículo integrado, demandam reestruturações similares. Essa crítica do docente se esclarece com exemplos, pois no curso subsequente, onde existe apenas o ensino técnico, sem o módulo de formação básica do Ensino Médio, não ocorre tanta evasão, mas quando essa qualificação independe da área e integra-se à densa carga horária do Ensino Médio, a evasão é tão alta como no Proeja em Artesanato.

Já existe um levantamento de quem é o público do curso e ressalta-se que o aluno entra por meio de sorteio, ou vagas remanescentes que são abertas para a comunidade, quando as quarenta vagas não são preenchidas. Questionamos os docentes sobre a dimensão identitária dos alunos, isto é, como o docente percebe a integração com as áreas de confluência no campus, como Vestuário e Design de Moda, e se ele faz ou tem conhecimento de projetos integradores. A maior parte dos docentes desconhece projetos integradores nas áreas de confluência com o Artesanato, mesmo o curso sendo lotado no eixo de produção cultural e design, ou abarcado na grande área do vestuário. Foi um consenso de que não ocorre essa integração. Nesse aspecto, um deles mencionou que já houve tentativa, porém se trata de um docente que atua nos três cursos no campus, ora no Técnico em Vestuário, ora no Artesanato, ou ainda no superior em Design de Moda. O entrevistado relatou que:

Infelizmente não, a gente até fez algumas tentativas dessa integração, mas até o momento a gente não conseguiu muito, eu não tô dizendo que não teve. (DC04)

Ainda acerca do tema, outro docente da área profissionalizante diz que é uma dificuldade até quando há eventos culturais:

Não há, não há projetos integradores entre esses cursos, é uma dificuldade, principalmente quando há eventos culturais, como a festa junina, Jeca Fashion, os alunos participam das reuniões, mas cada um no seu canto, na sua bolha, no seu casulo e não tem essa interação de perceber o outro, eu não sei se é medo, se é um respeito exagerado, eu acho que tem que ter

mais essa integração. (DC01)

Perguntamos quanto aos exemplos dados em sala de aula, se eles coadunam com a realidade social no caso do Curso Proeja em Artesanato. Todos disseram, com certo tom de dúvida, que “pensam que sim”, e, analisando questionamentos anteriores, eles mencionaram afirmativamente que há pleno respeito pelos saberes e práticas artesanais que os alunos trazem como experiência.

Ainda sobre uma continuação das respostas sobre a dimensão identitária do aluno dentro do campus e sua integração, perguntamos onde as aulas do Proeja acontecem, isto é, em qual sala, bloco, e se existe autonomia para mudar de sala e utilizar laboratórios das áreas afins. Nesta abordagem temos a fala de um dos entrevistados, que afirmou não ter autonomia. Trata-se de um docente que utiliza em sua componente do módulo profissionalizante Práticas Educativas Experimentais, isto é, na criação de produtos artesanais e projetos artísticos no curso. Acerca disso, ele relata:

Eu preciso de laboratório e eu não tenho, um bom espaço, que esse semestre não foi reservado, não sei por que, to em outra sala, mas eu estou tentando com o módulo fazer as atividades e aí se torna difícil esse ensino aprendizagem e a gente tenta levar a situações de uma certa forma capenga. (DC01)

Na fala do outro entrevistado, as salas são determinadas pelos superiores, e ele diz que nos últimos tempos não consegue fazer uma visita técnica com o ônibus da instituição para o plano piloto. Ele ainda mencion-a que:

[...] nos sábados de manhã com o pessoal do Proeja na componente de ética e cidadania eu os levava para conhecer o Congresso, o Supremo Tribunal Federal, conhecer o Palácio do Planalto. (DC06)

Diante dessa narrativa, deduz-se que essas viagens não ocorrem mais. Outro entrevistado faz uma correção, dizendo que:

[...] na verdade, se vira nos trinta, pois mapas, globo terrestres, mapas, sobretudo, não tem, tem *datashow* e eu pesquiso na internet, mas às vezes falta estrutura mínima para uma aula de geografia, falta acesso à internet naquele lado de lá, nas salas do Proeja. (DC07)

Logo, deduz-se que são salas sem acesso à internet e, no caso os outros cursos, eles acontecem em outro bloco, distante dos alunos do Proeja em Artesanato.

Quatro entrevistados tiveram respostas afirmativas e positivas quanto à infraestrutura, em relação às suas práticas educativas e acerca de suas componentes, mencionando que reservam as salas ou laboratórios e que não têm problemas.

Sobre o que o docente pensa das aulas aos sábados para os alunos, existe um consenso entre eles, pois todos responderam que são improdutivas e que necessitam de mudanças para que a grade horária seja alterada. E, quando perguntamos se ele já havia dado aula aos sábados, como se sentiu e se existe compreensão da sua parte sobre a

dificuldade do professor que leciona aos sábados e das dificuldades para os alunos, apenas dois dos sete entrevistados afirmaram que já deram aulas aos sábados, e a experiência para eles foi relatada como sem produtividade, pois se já existem dificuldades para chegar ao campus durante a semana no período noturno, aos sábados há maior restrição quanto à circulação de ônibus nas proximidades da escola. Os outros cinco entrevistados nunca deram aula aos sábados. Um deles fez projeto, mas todos afirmaram que não é nada positivo o aluno frequentar aulas aos sábados.

#### **4.3.5 Bloco E – Possível formação e intervenção**

O último bloco baseia-se na formação para atuar com a educação de jovens e adultos a partir de um currículo integrado para o Ensino Médio conforme previsto nesta modalidade, Entretanto, complementamos o questionamento, pois buscamos saber também como é vista pelo docente a qualificação do artesanato por meio do curso ofertado, seja na integração do artesanato quanto na sua dimensão expressivo simbólica, identitária, econômica ou sustentável, ou ainda, na sua representação como legado cultural. Nessa linha, busca-se saber o que eles pretendem sinalizar como desafio, se gostariam de alguma formação, se sentem-se inseguros, se estão motivados para a reconstrução do curso que integre mais o artesanato e se, neste caso, foi uma iniciativa própria de fazerem parte da história de um dos primeiros Proejas em Artesanato no Brasil.

Como primeiro questionamento, já nos referindo ao artesanato objeto central do estudo, perguntamos se na história de vida dos entrevistados o artesanato é uma prática educativa que agrega à cidadania no Brasil.

Aqui trazemos o conceito de práticas sociais descrito no PPI da Instituição, no que se refere ao item III deste instrumento, sobre a vinculação entre educação escolar; o mundo do trabalho e suas práticas sociais; e como estas são compreendidas pela Instituição, conforme o segundo capítulo sobre os Princípios Norteadores das Ações de um Instituto Federal (IFB, 2013, p. 20). São elas:

[...] as práticas sociais são compreendidas como todas as atividades e procedimentos convencionalmente legitimados pela sociedade, presentes nos eventos cotidianos, que levam os cidadãos a agirem socialmente, e são consequentemente influenciados pelas tradições, pelas crenças, pelas ideologias e pelas tradições das diversas comunidades. Para o XYZ, a formação do cidadão deve levá-lo a refletir sobre a relação dialógica existente entre as práticas sociais do cotidiano e as estruturas sociais. Dessa forma, a compreensão desse processo dialógico levará ao desenvolvimento de um cidadão crítico, capaz de agir socialmente nos diversos cenários e campos do mundo do trabalho e de transformar os contextos sociais em que está inserido.

Todos os entrevistados concordam que o artesanato é uma prática educativa, logo, também social, pois comporta e é influenciada pelas crenças, ideologias e pelas tradições de diversas comunidades, logo, o convite à inclusão social e sua pluralidade como processo de escolarização de jovens e adultos traz como oferta um curso que agrega cidadania ao

povo brasileiro, seja no aspecto do compartilhamento dos saberes como legado, seja como transformação a partir do conhecimento.

Sobre quais foram as motivações pessoais e profissionais dos entrevistados ao participarem do curso Proeja, e quais desafios foram encontrados ao longo do curso, os docentes descreveram como principais motivações: o retorno dos alunos à escola; a troca dos saberes nessa relação educador/educando na própria produção do conhecimento. Nas palavras de um deles:

[...] é toda a prática que é feita, eu acho que envolve uma troca tanto para o professor, como para o aluno. (DC01)

Outro entrevistado, que já havia mencionado isso antes, fez questão de repetir o que disse sobre a motivação profissional e pessoal, que é a dívida social com o público, pois são mulheres, na sua maioria negras e que sofrem violência. Outro docente demonstra que sua maior motivação foi sua afinidade com a EJA, pois a mãe do entrevistado também se formou em um EJA.

A seguir apresentamos algumas narrativas que reforçam as práxis educativas como objetivo do ensino integrado nessa experiência singular e revelados neste Trabalho de Projeto, são elas:

[...] a motivação pessoal é o retorno, o brilho nos olhos desses alunos ao perceber que a gente, que apesar de tudo poderia estar desmotivado, mas a gente tá tão entusiasmado em sala de aula, quanto uma sala cheia né... isso faz nossos alunos brilharem os olhos e reconhecerem isso né... essa é uma motivação pessoal... esse retorno em saber que tô possibilitando um retorno, a quem não teve acesso ao ensino e fazer uma reflexão e descortinar o mundo, acho que é isso... saber que estou sendo útil nisso. Já o pessoal, o desafio, o sentido de motivá-los... sair de casa todo dia, deixar a família e permanecer no curso, a permanência é o grande desafio. (DC07)

Para o outro docente, quanto à troca de saberes:

[...] os grandes desafios é que o que eu passo pra elas, elas não têm conhecimento, e o que elas às vezes passam pra mim em sala de aula, eu nunca tinha visto, então essa troca, eu acho muito importante. (DC04)

Sobretudo, no olhar da comunidade escolar quanto às práxis, um dos entrevistados mencionou que:

[...] às vezes, as pessoas olham e falam que fundamento tem esse curso, o que cada aluno teve de mais importante quando saiu do curso. Alguma coisa vai ter alguma expressão matemática que ficou guardada, uma frase que ele criou em português, um artista que ele aprendeu na aula de artes, uma música talvez que foi trabalhada em qualquer disciplina, então é toda a prática que é feita, eu acho que envolve uma troca tanto para o professor, como para o aluno. (DC01)

Nesse aspecto dialógico entre a experiência motivacional e na autonomia descrita pelo pensador e educador Paulo Freire, referenciamos as práticas educativas como uma

equação para produção do conhecimento, isto é, como fenômeno educador/educando, e completamos trazendo com uma das falas de um entrevistado em que sua motivação como educador se mescla entre profissional e pessoal. Segundo ele, no aspecto

[...] profissional é principalmente no sentido de conhecer a proposta, conhecer o público, conhecer a metodologia, a pedagogia, já à área é bastante, bastante 'desafiador' porque também é preciso. Não é um público-alvo que eu faço parte em termos de formação de conhecimento, mas é muito agradável, é prazeroso vir dar as aulas, é motivador também. (DC02)

Para o outro docente, suas

[...] motivações pessoais traz afetividade para trabalhar com o curso, neste caso demonstra um exemplo que ocorreu em outro estado minha mãe fez EJA na época, ela se formou no Ensino Médio através da EJA, ela é ligada ao artesanato, então na época se tivesse o Proeja pra ela, eu tenho certeza que ela adoraria o curso de artesanato. (DC03)

Como terceira pergunta do bloco final, temos como abordagem a reflexão acerca de se é possível pensarmos numa formação cidadã e de que forma essa poderia ser inserida no colegiado do curso, como aproximação das realidades com o determinado público, alunos e docentes.

Acerca desse questionamento, dos sete entrevistados, um não soube bem, em um primeiro instante, responder tal pergunta, mas depois achou viável. Dentre as falas, temos o viés das realidades socioeconômicas, das desigualdades e dos compromissos com a esfera pública. Na visão de um dos entrevistados: "eu acho que a gente tem que debater essas questões socioeconômicas dos nossos alunos, o acesso ao campus, e de repente pedir providências aos nossos governantes para melhorar a acessibilidade, pelo menos aqui, para facilitar 'a não evasão'". Já um outro entrevistado, nesse mesmo sentido, diz que o colegiado é distante das realidades dos alunos que chegam no Proeja, fez uma crítica quanto a tal formação cidadã e disse que julga interessante o seguinte:

[...] acho que o colegiado precisa se aproximar das necessidades do aluno, começa por aí, qual a necessidade deste aluno e acho sim que esse curso precisa ser revisto, revisado, justamente porque quando ele foi construído a gente não tinha aluno, então a gente não tinha como saber qual era a necessidade desse aluno que até então não existia. (DC04)

Entretanto, essa observação é algo de que se pode discordar, pois sabemos qual é a missão e para que foram construídos os Institutos Federais, além, é claro, de que no próprio PPC temos uma prévia de que público falamos, no entanto, as práticas são sempre geradoras de outras e novas práticas, e quando mencionamos tal autonomia, trazemos para si a reflexão do sujeito transformador também do projeto, que se mostra ora nas práticas educativas de forma coletiva, por meio do colegiado, ora individualmente. Já a formação cidadã seria um eixo transversal sobre alguma proposta que venha surgir para determinado público docente, e não somente tendo como objetivo conhecer o aluno, sobretudo os

docentes, e o que eles compreendem como cidadania, quais motivações e implicações que são assumidas na dimensão identitária deste colegiado, que não é o da área somente das exatas, ou das humanas, mas integrador de várias áreas. Nesse aspecto, é importante uma formação que sinalize a integração do currículo como desafio a ser construído por várias áreas que compõem tal grupo colegiado.

Dos sete entrevistados, seis acreditam que se faz necessária uma formação cidadã para discutir a questão da formação para o curso Proeja em Artesanato, afirmações citadas como “seria interessante”, “que deveria ser o eixo transversal e discutida em todas as componentes, sobre projetos”, ou ainda, “debater questões socioeconômicas dos nossos alunos, o acesso ao campus e uma formação colaborativa” foram aspectos relevantes para que o possível projeto de intervenção intitulado *Itinerário da Alteridade Cidadã* possa ser proposto. Em contrapartida, em outra visão sobre uma formação voltada somente para o Proeja em artesanato e não para todos os Proejas, um entrevistado falou sobre metodologias de ensino (práticas educativas e práticas pedagógicas) em relação a essa formação:

[...] olha eu acho muito difícil definir uma formação específica, é porque dependendo da área, a formação vai mudar também. Então, antes eu acreditava que ‘ah vamos discutir sobre EJA’ era algo assim muito importante, mas hoje eu já penso assim ‘é preciso discutir sobre Proeja em Artesanato, Proeja em Cozinha, Proeja em Edificações, então a melhor formação é aquela formação que vai dialogar com aquilo que o professor tá fazendo, diretamente. (DC05)

Em outra sugestão, um docente falou sobre os espaços de formação e sua periodicidade:

[...] eu penso que uma formação básica para os iniciantes, com relação à legislação e práticas pedagógicas, penso que uma formação continuada pros professores que atuam no sentido de algumas reflexões, alguns encaminhamentos, talvez aí uma semestralmente, ou cada semana pedagógica talvez pudesse também ter criado algum momento disso semestralmente, não sei. (DC02)

Portanto, conclui-se que a formação cidadã para com o público de jovens e adultos se faz necessária, com viés e diálogo estabelecido principalmente como colegiado de curso, e com a integração dos três módulos. Acreditamos que não se muda uma matriz curricular antes de conhecermos a identidade deste colegiado alinhada com o projeto de inclusão e cidadania que temos como missão. E ainda, a matriz curricular não se trata apenas de diminuição da carga horária ou alteração de componentes curriculares, mas sim da ação educativa que parte o pensar, avaliar, aperfeiçoar as experiências para o alcance de uma maior integração do currículo do Ensino Médio na educação profissional.

Sobre como o docente avalia o PPC do Curso Proeja em Artesanato e sua identidade local no campus de acordo com os arranjos produtivos locais no DF, apenas um docente mencionou que existe uma aproximação do curso com os arranjos produtivos locais, já os demais mencionaram que não existe essa integração e aproximação com as APL's. Em contrapartida, se triangularmos o bloco B com uma abordagem semelhante sobre

o conhecimento do docente nas feiras e produções artesanais no DF, veremos que todos afirmaram que conhecem alguns lugares e até frequentam esses núcleos e feiras artesanais, no entanto, conforme visto no bloco de formação do bloco E, eles preferem dizer que não existe aproximação com os arranjos produtivos locais por parte de algo, que não fica bem definido, podendo ser os gestores, os próprios docentes, os planos políticos pedagógicos, o plano pedagógico do curso, a iniciativa em propor atividades fora da sala de aula etc.

Entretanto, nos próprios instrumentos consultados existe tal aproximação, seja por meio das visitas técnicas, abarcando a diversidade quanto aos legados e tradições ou ainda no próprio estágio supervisionado que os alunos do Proeja em Artesanato precisam cumprir. Enfim, esse questionamento visa perceber de que forma os contextos de PPC acontecem e como acabam distanciando-se de outras, como se essa identidade do docente com os arranjos produtivos locais não ocorresse, bem como a aproximação da escola inserida nesse contexto ao mundo do trabalho.

Mais um aspecto dessa formação é despertar como a autonomia no exercício da docência pode transformar e aproximar não somente o aluno do mundo do trabalho, mas de que forma as práticas artesanais estão ocorrendo segundo os arranjos produtivos locais, isto é, como esse curso é percebido tão específico dentre cinco no Brasil, nas localidades e arredores da escola.

Para complementar, um dos entrevistados disse o seguinte:

[...] não há, me parece que fica só aqui, falta uma divulgação maior, eu tento usar meios de comunicação em massa, falta esclarecimento para que serve o Proeja. (DC01)

E outro afirmou que o Proeja:

[...] possui um corpo de professores que de certa maneira se articula fazendo algumas atividades e reuniões, mas o curso precisa ser reestruturado, bem como falta em relação aos arranjos produtivos locais. (DC02)

Três dos sete entrevistados não souberam responder ou afirmaram não ter conhecimento acerca da ligação dos arranjos do curso, como é o caso do exemplo a seguir:

Eu não tenho conhecimento, mas pode ser que existam professores que façam essa ligação com os arranjos, mas acredito que não. (DC04)

Outro entrevistado afirmou o seguinte:

[...] não sei se o coordenador faz isso, eu vejo que não há nenhuma integração, não há busca, alunos dos cursos e também do vestuário eles têm dificuldade né porque não há integração da escola com os arranjos produtivos locais, e está na lei, por isso houve descentralização por conta

dos arranjos produtivos locais, temos que saber o que a comunidade quer, o que você tá falando tem que ter um sentido para eles senão falar só em teoria eles vão esquecer, a gente leva para visitas técnicas e temos micro-ônibus, mas nunca funciona. (DC06)

Já um dos docentes, de forma otimista e afirmativa, disse o seguinte:

[...] sim, o artesanato, o vestuário, a moda tem um mercado crescente em todos os lugares, a classe média tem consumido produtos ecológicos e socialmente mais justos, há uma classe média estável e representativa no DF, mas não tenho números para isso, tem grande público para absorver esse profissional. (DC07)

Logo, vimos que um dos docentes alarga suas vivências e compreensão, indicando que os números são crescentes na formação e qualificação do Técnico em Artesanato no que diz respeito à aproximação com os arranjos produtivos locais.

Sobre o encaminhamento de uma proposta interventiva, perguntamos se o docente acredita que existe alguma relação entre as dificuldades encontradas pelos professores e a formação que eles receberam para o seu desempenho no curso. Todos afirmam que existem dificuldades para ministrar aulas devido à formação que receberam, uns justificam que no exercício docente “acaba se adaptando”. Outro entrevistado já havia mencionado em outro bloco que, mesmo com formação e doutoramento na área da Educação, também precisou realizar outras duas formações para trabalhar com EJA, e nessa abordagem fez críticas, dizendo que as licenciaturas não formam para a educação profissional. Por essa via, logo se deduz que a educação profissional envolver práxis na produção de determinados conhecimentos também é outro desafio a ser estudado em outro projeto. Nesse mesmo sentido, um docente da área dos módulos de formação básica para o Ensino Médio alerta que nunca foi convidado a conhecer nenhum dos laboratórios da área e traz para si essa reflexão, mencionando que “faz meia culpa”, por não provocar o debate em reuniões, enquanto outro entrevistado coloca-se como narrador, dizendo que “eles não receberam formação nenhuma”.

Entretanto, no PPC do Proeja em Artesanato é mencionado que os professores deverão ter uma formação básica para atuar na Educação de Jovens e Adultos e, nesse caso específico, a autora deste estudo interfere nessa abordagem, pois atuou no curso do Proeja e lembra de ter recebido convites eletrônicos de formações para os diversos Proejas do Instituto Federal local, entretanto, sem ter havido a adesão de vários docentes do respectivo colegiado.

Na sexta pergunta do bloco de Formação, perguntamos especificamente qual formação o docente julga que deve ser proporcionada aos professores do Curso Proeja em Artesanato. De certa forma, foram muitas sugestões, algumas até de propostas criativas que podem trazer resultados, inclusive para os alunos, como a formação de uma associação ou coletivo de artesãos.

O primeiro ponto observado foi que escolher docentes que queiram ensinar e trabalhar com o público específico do EJA seria um ponto de partida para essa formação.

Nesse aspecto, correlacionamos como foi difícil reconhecer quem eram os docentes que atuavam nesse semestre do curso 2018/2 no campus pesquisado, pois, além de não encontrar Portaria sobre Colegiado do Proeja em Artesanato, na resposta por e-mail de uma das coordenações não constavam sobrenomes dos docentes do colegiado. Desse modo, ficou bem difícil identificar os docentes por e-mail para convidá-los para a pesquisa empírica. Sem fazer uso de juízo, o concurso que os Institutos Federais lançam prevê a carreira EBTT, e isso significa trabalhar com várias modalidades de Ensino Básico, técnico e tecnológico, entretanto, concordamos que os docentes precisam, além de se identificar com o EJA, estarem abertos em relação aos saberes e práticas do artesanato que o aluno já detém como conhecimento, sendo isso um ponto relevante e motivador para o docente que atua nesse curso. E sobre a formação, é importante que o docente também se sensibilize com os números e as dificuldades quanto à evasão em nível nacional do público de jovens e adultos, algo visto por meio da plataforma Nilo Peçanha, que reflete o desafio encontrado diante das realidades brasileiras, mas compreende que sua atuação é algo significativo e gratificante, apesar dos números.

O segundo ponto são as práticas educativas ou pedagógicas, pois os entrevistados concordam que os conteúdos avançados e que trazem do ambiente acadêmico são teóricos, e que existe um ruído entre a comunicação com os alunos, pois nem todo o colegiado sabe onde eles moram, quais as suas dificuldades, enfim, essa sensibilização acerca do direito à escola de ser cidadão dentro da própria missão do Instituto Federal, e que reconhece as desigualdades sociais e mostra-se com propósito transformador, de vanguarda, plural, por meio da sua missão de educar todo cidadão que está aqui no Brasil.

Outro aspecto é uma formação para iniciantes com relação à legislação e às práticas pedagógicas na atuação. No que diz respeito à integração deste colegiado, um dos entrevistados mencionou a necessidade de haver uma formação colaborativa e específica para o artesanato, pois não basta querer uma formação para todos os Proejas existentes na Rede Federal, ou por meio de palestras, é necessário que todos atuem e construam essa formação, para que ela desperte a integração e outros projetos, e assim por diante, pois é um processo inacabado e construído simultaneamente.

Dentre as falas, uma delas aponta que se faz necessário sensibilizar-se como colegiado,

[...] situar as necessidades do estudante, de onde vem? Onde mora? Escutar o aluno, integrar os professores, o colegiado para amplificar em sala de aula. (DC01)

Em outras palavras, é preciso uma formação básica para iniciantes com relação à legislação e práticas pedagógicas, FIC (Formação Inicial Continuada) com reflexões talvez semestralmente ou na semana pedagógica, algo que poderia ter sido feito nesse semestre. Entre as implicações em atuar com o Proeja e as formações que é preciso prever, um entrevistado disse o seguinte:

[...] formação humana, de reconhecer desigualdades, diferenças, ambientes onde eles vivem, eles não são números, são pessoas que tiveram dificuldades, mas estão dispostos, precisam ser tratadas com dignidade, respeito, atenção, paciência, até o tom de voz ofende elas, escolher pessoas que queiram ensinar e trabalhar com esse público. (DC06)

Outros aspectos também foram mencionados acerca desta formação, conforme pode ser observado na fala de um dos entrevistados:

[...] acho que duas linhas faltam serem aprimoradas, ativismo e cooperativismo, até criar associação aqui né, saber como funciona o cooperativismo, um canal para comercializar os produtos de artesanato, canais institucionais, uma disciplina de panorama geral do potencial dos produtos, entender o mercado etc. (DC07)

Na dimensão bioclimática, acerca de projeto com o artesanato que os docentes poderiam ter uma formação, um dos entrevistados afirmou o seguinte:

São várias coisas, cidadania, aproveitamento de material, alguma linha pedagógica que vinculasse esse curso. (DC04)

Para outros, seria necessária uma formação colaborativa (DC05) e uma formação na própria pedagogia,

[...] pedagogia, por que somos formados na teoria dos conteúdos avançados, que a gente não ministra nem para o Ensino Médio e depois se perde um pouco da parte pedagógica. (DC03)

Sobre se existe interesse na formação, embora todos os docentes supracitados tenham apresentado bastante sugestões para a formação, nem todos foram adeptos à proposta quando perguntamos: no seu caso específico, existe alguma formação que lhe interesse a curto prazo? Você já participou de formações realizadas pelo Instituto de Educação?

Todos os entrevistados se mostraram abertos para alguma formação em uma tendência ou corrente humanística. Entretanto, quando mencionado se havia interesse em curto prazo para sua realização, isso gerou uma percepção em parte dos docentes de que já era obrigatório e que ocorreria em breve. Dos sete entrevistados, dois se mostraram resistentes à formação a ser construída. Apenas um docente participou de formação realizada pelo Instituto de Educação.

Um dos aspectos dessa possível formação citada são formações que visem compreender os aspectos econômicos e as dificuldades na hora de produzir determinado produto artesanal pelo público EJA.(Formação de Reconhecimento do Público EJA).

Outro tipo de formação sugerida seria voltado para integração da área do artesanato e/ou práticas manuais, no caso de um entrevistado que atua no módulo de formação profissionalizante, na formação na área de economia solidária e sustentabilidade; na

formação sobre instrumentos avaliativos; e na formação na perspectiva de criar trabalhos de integração como formação colaborativa. Tudo isso depende de um primeiro, segundo e sucessivos esboços que serão traçados nesse trabalho, mas sabemos que sua alteração será muito bem-vinda.

Apenas um dos entrevistados mencionou não sentir interesse em formação, pois na sua visão ocorre um desrespeito na distribuição das disciplinas e ele teceu críticas sobre diversos aspectos quanto à gestão escolar do campus, porém, disse procurar se qualificar e buscar informação para melhorar. Entretanto, observa-se, diante dessa fala e de outras, que isso não resulta em melhorias quanto à integração curricular proposta na matriz Proeja em Artesanato, pois o que fica evidenciado na pesquisa é que a formação seria construída e partilhada com todos os docentes para se alcançar resultados melhores, até como propósito de integração do colegiado para alteração da matriz curricular.

A seguir apresentamos algumas falas sobre as formações que o colegiado poderia proporcionar:

Creio que todos poderiam fazer um curso, avaliar o aluno que fez, o que não tinha dinheiro para fazer o trabalho, avaliar ponderando as dificuldades e condições materiais, a criatividade. (DC01)

[...] sim, se for nessa perspectiva de fazer reflexões e trabalho de integração. (DC02)

[...] sim, de participar de cursos formadores para discutir a questão do Proeja, é interessante. (DC03)

Um dos docentes do módulo profissionalizante disse o seguinte:

[...] sim, eu quero curso de prática manual para aplicar em sala de aula e melhorar, no meu caso eu agrego com conhecimentos do vestuário tais práticas artesanais, e não um produto feito em larga escala. (DC04)

Somente para deixar claro, essa última fala vem em comparação quando o docente leciona para o curso Técnico em Vestuário, pois ele já faz parte do eixo industrial. No caso do Técnico em Artesanato, temos uma produção única sem a dominação da escala produtiva ou alienação do aluno/trabalhador. Em outra sugestão, um docente diz:

[...] uma formação no segmento de economia solidária. (DC07)

Outro entrevistado mencionou que:

[...] não há interesse em fazer porque já faço com outras que de alguma forma dialoga, e voltada para área não tem. (DC05)

E o outro achou a pergunta difícil:

[...] eu não sinto assim, não há necessidade de fazer assim né...como eu

disse, recebo disciplinas para serem ministradas na segunda-feira depois das férias, eu recebo a informação. (DC06)

Na perspectiva sobre que espaços de formação são criados no campus para o aperfeiçoamento profissional, quatro entrevistados disseram que não existe espaço de formação para aperfeiçoamento profissional, porém, outro docente disse que tem conhecimento, que são em EaD e oferecidos regularmente, mas não voltados para o curso Proeja. Outro docente disse que essa formação ocorre e já é prevista na carga horária do docente, e mencionou o tempo direcionado à pesquisa e dedicação à preparação do material pedagógico; e outro revelou que tinha dúvidas se era um espaço de formação, mas mencionou que existe uma abertura dos professores para a construção coletiva.

Ficou claro uma grande desconexão entre formação e espaços de diálogo, e discordamos que exista uma ação que promova integração da matriz curricular Proeja de forma aberta, de tal modo que cada professor mostre o que é trabalhado em sua componente curricular. Sobre a expressão, “abertura dos professores”, pensa-se que isso deve ocorrer naturalmente na existência de um colegiado de curso e sua dimensão identitária dentro de todos os outros 11 cursos existentes no campus. Para reforçar tal reflexão, citamos falas de entrevistados que contribuem para o projeto de intervenção:

Ah, eu não sei se eu posso chamar isso de espaço de formação, mas uma quase que eu sinto e que é muito bacana, é a abertura dos professores para a construção coletiva, e isso pra mim é muito importante praquilo que eu defendo como formação. (DC05)

Nenhum, se eu quero eu tenho que correr atrás de pesquisar, ver sites, é me avaliar pra ver o que eu estou fazendo, para que eu consiga ir evoluindo, para que essa evolução desencadeie nessa prática educativa. (DC01)

Ainda sobre os espaços de formação, o entrevistado afirma que:

[...] nenhum, não tem nenhum... nós só temos uma semana pedagógica em que X e Y falam cinco minutos todo acanhado, com medo de que alguém faça alguma pergunta... e eles somem simplesmente somem depois...daí depois trazem é... alguma palestrinha lá, então é dois dias de encontro e não se fala mais nisso... o restante do ano é via e-mail... né, por isso que eu costumo dizer que nós temos uma administração wi-fi, wireless e alguma coisa nesse sentido. (DC06)

Com base nesse pressuposto sobre os espaços de formação no campus, perguntamos se o docente já havia participado de alguns cursos de formação realizados pelo Instituto Federal. Dos sete entrevistados, a maioria disse que não participou de cursos de formação e, de forma geral, mencionaram que houve formações, às vezes na semana pedagógica, que ocorre no início de cada semestre. Os entrevistados DC03 e DC06 mencionaram que não houve nenhuma formação e um dos entrevistados afirmou haver formação e o fez apresentando a crítica construtiva de que a formação existe, no entanto ela sempre se restringe mais a discutir Educação e não Proeja. Outros cinco entrevistados já

constataram alguma formação, um deles falou que:

[...] existe, mas poucas. (DC02)

Entre as falas, temos a de um docente que afirmou existir formação,

[...] principalmente na área de deficientes visuais, debates e seminários. (DC01)

Outro justificou a ausência alegando falta de tempo no horário proposto, dizendo:

[...] houve um pontual curso de bordado irlandês, mas realmente eu não tinha horário para participar, houve essa possibilidade. (DC04)

Outro afirmou o seguinte:

[...] na minha área, na área do Proeja não... no campo pedagógico o Instituto acaba se resumindo a debater educação né, acho que restringe muito a esse debate. (DC07)

Para firmar e ouvir que formação é necessária para o professor atuar no Proeja, assim como processo afirmativo descrito no próprio PPC do Curso, pudemos constatar, por meio de blocos distintos da análise e resultados atingidos, que ocorre um distanciamento entre as práticas educativas dos docentes entrevistados para a construção do conhecimento explicitado nas teorias e missão do projeto. Dessa forma, levando-se em consideração tais problemas, podemos dizer que os questionamentos sobre a formação em blocos distintos nessa pesquisa empírica sinalizam para as mudanças que precisam ocorrer de forma conjunta e compartilhada, pois somente a troca de experiências entre os docentes será capaz de idealizar uma formação colaborativa, integradora, sensível às realidades brasileiras e que tenha o foco em educar jovens e adultos acerca das práxis artesanais e suas completudes quando se deseja a transformação do que está posto.

Da formação dos docentes entrevistados para melhoria da sua atuação, podemos descrever nas falas de um dos entrevistados a seguinte sugestão:

Formação didática. Didática. Não sei muito como usar a palavra específica..., mas a capacidade de transposição didática, rever os conteúdos de ensino da área propedêutica que são mais teóricos, como química, física, geografia, sociologia... (DC07)

No mesmo sentido da metodologia pedagógica, dois docentes disseram que:

[...] é formação pedagógica, didática, acredito que isso e a troca de experiências com os demais professores. (DC02)

Eu acho que é uma formação humanística, no meu ponto de vista repetindo o que eu já disse antes né, é ter sensibilidade, é ter dom de querer trabalhar com pessoas, de entender a situação deles, de querer trabalhar com pobre, de pessoas que são marginalizadas. (DC06)

Como observação e repúdio, outro menciona:

Eu acho que a gente precisa mais de informação como atuar no ensino do EJA, não só no artesanato, mas como tratar esse aluno que há muito tempo tá fora do mercado, da sala de aula. Isso faz com que esse aluno tenha uma dificuldade maior, principalmente nas áreas básicas onde às vezes ele sabe lá em casa, um valor de dinheiro, e esse dinheiro precisa durar a semana inteira, ela sabe dessa economia doméstica digamos assim, mas quando você traz isso tão longe dela, da matemática, química, e tal, isso faz com que ela trave, o aluno trava, então eu acho que aproximar a realidade aproxima muito. E no nosso caso de formação é aproximar fazer o sentido inverso, nos fazer aproximar da realidade deles, então eu acho que esse tipo de formação, eu não sei específica, que material entendeu, mas eu sei da nossa necessidade de se sentir eficaz dando aula, e perceber que o aluno tá mais feliz aprendendo aquilo ali e nenhum tá fingindo que tá dando aula, e o outro fingindo que tá aprendendo, isso que não tá legal. (DC04)

Em contrapartida, um docente diz que ele julga ser muito difícil definir uma formação específica porque, dependendo da área, a formação vai mudar também:

[...] então antes eu acreditava que...ah, vamos discutir sobre EJA era algo muito importante, mas hoje penso assim, é preciso discutir sobre Proeja em Artesanato, Proeja em Cozinha, Proeja em Edificações, então a melhor formação é aquela que vai dialogar com aquilo que o professor tá fazendo, diretamente. (DC05)

Para finalizar as falas sobre sugestão de formação, houve um entrevistado que disse o seguinte:

[...] primeira coisa o professor tem que saber o que é artesanato. (DC01)

Outro documento consultado quanto os princípios para se obter e concluir a integração curricular para o Proeja foi apresentado pelo Documento base da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Brasil, 2007), sendo eles:

- 1) Papel e compromisso das entidades públicas com a inclusão da população em suas ofertas educacionais;
- 2) Inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos;
- 3) Ampliação do direito à educação básica pela universalização do ensino médio;
- 4) O trabalho como princípio educativo;
- 5) A pesquisa como fundamento de formação do sujeito;
- 6) As condições geracionais de gênero, de relações étnico-raciais com fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. (Brasil, 2007, pp. 37-38).

Dessa forma, concluímos que os princípios foram adaptados para o PPC em confluência para as realidades locais, no sentido de promover o exercício para efetivação da

cidadania, do sujeito ação na produção cultural de sua formação em técnico em artesanato. São observados como princípio educativo “o trabalho artesanal e suas vocações regionais” e a integração no mundo do trabalho através de projetos integradores, experiências, pesquisa, extensão e cultura.

Dessa forma, uma proposição do projeto de intervenção a partir das respostas adquiridas procura estar muito mais próxima do caráter interdisciplinar entre as componentes curriculares ou do próprio conceito que se pretende circular para o alcance de um currículo integrado que atenda a educação profissional tecnológica. Seja acerca da dimensão sustentável, econômica, identitária, simbólica acerca do artesanato como formação, ou da própria relação educador/educando, além de outras que possam surgir, o que torna essa investigação comprobatória, entretanto, sabemos que sua proposição será algo sempre em movimento, nunca uma espécie de formação, estagnada e pronta para ser consumida. Pelo contrário, partimos da expectativa de que essas experiências de formação se multipliquem por meio dos docentes que estão no curso e que posteriormente sejam eles os próprios multiplicadores de outros docentes que venham participar do curso.

Também foi constada a necessidade de uma reformulação no PPC do Proeja em Artesanato, assim como a recente aprovação da nova Base Nacional de Educação para o Ensino Médio, e a mudança da matriz curricular e sua carga horária descrita por essa nova política educativa e pelas falas desse grupo entrevistado. Entretanto, isso somente poderá ocorrer a partir de uma dimensão de colegiado que se reconheça como abertura de um debate identitário e conjunto, acerca das afinidades com o artesanato e suas dimensões expressivo-simbólicas, embutidas em uma formação em que predomine como eixo principal “o módulo de formação cidadã”, pois o legado artesanal de determinado povo, alinhado aos saberes e vivências do público excluído do processo de escolarização, a partir das práticas educativas traz a geração e produção de conhecimentos entre futuros artesãos e pesquisadores acadêmicos.

Para a análise, foram levantados os pontos comuns e divergentes nas respostas dos entrevistados; foi realizado o agrupamento destes pontos em comum e a divisão de tópicos coerentes com algumas das preocupações comuns na educação EJA, integração curricular, formação docente etc., com inspiração no pensamento do educador Paulo Freire e também considerando os documentos construídos e observações feitas sobre o curso.

A partir desta análise traçada no capítulo 4, estabelecemos uma proposta de intervenção baseada no que foi relatado pelo colegiado do curso, e como partida propomos temas geradores passíveis de tornarem-se pontos de pesquisa por parte dos docentes, diálogos, grupos de trabalho, trocas de experiências entre eles e ainda diretrizes e ações para se chegar numa possível formação docente que atenda o Ensino Médio integrado na área de artesanato, compartilhando saberes e práticas quanto aos temas gerados.

Após a transcrição das entrevistas, observou-se outros temas que estão seguramente em confluência com a pergunta de partida e que foram sugeridos pelos entrevistados, são eles: entender o público que frequenta o curso e quais as suas realidades e suas dificuldades socioeconômicas; entender a evasão que ocorre mais pontualmente do

módulo I para o módulo II; entender os problemas de deslocamento até o campus, dentre outros. Entretanto, centremo-nos no foco da pesquisa e seus blocos temáticos nessa primeira análise realizada por meio das entrevistas semiestruturadas e sua construção de narrativas: como o artesanato é integrado como prática educativa no currículo da matriz Proeja em Artesanato, isto é, acerca de seus respectivos módulos de formação básica de nível médio, profissionalizante e módulo de formação cidadã para se alcançar o previsto para o Ensino Médio integrado na educação profissional?

#### **4.4 Conclusão do capítulo**

Observamos que o currículo é sempre um território a ser explorado, remodelado, costurado e avaliado continuamente. E também que ocorrem determinadas formações ou encontros pedagógicos no início do semestre voltados para a grande área educativa, porém as experiências de projetos integradores para a formação curricular integrada, ou a participação em reuniões, espaços de formação, amostragem e interdisciplinaridade dos planos de ensino estão aquém do que se pretende como integração. Foi consenso do grupo de entrevistados que se faz necessária uma ação integradora e direcionada, para que a área profissional técnica do artesanato seja integrada ao currículo do curso.

Logo, os entrevistados mostraram-se abertos para formações em uma corrente humanística, que de certa forma os aproximasse dos vários aspectos que circundam a qualificação para o artesanato por meio de um currículo melhor integrado destinado para a escolarização de jovens e adultos na esfera da educação profissional.

Também se concluiu, a partir do que foi exposto neste capítulo, que temos uma prévia avaliação de como o currículo integrado do projeto está sendo experimentado por parte dos docentes, e agora desponta para outra questão, da qual não se muda apenas a matriz curricular de um curso somente pela diminuição de carga horária e que componentes curriculares isoladas não se coadunam com uma educação crítica, libertadora e voltada para o alcance da autonomia e profissionalização dos trabalhadores artesãos. É nas reuniões em que tentamos trazer as vivências e experiências da cultura que é possível apontar para caminhos no âmbito de uma busca coletiva de soluções para a integração curricular. Não é factível ter currículo integrado sem reuniões pedagógicas regulares que não sejam alimentadas por elementos culturais do universo do educando em uma perspectiva problematizadora e de amostragem do que cada docente realiza como aula, como projeto etc. Temas geradores do universo social e cotidiano dos educandos ajudam na construção curricular e permitem uma aproximação pedagógica e afetiva.

Em relação aos saberes dos estudantes e à possibilidade de fomentar uma formação consistente, não apenas para o mundo do trabalho, mas também para a cidadania, isso reforça a construção curricular democrática como um instrumento fundamental e disputado pelos agentes que atuam na educação. Um novo Proeja é possível. Um currículo Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) deve ser aberto à interação com os saberes dos educandos. Entendemos que a possibilidade de superar a dicotomia entre teoria e

prática, bem como do ensino tradicional de conteúdos, é real. Fazer os docentes saírem do óbvio das práticas educativas e fomentarem reflexões sobre possíveis formas de atuar no Proeja é um grande feito. Uma integração dos conteúdos do Ensino Médio com os de caráter técnico é fundamental. Os conhecimentos dos educandos são produzidos ao mesmo tempo em que realizam atividades reais do cotidiano e não são apenas aqueles conhecimentos que tradicionalmente vinculamos à ciência. A cultura é a grande fonte da construção dos currículos, e isto se torna mais significativo ao envolver o artesanato, pois todo homem produz cultura, e dela se produzem conhecimentos que, quando absorvidos, são possíveis de percorrer o universo erudito, acadêmico, massificado e popular.

## 5 PROJETO DE INTERVENÇÃO: ITINERÁRIO DA ALTERIDADE CIDADÃ

Neste capítulo trazemos propostas em torno das práticas educativas na melhoria integração curricular para o curso Proeja em Artesanato de uma Instituição de Educação Federal. Tais propostas foram embasadas em documentos elaborados ao longo do curso, a exemplo do Projeto Pedagógico do Curso(PPC) e Documento Base MEC/Setec (Brasil, 2007), além de análises feitas a respeito dessas práticas e das percepções docentes contidas nas entrevistas semiestruturadas apresentadas no capítulo anterior.

Dividimos as propostas em 5 grupos, na medida em que as observações em relação às práticas educativas abarcaram expressiva diversidade de assuntos de modo a enriquecer a nossa proposição denominada “Itinerário da Alteridade Cidadã”. A ideia de alteridade é inspirada na obra de Paulo Freire, dado que a alteridade é uma passagem condicional necessária para construção do ‘eu’ no mundo, da concepção cultural de todos os sujeitos e saberes, da identidade cultural, da (do)discência, e perpassa pelo se colocar no mundo com todas as diferenças, compreendendo as limitações de cada um e colocando-se no lugar dos outros e suas dificuldades, mas buscando o desenvolvimento da consciência cidadã e autonomia para decisão, elementos que fortalecem a participação dos membros da sociedade com posicionamento crítico e democrático. Trazemos duas contribuições específicas, uma em relação ao curso em geral e outra apontando para uma melhor integração curricular do artesanato. O nome “Itinerário da Alteridade Cidadã” remete-nos à ideia de nos colocarmos na situação dos educandos e percebermos as dificuldades sociais que eles enfrentam, de modo a nos motivar a buscar intervenções e soluções no sentido da transformação social, com propostas, estudos, pesquisas e ações concretas em um dos lugares privilegiados para o exercício da grande missão social: a escola e suas vivências como princípio educativo. Com o projeto se espera:

- a) O fomento às reflexões sobre a variedade de ideias agrupadas nos temas geradores e sua possível concretização por meio de grupos de trabalho como princípio de gestão partilhada e contínua;
- b) A produção do conhecimento a partir da integração da base curricular do Ensino Médio com o Técnico em Artesanato (mundo do trabalho) na busca por um currículo integrado com base na cultura local dos trabalhadores artesãos;
- c) O processo itinerante “práxis transformadoras” no âmbito de uma imersão cultural pautado na relação docente-aluno e vice-versa, e na produção do conhecimento vinculado ao exercício da cidadania, a partir de experimentações, publicações em blogs e acervos de produção artesanal para o curso como memória, ou futuramente a utilização de laboratórios virtuais de beneficiamento de produtos artesanais etc.

Conforme a análise realizada no capítulo 4 e para o alcançarmos o objetivo específico IV descrito na pesquisa, estabelecemos uma proposta de intervenção na

realidade escolar com foco na integração curricular e práticas docentes a partir de temas geradores passíveis de tornarem-se pontos de pesquisa por parte dos docentes, diálogos e trocas de experiências entre eles, e ainda tópicos para um curso de formação docente sobre EJA, compartilhando saberes e práticas quanto aos temas gerados pela pesquisa. As respostas orbitavam em alguns temas confluentes e que podem ser expressados como mostrado na Figura 1.

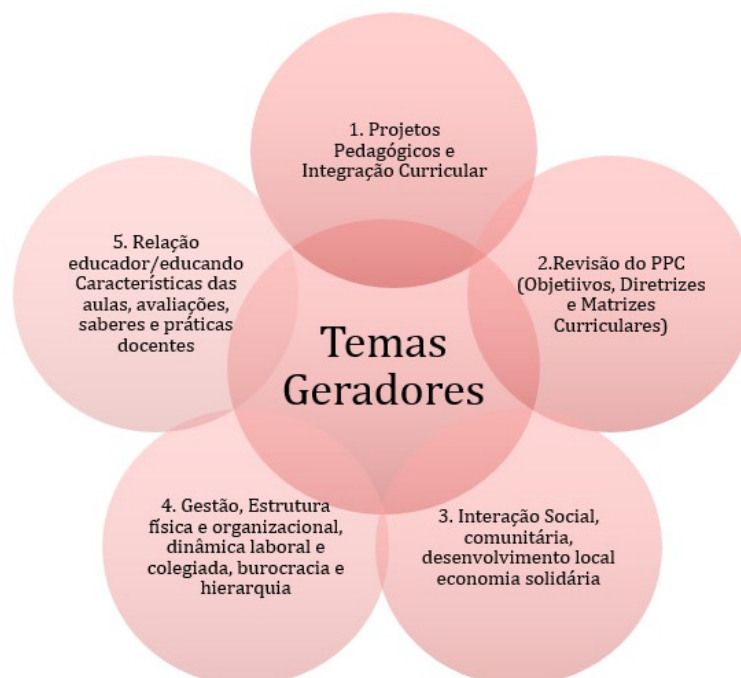


Figura 1 - Grupos temáticos gerados a partir das entrevistas  
Fonte: elaborada pela autora (2018).

Para maior compreensão e detalhamento do projeto, o Quadro 4 apresenta propostas de diretrizes e ações para aprimoramento das questões que foram levantadas no transcorrer da pesquisa. De certa forma, as diretrizes e ações foram esboçadas como proposta inicial de debates, das quais essas cinco temáticas se transformariam em grupos de trabalho que apoiariam a reestruturação e avaliação contínua do novo currículo integrado para o Proeja em Artesanato.

Na primeira proposta temos: Grupo 1 – Projetos Pedagógicos e Ações para intervenção pedagógica – apresentando ações e diretrizes para que os projetos pedagógicos sejam criados a partir da interdisciplinaridade, conforme descrito no PPC, porém garantindo a criação de projetos integradores semestrais com as componentes curriculares do módulo profissionalizante; Grupo 2 – Revisão do PPC – algo que pode estar em desenvolvimento, porém se faz necessário torná-lo mais atrativo e coerente com as realidades levantadas nesta pesquisa, ressaltando que quando falamos de projeto e currículo não estamos atrelados apenas na diminuição de cargas horárias, mas também de conteúdos inovadores e conteúdos que contemplem questões dos interesses sociais; Grupo 3 – Interação Social, comunitária, e desenvolvimento local – sendo um curso que não

desponta para se profissionalizar para as demandas do mercado de trabalho, nesse grupo temático se pensa aproximar os alunos ao ambiente onde estão os núcleos de produção e assentamentos agrícolas no Distrito Federal para que eles se transformem nos futuros agentes culturais ou empreendedores do seu próprio negócio, cooperativa etc.; Grupo 4 – Gestão, Estrutura e Colegiado – nessa temática se pretende minimizar os ruídos na comunicação, seja para que a gestão promova reuniões com o intuito de que os docentes sejam estimulados ao diálogo, aos projetos, no próprio planejamento das aulas, das avaliações, do uso de laboratórios, seja visando estratégias que aproximem o aluno aos cursos confluentes e áreas afins no campus em questão; e Grupo 5 – Relação Educador/Educando – temática inacabada e infindável quando tentamos traçar algumas ações e diretrizes para serem pensadas, os saberes tanto academicista, erudito, massificado ou populares como protagonistas na construção do conhecimento.

Ressaltamos, todavia, que todas as proposições serão dialogadas e com olhar crítico pelo grupo colegiado em questão, no sentido de tentar envolver as vivências, temas, problemas e o ambiente cultural dos educandos na construção de propostas pró-interação entre as componentes curriculares e os projetos que visem melhorias e alternativas na busca pela a integração curricular. Além de ser esse projeto de intervenção apenas uma proposta prévia, que tende ser construído ao longo das discussões de forma democrática, coletiva e colaborativa, de maneira a contribuir para os instrumentos globais dentro da Instituição como o PPP e o PDI, entre outros.

#### **Quadro - Dos temas geradores à proposta de intervenção pedagógica**

##### **Proposta de Diretrizes e Ações para Intervenção Pedagógica**

##### **Temas do Grupo 1 - Projetos Pedagógicos e Integração Curricular**

- 1) Garantir a gestão de projetos integradores entre as disciplinas;
- 2) Possibilitar o desenvolvimento da interdisciplinaridade no espaço escolar e outros;
- 3) Proporcionar a realização de projetos entre diferentes cursos;
- 4) Dialogar estratégias para integrar o currículo entre as modalidades, itinerários formativos e cursos quando for possível;
- 5) Construir espaços de discussão para o uso de atividades, laboratórios e eventos de integração no âmbito dos projetos de extensão e pesquisa;
- 6) Propiciar debates, reuniões, grupos de trabalho para busca da construção de um currículo que atenda professores, alunos, comunidade local;
- 6) Imersão no universo cultural e cotidiano dos educandos problematizando os temas cotidianos com a possibilidade de integração curricular.

**Temas do Grupo 2 - Revisão do PPC (Objetivos, Diretrizes, carga horária e matriz curricular)**

- 1) Gerar adaptação de conteúdos inovadores abordados em sala de aula às matrizes curriculares e vice-versa;
- 2) Revisar o PPC em seus diversos aspectos, a exemplo da organização didático – pedagógica e com adaptação aos arranjos produtivos locais no Distrito Federal;
- 3) Reformular o foco do projeto, o tornando mais prático, mais teórico ou equilibrado;
- 4) Trazer conteúdos que contemplem questões de interesse social vinculadas à cidadania, meio ambiente, cooperativas, economia solidária, selos ambientais reaproveitamento de materiais, formação humanística, práticas do mundo do trabalho, temas sociais em geral, vinculação entre utilidades para os educandos e conteúdos abordados etc.;
- 5) Ajustar ementas em relação às cargas horárias dissonantes tendo em vista os conteúdos mínimos necessários à consecução dos objetivos pedagógicos;
- 6) Reelaborar o currículo quanto à sua avaliação contínua, visando uma aproximação de parcerias e projetos destinados à cultura.

**Temas do Grupo 3 - Interação Social, comunitária, desenvolvimento local e economia solidária**

- 1) Inserir e desenvolver trabalhos nas comunidades com estratégias para formação de agentes transformadores sejam professores, estudantes, profissionais do artesanato etc.;
- 2) Desenvolver temáticas acerca da economia solidária vinculadas ao artesanato e conteúdos sobre as realidades brasileiras, os assentamentos agrícolas que produzem artesanato, os catadores de lixo e associações e trabalhos diversos técnico-criativos;
- 3) Estudar estratégias de comunicação externa voltadas para as comunidades, de modo a ser mais efetiva, superando o modelo elitista de comunicação atual, e traçar estratégias de diminuição de ruído na comunicação;
- 4) Debater sobre a percepção do estudante a respeito dos sinais de sucesso que podem contemplar diversos aspectos, indo além da inserção no mercado de trabalho, pensando o sucesso enquanto desenvolvimento pessoal e profissional, aprimoramento de saberes, práticas, habilidades, competências etc., para além da diplomação.

**Temas do Grupo 4 - Gestão, Estrutura física e organizacional, dinâmica laboral e colegiada, burocracia e hierarquia**

- 1) Propor outras alternativas na gestão e nas reuniões para resultados mais efetivos entre os docentes, gestores, comunidade acadêmica etc.;
- 2) Planejar junto aos docentes definindo previamente ao início do semestre as disciplinas que serão ministradas e planejamento adequado e melhora na distribuição de disciplinas;
- 3) Despertar atenção institucional (governo, órgãos que cuidam do transporte público, escola) no sentido de fornecer recursos e condições aos educandos nas situações de carência, dificuldades cognitivas, portadores de necessidades especiais etc., e outros pontos, tais como escassez no transporte público no local, arredores com maior quantidade e qualidade em condições de segurança e iluminação, falta de recursos

para trabalhos, infraestrutura no campus e nos arredores do campus, aulas nos sábados, pois no sábado é mais difícil para os estudantes chegarem no campus por conta da limitada circulação de transporte público de um modo geral;

- 4) Realizar aprimoramento contínuo do currículo integrado, proporcionando avaliações do colegiado (docentes) como todo, e com o objetivo de observar como o artesanato dialoga com as componentes curriculares do curso;
- 5) Diminuir burocracias para criação de projetos, utilização de recursos no curso, salas, laboratórios etc.;
- 6) Criar estratégias de uso da internet e da tecnologia como forma de aprimorar a comunicação e na proposição de projetos lúdicos em diálogo com o artesanato (laboratórios virtuais);
- 7) Estimular o diálogo entre os cursos existentes no campus ligados ao eixo de Produção Cultural e Design, na possibilidade de verticalização ou formação continuada quanto ao itinerário formativo, descrita no Catálogo Nacional do Cursos Técnicos (CNCT), na sua terceira edição;
- 8) Elaborar técnicas de seleção docente (prova didática) com foco mais específico e prático para os cursos Proeja;

**Tema do Grupo 5 – Relação educador/educando como protagonista na construção do conhecimento: características das aulas, avaliações, saberes e práticas docentes**

- 1) Realizar o trabalho docente atento aos diferentes níveis, ritmos, realidades, dificuldades, trajetórias educacionais específicas, vivências, temas de interesse dos estudantes, sugestões e compreensão acerca da especificidade do artesanato e sua diversidade no âmbito do curso deles etc.
- 2) Utilizar de materiais didáticos específicos e adequados a cada contexto, tais como livros didáticos específicos para cursos regulares presenciais e para EaD
- 3) Desenvolver estratégias de inserção mais objetiva e com foco nos propósitos dos estudantes, carga horária do curso e distribuição de conteúdos práticos e teóricos do Ensino Médio e técnico adequados, dias letivos mais restritos e usos de EaD em atenção ao perfil estudantes e no sentido de evitar a evasão;
- 4) Propor formação crítica e uso de estratégias para fomentar a leitura, produção e interpretação de texto, buscando desenvolver alicerces de autonomia cidadã para o educando;
- 5) Uso de inovações tecnológicas por parte dos docentes em suas práxis, tanto na sala de aula, quanto em reuniões, que possam auxiliar no desenvolvimento profissional, a exemplo do uso de softwares, tablets, computadores, celulares, laboratórios virtuais etc.;
- 6) Desenvolvimento de metodologias diferenciadas de ensino e uso de técnicas de atendimento individualizado de alunos;
- 7) Uso de estratégias pedagógicas diversas para além da prova tradicional;
- 8) Transposição didática, adaptação de linguagens e de conteúdos nas aulas ao perfil dos educandos e estímulo à troca de experiências entre docentes e estudantes através do contato laboratorial de experiências artesanais;
- 9) Conteúdos que contemplem questões de interesse social vinculadas à cidadania, meio ambiente, cooperativas, economia solidária, selos ambientais reaproveitamento de materiais, formação humanística, práticas do mundo do trabalho, temas sociais em geral, vinculação entre utilidades para os educandos e conteúdos abordados etc.;
- 10) Estratégias de desenvolvimento e formação diversificadas dos educandos, reflexiva, constante, dinâmica, paciente, voluntária, compressiva da realidade social dos estudantes, de forma colaborativa etc.;

- 11) Evidenciar a utilidade do curso para os trabalhadores artesãos e dos objetivos a serem alcançados;
- 12) Delimitar o contexto, compreensão das dificuldades, histórico etc. dos estudantes e respeitar às práticas, conhecimentos e saberes dos estudantes e tratamento pautado na dignidade, respeito, atenção, paciência, adequação do tom de voz, cooperativo e pautado nos interesses próprios dos estudantes, foco prático etc.;
- 13) Compreender as questões de gênero do público, inclusive observando que no curso de artesanato há um público majoritariamente feminino;
- 14) Elaborar estratégias voltadas para a interdisciplinaridade e integração na prática;
- 15) Compreender as identidades locais por parte dos educadores e educandos e a formação de *cultural makers*;
- 16) Estimular o desenvolvimento do artesanato autoral e estratégias de participação em eventos diversos, trabalho com conteúdos locais e identitário-simbólico-culturais, uso de matérias-primas diferenciadas etc.;
- 17) Promover agentes transformadores sejam professores, estudantes, profissionais do artesanato etc.;
- 18) Desenvolver e estimular a interação e a apreensão de saberes e práticas do artesanato, das artes do fazer, habilidades, florescer da criatividade, competências etc., e aprimorar a capacidade de apresentar planejamentos e desenvolvimento de produtos artesanais;
- 19) Compreender a tecnologia artesanal, seus conteúdos e diversidade, e estimular a compreensão das realidades brasileiras, dos assentamentos agrícolas que produzem artesanato, dos catadores de lixo e das associações e trabalhos diversos técnico-criativos;
- 20) Realizar imersões em temas do curso, como construir estudos e elaborar estratégias pedagógicas e formações compartilhadas, pesquisas e produção de conhecimento a respeito de dificuldades dos educadores e dos educandos;
- 21) Fazer avaliações docentes, com o objetivo de melhorar e não punir, e reavaliar constantemente as estratégias pedagógicas e didáticas etc.;
- 22) Criar estratégias para ter mais cursos para docentes, inclusive FICs, compartilhando experiências docentes, dialogadas no sentido de fomentar formações diversificadas, reflexivas, constantes, dinâmicas, paciente, voluntária, compressiva da realidade social dos estudantes, de forma colaborativa etc.;
- 23) Produzir em sala de aula e criar estratégias que estejam também, em parte, em consonância com a realidade do mundo do trabalho e com os arranjos produtivos locais, assim como divulgar as experiências e práticas pedagógicas em sites, blogs, artigos, no que diz respeito à confluência do ensino, pesquisa e extensão;
- 24) Alinhar comunicação, tecnologia e educação por meio de projetos integradores e laboratórios vivenciais e virtuais.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Para além deste conjunto de contribuições às práticas educativas do Instituto Federal de Educação em questão, temos a questão da integração curricular, foco do presente trabalho. Embora de alguma maneira a integração se vincule aos 5 temas geradores mostrados no Quadro 4, ela é mais presente nos grupos de temas geradores 1, 2, 3 e 5, sendo mais evidente no primeiro tópico.

A proposta aponta que o foco do curso deve ser mais prático, útil para a vida do

estudante, e que os estudantes devem buscar obter uma inserção no mundo do trabalho (formal ou informal), embora o sucesso deles deva ser medido de diversas formas, não apenas com tal inserção, a exemplo do desenvolvimento pessoal e profissional, das habilidades práticas, das competências etc., para além da diplomação. Além disso, há a necessidade de realização de projetos integradores na prática com pedagogia específica (entre componentes e disciplinas), maior interdisciplinaridade e maior participação dos docentes e do colegiado nos projetos.

Fica explicitado que a introdução da gestão de projetos integradores (pesquisa e extensão) entre as disciplinas é uma estratégia que precisa ser aprofundada, incluindo atividades que permitam que a alteridade cidadã seja colocada em prática, a exemplo de uma imersão cultural no mundo dos educandos. É necessária ainda a reestruturação do PPC com flexibilização da matriz curricular e um foco mais prático do curso e menor carga às matérias teóricas do Ensino Médio, adequando o PPC ao tempo real de sala de aula para ensino dos conteúdos, revisão da bibliografia das ementas, considerações sobre o perfil da turma (aspectos socioeconômicos, gênero predominante no curso etc.), além de ampliar o leque de conteúdos (economia solidária, cidadania), habilidades (manuais inclusive) e competências com raiz humanística.

Também apontamos que a frequência e a carga horária semanal devem ser diminuídas, retirando-se as aulas aos sábados e lançando mão de aulas de EaD (Ensino a Distância), devendo ser usados livros didáticos específicos para EJA, tecnologias em laboratórios experimentais, haver uma atenção individualizada e uma maior prática e o uso de metodologias diferenciadas, tendo em vista o perfil do curso e das pessoas, valorizando formas de interpretação de textos para formação crítica do educando.

É preciso aprofundar a profissionalização do Artesanato no país, e nas suas vocações regionais, estimulando o artesanato autoral, a participação em eventos e o desenvolvimento de *cultural makers*, além de promover agentes transformadores (professores, estudantes, artesãos, agentes comunitários etc.), conhecer as realidades brasileiras dos produtores de artesanato, estimular as artes do fazer, as habilidades, a criatividade, competências e aprimorar a capacidade de apresentar planejamentos e criações de produtos artesanais, além de desenvolver a capacidade crítica, absorção de elementos identitário-simbólico-culturais e o uso de matérias-primas diferenciadas.

É preciso ainda incentivar a interação social, comunitária e o desenvolvimento local e da economia solidária, com inserção nas comunidades e disseminação das práticas de economia solidária vinculadas ao artesanato; incentivar o desenvolvimento de uma formação que esteja alinhada com a realidade do mercado e dos arranjos produtivos locais e suas identidades simbólicas e culturais; melhorar a comunicação junto às comunidades, superando o modelo elitista de comunicação atual; e diminuir ruído na comunicação e estimular o uso de conteúdos e práticas vinculados às cooperativas, selos ambientais etc.

É válida a reflexão apontada por Frigotto *et al.* (2010, p. 34), que critica aspectos do ensino brasileiro na obra *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições, sobre*

*concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*, que se dava por meio de um “ideário social que mantinha o distanciamento entre as classes sociais na medida que o ensino secundário não possibilitava a certificação para o ensino superior, posteriormente começou a ser validado para a entrada de alunos nos cursos superiores”. Entretanto, em decorrência da própria carga horária profissionalizante, os conteúdos propedêuticos ficavam defasados, dificultando que o aluno conseguisse acesso às universidades públicas, fazendo com que os filhos das classes trabalhadoras estivessem sempre predestinados a ser massa trabalhadora.

O Ensino Médio Integrado técnico sinaliza de alguma forma uma nova maneira de escolarizar, aliado à compreensão do ideário da politécnica, que nos faz repensar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Logo, o trabalho visto como princípio educativo, nas suas dimensões simbólicas e identitárias, alcança o saber como produzido pelo conhecimento, não isolado e repetitivo, mas na aceitação dos desafios e nas alternativas para que seja permitida a integração. Alguns fatores são relevantes para que se pense o exercício da integração: a cultura (popular, erudita, acadêmica ou massificada), a formação docente, o modelo do currículo, a carga horária aplicada, o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção etc., tudo menos “o mero adestramento em técnicas produtivas” (Frigotto *et al.*, 2010, p. 35).

Entendemos que, para a consecução dos objetivos integradores, devemos ter como princípio basilar a interdisciplinaridade, a utilização da pedagogia de projetos e até projetos que envolvam diferentes cursos, modalidades, itinerários formativos e experimentações que agucem a curiosidade e divulgação dos projetos realizados nas componentes práticas, na medida do possível. As atividades são fundamentais para o sucesso dessas experiências.

A nossa perspectiva teórica e histórica foi pautada na ideia de saberes populares e não populares, que compõem toda nossa cultura, elemento fundamental para a formação e integração curricular em linha com o pensamento de Freire que ressalta que todo homem tem cultura independentemente das subdivisões classistas de cultura. Paulo Freire critica o enfoque tradicional pautado em conteúdos e disciplinas e defende uma linha mais integracionista que deverá ser construída democraticamente entre educadores e educandos. A crítica principal de Paulo Freire é a do currículo nos moldes da educação bancária, onde os educandos são vistos como repositório de conhecimentos. Para Freire, o ensino e a prática são faces de um mesmo processo, e como a prática é pautada também pela cultura, a educação tem forte vinculação com este processo, inclusive podendo se cristalizar na criação dos currículos com conteúdos, metodologias e práticas a partir dessa cultura.

Entretanto, os enfoques mais tradicionais e os interesses classistas apontam, em termos macro, para uma instrumentalização desses currículos, na medida que constituem fronteiras de embates políticos também (os currículos). As vivências e experiências docentes no âmbito de uma cultura elitista em seu processo formativo, mesmo que eles venham de classes populares, podem dificultar o amadurecimento para este papel transformador e, nesse sentido, é necessário um processo de imersão no universo cultural e real dos educandos, de modo a problematizar e gerar temas no âmbito de uma alteridade

cidadã. É preciso colocar-se no lugar dos outros e sentir as limitações, os problemas cotidianos e obter a consciência necessária para a transformação social.

A proposta para um Itinerário de Alteridade Cidadã pode se dar na organização dos docentes para uma imersão nos problemas do cotidiano e na cultura dos educandos dialogando e problematizando, buscando o desenvolvimento da autonomia, a transformação e a consciência, ao se colocar no âmbito das vivências, da cultura e dos problemas dos educandos em um aprendizado mútuo, de modo que alguns desses temas possam integrar o currículo formativo dos educandos e do educador. Alguns exemplos de imersão podem se dar com a compreensão do cotidiano do trabalho dos educandos e na busca por temas geradores que possam englobar a cultura dos educandos nos currículos integrados. A imersão pode se dar no âmbito do lazer, do trabalho, das artes, da música, dos problemas enfrentados no cotidiano etc.

O projeto aponta para o ato de colocar-se no lugar, como cidadão, como partícipe e como agente capaz de contribuir para a melhoria da educação, do curso, da aprendizagem e da gestão que supera a sala de aula e ampliando-se para um projeto com diversos elementos e proposições a serem pensadas enquanto propostas que valorizam a autonomia. A autonomia é um dos conceitos centrais da obra de Paulo Freire, sendo necessário que educadores progressistas estimulem a autonomia no pensar para a vida, de modo a sedimentar as condições efetivas para uma sociedade verdadeiramente democrática. A autonomia acaba sendo um processo de se tornar humano e de poder decidir o construir de nossa história, e é um passo para poder ter liberdade.

## 5.1 Conclusão do capítulo

Alguns conceitos básicos na obra de Paulo Freire permearam a análise, sendo o de Alteridade aquele que dá nome ao projeto intermitente, transformador, multiplicador, aberto e que abarca obras importantes de Paulo Freire, como a *Pedagogia da Autonomia* (2017), *Pedagogia do Oprimido* (1969) e *Educação e Mudança* (1979), dentre outras.

A alteridade se relaciona com o respeito à diferença do outro em múltiplos aspectos. Colocar-se no lugar do outro, do diferente, e tentar compreender seus problemas e sua cultura como base para a construção curricular e para o desenvolvimento de estratégias no sentido de melhorar as práticas educativas, com imersão docente no ambiente cultural dos educandos, torna-se uma grande contribuição para aprimorar o curso Proeja em Artesanato, em estudo.

De fato, um projeto de intervenção a partir das respostas adquiridas procura estar muito mais em um caráter interdisciplinar, em que a dimensão sustentável, econômica, simbólica acerca do artesanato como formação, e identitária acerca da relação educador/educando, além de outras que possam surgir, torna essa investigação comprobatória, entretanto, sabemos que sua proposição será algo sempre em movimento, nunca uma espécie de formação, estagnada e pronta para ser consumida. Pelo contrário, esperamos que essas experiências de formação se multipliquem nos docentes que fazem

parte do curso e que, posteriormente, sejam eles os próprios multiplicadores de outros docentes que venham a participar do curso.

Foram construídos temas geradores para despertar o interesse do colegiado em debater ações e diretrizes para um novo desenho de currículo integrado as práticas educativas. A proposição é que na maioria das propostas educacionais, quanto reelaboração de reformas, currículos, sistemas de avaliação, dentre outros, a opinião e o que antecede esse debate é algo dificilmente ouvido, embora seja consultado. Neste primeiro desenho que antecede o projeto maior “Itinerário da Alteridade Cidadã,” foram diagnosticados pontos relevantes da pesquisa, porém são indicativos a serem trabalhados para que sirvam de pilares para uma aproximação dos docentes e das realidades de todos os atores que atuam no curso em questão.

O projeto maior é a imersão de docentes nas realidades locais, onde o projeto se desenvolve. E busca solidificar a proposta de um currículo mais prático e vivenciado por todos os atores na esfera educacional brasileira, levando em conta a opinião dos docentes, dos alunos, dos técnicos, das parcerias que possam surgir, e mais ainda, na reformulação de um currículo para o Proeja em Artesanato, que coadune e aproxime-se mais da cultura popular e das vocações regionais, onde os saberes acadêmicos e populares se integrem com os eruditos e massificados na reinvenção do cotidiano da esfera escolar. E que transpasse apenas a emissão de portarias para reformulação de projetos, alterações de matriz curricular, mas a partir da experiência das quais o educador e educando são os protagonistas na produção do conhecimento, nesse sentido e que ecoa sobre currículo integrado, “uma integração teoria e prática entre o saber e o saber fazer” (Brasil, 2007).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho abordamos as práticas educativas em perspectiva ampla e a integração curricular no Ensino Médio Proeja em Artesanato de um Instituto Federal de Educação, com o objetivo geral de compreender as práticas educativas e a integração curricular e dos saberes e práticas artesanais com base em entrevistas realizadas e analisadas a partir de um questionário semiestruturado e em estudos pautados em documentos em uma perspectiva histórico-crítica.

No primeiro capítulo, apresentamos um quadro geral histórico com elementos que ratificam a integração e importância dos saberes e práticas artesanais. Demonstramos que o Artesanato já teve papel fundamental em termos econômicos, bem como na construção cultural e social no Brasil, mas no horizonte histórico tem sido minimizado na era industrial, inclusive enquanto prática essencial à formação de competências, compreensão e delimitação de identidades populares. Ao mesmo tempo, a prática e os conhecimentos artesanais são capazes de fomentar os sentidos de autonomia nacional, popular e consciência do potencial transformador enquanto prática educativa.

Esta perda relativa dos saberes artesanais ocorreu em favor de visões e práticas de cunho mais tecnicista e produtivista na sociedade e no mundo do trabalho, de modo a influenciar as percepções sociais e questões políticas no sentido de apontar o Artesanato como algo de menor valia no âmbito social e no mundo acadêmico, com docentes e pesquisadores formados ou influenciados por vezes pelo elitismo. Também vimos a distinção criada entre as artes voltadas para as elites e as instrumentalizadas e ensinadas para as classes trabalhadoras voltadas para o mundo do trabalho no âmbito de políticas educacionais em distintos períodos históricos no Brasil.

No segundo capítulo, descrevemos a criação e a expansão da rede federal de ensino no Brasil, bem como contextualizamos algumas das lutas pela educação popular para além da questão do analfabetismo ou da formação profissional para o mundo do trabalho, no sentido de permitir a integração de práticas artísticas, artesanais, identitárias, culturais etc., em uma perspectiva crítico-transformadora. Ressaltamos uma retomada da importância do Artesanato no âmbito da expansão da rede federal de educação, na medida que trouxe outras possibilidades de inclusão, abarcando saberes populares.

No capítulo 3, analisamos as práticas educativas no sentido de verificar se de fato ocorre a integração de disciplinas e do artesanato com base em entrevistas semiestruturadas que abarcam a percepção dos docentes participantes. No âmbito das práxis educativas analisadas, a conclusão a que se chega é que de fato não ocorreu a integração curricular, inclusive dos saberes artesanais tal qual prevista formalmente no Projeto Pedagógico do Curso(PPC), perspectiva fundamentada nos relatos dos docentes entrevistados do curso, havendo notoriamente a necessidade de desenvolvimento de meios para a realização de tais objetivos integradores. Desse modo, ficou claro haver uma expressiva distância entre o currículo prescrito e o praticado ou real. Para além desta constatação, as entrevistas embasaram uma série de percepções e abarcaram diferentes

perspectivas e propostas de melhorias que foram sistematizadas por nós em uma perspectiva de intervenção na Instituição Federal de Educação. No entanto, a variedade de propostas não era o foco do trabalho. Nesse sentido, detemo-nos principalmente na questão da integração do artesanato às práticas educativas de fato.

No capítulo 4, elaboramos um conjunto de propostas constantes nas entrevistas dos docentes e as articulamos em 5 grupos geradores por afinidade. Entre os achados que ajudaram a fundamentar as nossas propostas, diretrizes para ação e reflexões em respostas a alguns problemas levantados pelos docentes, temos:

- I) Necessidade de realização de projetos integradores na prática com pedagogia específica (entre componentes e disciplinas), e maior interdisciplinaridade e maior participação dos docentes e do colegiado nos projetos.
- II) Reestruturação do PPC com flexibilização da matriz curricular; foco mais prático do curso e menor carga às matérias teóricas do Ensino Médio, adequando o PPC ao tempo real de sala de aula para ensino dos conteúdos; revisão da bibliografia das ementas; considerações sobre o perfil da turma (aspectos socioeconômicos, gênero predominante no curso etc.); e ampliação do leque de conteúdos (economia solidária, cidadania), habilidades (manuais inclusive) e competências com raiz humanística. O foco do curso deve ser mais prático, útil para a vida do estudante, e os estudantes precisam obter inserção no mercado de trabalho (formal ou informal), embora o sucesso deles deva ser medido de diversas formas e não apenas com tal inserção, a exemplo do desenvolvimento pessoal e profissional, das habilidades práticas, das competências etc., para além da obtenção de diplomas. A frequência e carga horária semanal deve ser diminuída, retirando-se aulas aos sábados e lançando mão de aulas de EaD (Ensino a Distância), devendo usar livros didáticos específicos para EJA, usar de tecnologias, ter uma atenção individualizada, interdisciplinaridade, maior prática e uso de metodologias diferenciadas, tendo em vista o perfil do curso e das pessoas, valorizando a formação crítica, a interpretação de texto e o combate ao analfabetismo e semianalfabetismo.
- III) Incentivar a interação social, comunitária e o desenvolvimento local e da economia solidária, com inserção nas comunidades e disseminação do artesanato; desenvolver de uma formação que esteja alinhada com a realidade do mercado e dos arranjos produtivos locais e suas identidades simbólicas e culturais; melhorar a comunicação junto às comunidades, superando o modelo elitista de comunicação atual, diminuindo o ruído na comunicação e estimulando o uso de conteúdos e práticas vinculados às cooperativas, selos ambientais etc.
- IV) A gestão da escola deve ser mais atenta às demandas docentes e dos

estudantes, proporcionando recursos e soluções efetivas para tais, eliminando burocracias desnecessárias que dificultem a vida da comunidade escolar e a qualidade de vida docente, proporcionando, ao mesmo tempo, um planejamento geral mais efetivo e interativo, inclusive em relação à distribuição de disciplinas de modo a serem definidas antes do início do semestre permitindo maior tempo de trabalho aos docentes na preparação de seus cursos, havendo reuniões mais frequentes e produtivas com encaminhamentos e espaço aberto, democrático e livre à manifestação dos docentes no curso quanto aos problemas do curso, do campus, Instituto, da educação, da comunidade, dos estudantes do curso etc. Ao mesmo tempo, os processos seletivos para a contratação de professores promovidos pela direção escolar, reitoria e terceirizados pagos pelos candidatos devem se ater ao perfil mais prático e às dinâmicas legais pertinentes aos certames, de modo a atender ao interesse público e o perfil do curso. A infraestrutura interna e externa nos arredores do campus deve ser adequada para o desenvolvimento das atividades educacionais, com iluminação adequada, segurança interna e devem ser respeitados os limites legais de uso ostensivo no âmbito de uma instituição de ensino, promovendo melhorias em colaboração com os poderes públicos constituídos no sentido de fornecer transporte público de qualidade e que atenda às demandas da comunidade acadêmica no campus desse Instituto e fornecer os materiais e condições necessárias para os estudantes e docentes realizarem suas atividades educacionais, de modo a otimizar o processo educacional. As estratégias docentes e o curso de formação para EJA (Educação de Jovens e Adultos) com foco em Artesanato devem contemplar a realização de FICs com reflexões a respeito, além de uma formação compartilhada e pautada também nas possibilidades de imersão no curso por parte dos docentes buscando, estudando e elaborando estratégias pedagógicas e didáticas. Quanto à dinâmica laboral e colegiada, é necessário haver mais reuniões efetivas entre os docentes, inovadoras, com maior adesão por parte do colegiado e estímulo por parte da coordenação, diminuindo ruídos na comunicação e abrindo espaço democraticamente para diversos temas que permeiam a vida acadêmica.

- V) Aprofundar a profissionalização do Artesanato no país, estimulando o artesanato autoral, a participação em eventos e o desenvolvimento de *cultural makers*. Incentivar a interdisciplinaridade e integração prática entre as componentes; promover agentes transformadores (professores, estudantes, artesãos, agentes comunitários etc.); conhecer as realidades brasileiras dos produtores de artesanato; estimular as artes do fazer, as habilidades, a criatividade, as competências e aprimorar a capacidade de apresentar planejamentos e criações de produtos artesanais, além de desenvolver a capacidade crítica, absorção de elementos identitário-simbólico-culturais e uso de matérias-primas diferenciadas.

O professor deve procurar, no âmbito de suas aulas, na medida do possível, contemplar os propósitos dos estudantes, o foco mais na prática do que na teoria, com trocas de experiências, buscando desenvolvimentos pedagógicos que levem à formação crítica e à ampliação das capacidades de interpretação de texto, com formação diversificada, reflexiva e humanística, constante, dinâmica, paciente, voluntária, compreensiva da realidade social dos estudantes, feita de forma colaborativa, com adaptação linguística e de conteúdos feita com respeito aos saberes, práticas, conhecimentos etc. dos estudantes, e com avaliações diferenciadas a partir de estratégias pedagógicas obtidas em meio à imersão na realidade do curso e dos estudantes, atendo-se ao ritmo, vivências e temas de interesses dos alunos e suas sugestões, delimitando assim o contexto, as dificuldades, o histórico, as especificidades do perfil e do gênero, classe social etc., predominantes no curso, construindo um sentido e compreendendo o que é artesanato ao longo do curso, usando tecnologias e recursos didáticos existentes. Ao mesmo tempo, deve haver o tratamento com dignidade, respeito, atenção, paciência, adequação do tom de voz e cooperativista, com realização de projetos e conteúdos que perpassem pela economia solidária, o uso de matérias-primas diferenciadas, a compreensão dos selos ambientais, as ações comunitárias etc. É necessário que haja uma educação problematizadora a partir dos temas dos educandos. As formas de avaliar devem ser diversificadas para além da prova tradicional.

Conforme os relatos docentes, houve dificuldade na articulação e resolução de problemas importantes para os educandos, sendo o papel do educador mediar, por meio do diálogo, a produção do conhecimento no âmbito do contexto problematizado e do universo existencial, de maneira ativa e buscando compreender e intervir na realidade social, sem engessamentos desnecessários ao bom desenvolvimento educacional.

Na nossa perspectiva, entendemos que o currículo é fortemente influenciado pela cultura e deve ser construído na interação entre docentes, estudantes e comunidade, sendo inclusive necessário uma imersão no universo do educando por parte dos docentes. O professor, ao se limitar à absorção do currículo prescrito, minimiza sua imersão na cultura local, distanciando-se das vocações regionais dos alunos, da área de integração curricular como exercício das práxis transformadoras (do)discência. Um professor cujo saber erudito e acadêmico não dialoga com os saberes populares massificados tende a aceitar somente o que a elite permite ditar como cultura.

Na perspectiva freireana, a integração curricular deve contemplar as perspectivas dos estudantes de modo dialogado e, embora não tenha havido a possibilidade operacional de entrevistar os alunos, a perspectiva docente traz legitimamente uma série de pontos a serem estudados e melhorados no curso. Cabe lembrar que, embora Freire não tenha uma teoria específica sobre currículo, ele valoriza a cultura, assim como nós defendemos a inclusão da cultura popular dos estudantes na construção dos currículos. Ao mesmo tempo,

nós defendemos a imersão dos docentes no ambiente e universo cultural dos educandos em uma estratégia de alteridade voltada para o fomento à cidadania e para a educação problematizadora, vinculada à cultura e aos saberes populares, algo que poderia facilitar a integração de muitas dessas questões ao currículo dito oficial e às práxis educativas. Tal projeto de alteridade foi proposto no capítulo 4 deste estudo.

Em síntese, existe a concepção tradicional de currículo fechado e muito focado em disciplinas isoladas, algo que se contrapõem à visão crítica que aponta para uma maior abertura, flexibilidade e com perfil integrativo e interdisciplinar entre as diferentes disciplinas, conteúdos etc. Além disso, é necessário observar que, para além da formalização e prescrição de currículos e conteúdos em Planos de Curso e Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs), em uma perspectiva de integração e aberta, deve-se buscar meios para que tal integração ocorra na prática. A hipótese de partida apontava que esta integração, no âmbito das práticas integrativas, não ocorria tal qual prevista no Plano Pedagógico do Curso (PPC) do Proeja em Artesanato. Os resultados alcançados corroboram a hipótese, mas apontam para várias outras questões a partir dos grupos de temas geradores, de modo que foi possível sistematizar contribuições no âmbito de um projeto interventivo que chamamos de “Itinerário da Alteridade Cidadã”. O estudo trouxe contribuições em torno da experiência da EJA, formação docente e integração curricular, bem como permitiu uma melhor compreensão da inserção de componentes curriculares vinculados à história do artesanato no Brasil e à política educacional.

Cabe ressaltar, ainda, a importância da existência do artesanato em cursos de Ensino Médio Integrado, especialmente o Proeja, como um movimento de recuperação das práxis autonomistas, identitárias e transformadoras. De um modo geral, podemos dizer que as elites se organizam e exercem influência por meio de diversos instrumentos, sejam governamentais ou privados, no sentido da defesa de seus interesses, inclusive no âmbito da construção curricular. Quando bem-sucedidos, eles conseguem moldar em boa medida as mentalidades, inclusive de professores formados nestes ambientes e que ao longo de suas carreiras terão dificuldades para compreender o seu potencial papel social transformador e emancipador.

Na presente pesquisa foi fundamental identificar que entre as motivações dos docentes estavam o retorno dos alunos, a troca de conhecimento, a tentativa de sanar as dívidas sociais, as afinidades com os estudantes, o entusiasmo com a sala cheia de estudantes, o ajudar a descortinar o mundo e promover reflexões, além de alguns gostarem de trabalhar na educação. Já entre os desafios, temos o de superar a evasão, integrar o artesanato enquanto disciplina prática e específica, a falta de conhecimento e formação para lidar com o público específico, bem como o uso de conteúdos que abarquem a cidadania, a formação humanística, a problematização, o diálogo, a crítica e a autonomia.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, A. (2012). *Gestão, avaliação e qualidade da educação: políticas públicas reveladas na prática escolar*. Brasília, DF: Liber Livro, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.
- Arroyo, M. G. (2005). Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública (pp. 19-50). In L. Soares (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Augusto, C. A., Souza, J. P., Dellagnelo, E. H. L., & Cario, S. A. *Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)*. Recuperado em 28 março, 2019, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000400007&script=sci\\_abstract&tling=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000400007&script=sci_abstract&tling=pt)
- Barbosa, A. M. (2015). Ensino da Arte e do Design no Brasil: unidos antes do Modernismo. *Revista Digital do LAV*, 8(2), 143-159. Recuperado em 20 março, 2019, de <http://dx.doi.org/10.5902/1983734819869>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2015). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Brasil (2007). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Programa de Integração da educação profissional técnica de nível médio no ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – Proeja: Documento Base*. Brasília: MEC/Setec. Recuperado em 20 julho, 2019, de [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)
- Brasil (2019). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)*. Recuperado em 3 agosto, 2019, de <http://portal.mec.gov.br/catalogos-nacionais-de-cursos-tecnicos>
- Canevacci, M. (1996). *Sincretismo: uma exploração das hibridações culturais* (R. Barni, Trad.) São Paulo: Studio Nobel.
- Capucho, V. (2008). *Naus espanholas em terras brasileiras em tempos e ventos neo liberais: a concepção globalizadora em educação e a formação para cidadania* (Dissertação de mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, PE, Brasil.
- Costa, C.B., & Machado, M.M. (2017) *Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília. Recuperado em 13 agosto, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)
- Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006*. Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Ministério da Educação.
- Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito Rio de Janeiro. Recuperado em 13 agosto, 2019, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro->

1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html

- Dyniewicz, A.M. (2009). *Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes/Methodology of health research for beginners*. Curitiba: Difusão.
- Freire, P. (2017). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários às práticas educativas*. (55a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1993) *Política e Educação*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (2018). *Educação e Mudança* (38a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1969). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1989). *Educação para prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M (Orgs.) (2010). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições* (2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Hilsdorf, M. L. (2003). *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- IFB (2013). Instituto Federal de Brasília. Campus Taguatinga. *Plano Político Pedagógico: Proposta de Curso Técnico Integrado de Jovens e adultos em Artesanato*. Brasília, DF: IFB. Recuperado em 13 agosto, 2019, de <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10618/PC%20TIAR.pdf>
- IFB. (2019). Instituto Federal de Brasília. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 – 2023. Recuperado em 13 agosto, 2019, de [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/19574/PDI\\_2019\\_2023\\_do\\_IFB\\_Versao\\_6\\_6\\_Final%20\(1\).pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/19574/PDI_2019_2023_do_IFB_Versao_6_6_Final%20(1).pdf)
- Lagar, F., & Santana, BB., & Dutra, R. (2013) *Conhecimentos pedagógicos para concursos públicos*. Brasília: Editora Gran Concursos.
- Lei n. 13.180, de 22 de outubro de 2015*. Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 25 fevereiro, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13180.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13180.htm)
- Lei n. 9.394 - LDB, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. Recuperado em 12 agosto, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- Lody, R. (2013). *Barro & Barro: Dicionário do artesanato popular brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Lopes, A.C., & Macedo, E. (2011) *Teorias do Currículo*. São Paulo: Cortez.
- Manfredi, S. M. (2002). *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2005). *Fundamentos da metodologia científica* (6a ed.) São Paulo: Atlas.
- Oliveira, M.R.N.S. (1997) *Educação e Tecnologia: pontos para reflexão*. *Educação & Tecnologia*. Belo Horizonte: V.2.n2.P.18-21.
- Paiva, J., Machado, M. M., & Ireland, T. (2007). *Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004*. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. Brasília: Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: edição eletrônica.
- Piletti, C., & Piletti, N. (2014). *História da educação* (7a ed.). São Paulo: Ática.
- Silva, E. L. & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*

(4a ed.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Streck, D. R., Redin, E., & Zirkovski, J. J. (Orgs.) (2017). *Dicionário Paulo Freire* (3a ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Tardif, M.(2017). *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Tardif, M, & Lessard, C. (2014). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas* (9a ed.). São Paulo: Editora Vozes.

Teixeira, A.(1967) *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. São Paulo: Editora Nacional.

**APÊNDICES**

**Apêndice A – Termo de consentimento livre da instituição****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA  
(INSTITUIÇÃO)**

Esta instituição está sendo convidada para participar, como voluntária em uma pesquisa de Mestrado. Os sujeitos que irão participar serão devidamente esclarecidos sobre as informações acerca da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo. Deste modo, pedimos a sua autorização para que possamos convidar os integrantes desta instituição a participar da pesquisa acadêmica relacionada abaixo, assinando este documento de consentimento da participação institucional, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa a instituição não será penalizada de forma alguma.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

Título do Projeto: **OBSERVATÓRIO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ENSINO INTEGRADO NA MODALIDADE PROEJA EM ARTESANATO DE UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FEDERAL.**

Responsáveis: Doutora Neusa Branco (Orientadora)  
Doutora Adilson Cesar Araújo (Co-orientador)  
Camila Rodrigues da Fonseca (Mestranda-Pesquisadora)

Descrição da Pesquisa: Esta é uma pesquisa desenvolvida para o Curso de Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém (IPS) de Portugal, em cooperação com o Instituto Federal de Brasília (IFB), com o objetivo de traçar uma possível formação e integração da matriz curricular do curso Proeja em Artesanato, com foco nas diversas práticas educativas existentes em um campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília-IFB. Tratando-se de um Estudo de Caso, solicita-se autorização para a recolha de dados, que envolverá as seguintes atividades:

1. Análise documental dos seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico (PPP), atas de conselho, Projeto Pedagógico dos Curso Proeja em Artesanato (PPC) e Regimento Interno.
2. Entrevista semiestruturada com os docentes do colegiado, Coordenador do Curso Proeja em Artesanato, Coordenador Pedagógico, Coordenador Geral de Ensino, Coordenador da área;

Observações Importantes: A participação na pesquisa é voluntária e a desistência não acarretará ônus ao participante. Será garantido o anonimato tanto da instituição como dos sujeitos participantes da pesquisa. O resultado obtido com os dados coletados, serão sistematizados e posteriormente divulgados na forma de um Trabalho de Projeto, que será apresentada em sessão pública de avaliação e disponibilizada para consulta através da Biblioteca Digital de Teses do Instituto Politécnico de Santarém – Portugal. Caso surjam dúvidas ou queira comentar algum aspecto relacionado à pesquisa, a instituição poderá entrar em contato com a pesquisadora, através do telefone: 61-981166648 ou pelo e-mail . A pesquisa não envolve riscos à saúde, integridade física ou moral daquele que será sujeito da pesquisa. Não será fornecido nenhum auxílio financeiro, por parte dos pesquisadores. A coleta de dados da entrevista deverá ser autorizada e poderá ser acompanhada por terceiros.

**TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA**

Eu, \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Responsável pela instituição

\_\_\_\_\_

Autorizo, conforme abaixo-assinado, a utilização para fins acadêmicos científicos do conteúdo coletado em (questionários, entrevistas, análise documental – o que for o caso) para a pesquisa: **OBSERVATÓRIO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ENSINO INTEGRADO NA MODALIDADE PROEJA EM ARTESANATO DE UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FEDERAL**. Fui devidamente esclarecido pelo (a) estudante Camila Rodrigues da Fonseca, Matrícula **160216005**, sobre a pesquisa, os procedimentos envolvidos, assim como os seus objetivos e finalidades.

Brasília/DF, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela Instituição

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

## Apêndice B – Guião das entrevistas

**Tema:** Mapear as motivações e desafios da formação dos professores do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos (Proeja) em Artesanato.

**Objetivo Geral:** Compreender as práticas educativas do Colegiado do Curso Proeja em Artesanato e sua integração na matriz do curso vigente conforme Plano Político Pedagógico.

**Estratégia:** entrevistas semiestruturadas com questões ordenadas logicamente e divididas em cinco blocos (A, B, C, D e E), a fim de mapear as práticas educativas dos entrevistados.

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
<p><b>Bloco A</b></p> <p><b>ESCLARECIMENTOS DA ENTREVISTA</b></p> <p><b>Motivação do Entrevistado e Legitimidade</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Garantir a confidencialidade dos dados;</li> <li>2) Legitimar a entrevista informando o entrevistado sobre a natureza e objetivos deste trabalho;</li> <li>3) Valorizar o contributo do entrevistado motivando-o a colaborar;</li> <li>4) Agradecer a participação.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Autoriza a gravação desta entrevista?</li> <li>2) Deseja saber mais alguma coisa acerca deste trabalho?</li> <li>3) Tem alguma dúvida?</li> </ol>	<p>Apresentar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, a finalidade da investigação para a proposição de um projeto de intervenção, entre outras informações;</p> <p>Definição do que estamos interessados em observar: essa pesquisa tem como ponto de partida compreender as práticas educativas do colegiado do curso atuante 2018/2º na integração da matriz do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos (Proeja) em Artesanato. Reforçar conforme orientação;</p> <p>Importância da participação do entrevistado e relevância para a prossecução do trabalho;</p> <p>Confidencialidade e anonimato das informações prestadas.</p>

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
<p><b>Bloco B</b></p> <p><b>CONTEXTOS SOBRE O PROEJA EM ARTESANATO DE ACORDO COM O PPC (PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO)</b></p>	<p>1) Identificar as concepções que os entrevistados possuem sobre o que são os cursos do Proeja no Brasil;</p> <p>2) Levantar interrogações e necessidades que o curso possui para a integração da sua matriz curricular vigente (módulo de formação básica do ensino médio, módulo profissionalizante em artesanato e módulo de formação cidadã);</p> <p>3) Conhecer a importância que o entrevistado atribui às diferenças do Proeja em relação às outras modalidades/cursos de atuação no Instituto Federal de Educação.</p>	<p>1) Se tivesse de explicar a alguma pessoa (familiar) o que são os cursos Proeja, como o faria?</p> <p>2) Qual a sua definição de educação de jovens e adultos?</p> <p>3) Qual a sua percepção sobre o curso Proeja?</p> <p>4) De que forma você conheceu o Plano Político Pedagógico do Curso Técnico em Artesanato (e-mail, reuniões, sites)? Estava no campus ou ajudou a construir o projeto em questão?</p> <p>5) Conhece algum Proeja em Artesanato no Brasil ou professores que atuam nessa área de artesanato, já trocou experiências ou práticas pedagógicas com outros pesquisadores?</p> <p>6) Você leu o PPC do Proeja em Artesanato? Tem conhecimento da matriz integrada e seus módulos? Tem críticas a fazer sobre sua componente, ementas e bibliografias sugeridas? Como você acompanhou a implantação do PPC e o avalia?</p> <p>7) O que precisa ou não ser alterado no PPC do curso,</p>	<p>Conceitos</p> <p>Experiências</p> <p>Motivações</p> <p>Desafios</p>

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
		<p>quais ações você faria?</p> <p>8) O PPC trabalha com a perspectiva de integração das áreas e de saberes?</p> <p>9) Como você se organizou para trabalhar a integração curricular? Com que frequência os encontros ocorrem?</p> <p>10) Conhece locais de venda da produção artesanal no DF (shoppings, atividades em ateliês, eventos culturais, cafés no DF etc.), que contribuem para a divulgação e comercialização do artesanato? Quais?</p> <p>11) Como você vê o futuro do curso? Quais os aspectos positivos e negativos para o funcionamento do curso?</p> <p>12) Você acha necessário um certo preparo didático para desenvolver conteúdos para a modalidade Proeja? Quais práticas educativas? Quanto tempo tem sido destinado para planejar as aulas do Proeja? Como avalia e que instrumentos são usados?</p>	Desafios

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
<p><b>Bloco C</b></p> <p><b>PRÁTICAS EDUCATIVAS E AUTOAVALIAÇÃO</b></p> <p><b>Perfil e competências do professor do Curso Proeja</b></p>	<p>Conhecer competências profissionais específicas do professor do Curso Proeja em Artesanato/outros e levantar questões sobre as necessidades que o curso possui (PPC do Proeja em Artesanato) para integração de sua matriz curricular (módulo de formação básica, profissionalizante e cidadã).</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Há quantos anos é professor (a)? Nesse tempo, acredita que adquiriu autonomia em sala de aula? Você participa ou contribui na construção do plano de curso?</li> <li>2) Em que medida, como professor (a), participa na organização, decisões e ações relacionadas ao curso?</li> <li>3) Foi sua iniciativa atuar como professor (a) dessa modalidade de ensino específica, do coordenador, colegiado da área ou do Proeja?</li> <li>4) Como surgiu a oportunidade de exercer a docência na modalidade Jovens e Adultos?</li> <li>5) Você já era docente antes do Proeja? Nesse caso, identifica diferenças entre essa experiência e a experiência no Proeja? Quais?</li> <li>6) Acredita que uma articulação interdisciplinar entre os módulos de formação básica do ensino médio, profissionalizante e formação cidadã é aconselhável?</li> <li>7) Na sua atuação, acha necessário um</li> </ol>	<p>Conceitos de Autonomia</p> <p>Experiências</p> <p>Motivações</p> <p>Desafios</p>

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
		<p>maior apoio à ação técnico-pedagógica? Que tipo de apoio seria? Você utiliza o apoio didático dos livros do FNDE para o Proeja?</p> <p>8) Como são feitos o acompanhamento e as avaliações dos alunos Proeja? Onde entra o artesanato?</p> <p>9) Como pensa que é promovido o sucesso destes alunos/formandos em técnico em artesanato?</p> <p>10) Você atua em outros cursos e modalidades no campus? Quais?</p> <p>11) Na sua prática docente há pleno respeito aos saberes dos alunos em relação às vivências e as técnicas artesanais?</p> <p>12) Já realizou algum curso no sentido de aprimorar seus conhecimentos e competências, com vistas a atuar no Proeja? Lembra de receber convite de alguma reunião ou capacitação específica para o curso?</p> <p>13) Você acha necessária uma formação específica para atuar no Proeja em Artesanato? Como seria essa</p>	Desafios

<b>Blocos</b>	<b>Objetivos do entrevistador</b>	<b>Questões ao entrevistado</b>	<b>Foco investigativo do entrevistador</b>
		formação?  14) Como você reage à não completude do desenvolvimento das competências e habilidades dos educandos no caso do curso?  15) Como você se avalia como docente de estudantes jovens e adultos? Sabe se existem críticas ao seu trabalho por parte dos alunos? Faz algum diagnóstico de seu trabalho?	

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
<p><b>Bloco D</b></p> <p><b>ALUNO, INFRAESTRUTURA E CIDADANIA</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Conhecer o olhar do docente sobre o (a) aluno (a) que participa do curso;</li> <li>2) Investigar o conhecimento do (a) entrevistado (a) sobre as condições (implicações) do deslocamento de estudantes até o campus;</li> <li>3) Conhecer a opinião do (a) entrevistado (a) sobre a evasão de alunos (as);</li> <li>4) Conhecer o grau de integração dos (as) alunos (as) a outras modalidades e afins de ensino.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Gostaria de saber como avalia o acesso ao campus por parte dos estudantes, considerando as distâncias no Distrito Federal e a questão dos transportes públicos? Quais foram os principais problemas evidenciados quanto ao funcionamento do Proeja?</li> <li>2) Como avalia a iluminação e sinalização no campus Taguatinga no sentido de oferecer condições adequadas aos estudantes? Quais são as condições de infraestrutura do campus?</li> <li>3) Você poderia descrever o público do Proeja em Artesanato, sua faixa etária e outras características?</li> <li>4) Na sua experiência, os alunos são pontuais, esforçados, e saberia dizer em média por quanto tempo pararam os estudos?</li> <li>5) Na sua história com o Proeja em</li> </ol>	<p>Conceitos</p> <p>Experiências</p> <p>Motivações</p> <p>Desafios</p>

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
		<p>Artesanato, quantos alunos ou porcentagem aproximada você se lembra de evadir?</p> <p>6) O aluno Proeja em Artesanato consegue se integrar com as áreas de confluência do campus Vestuário e Design de Moda? Você conhece projetos integradores?</p> <p>7) Os exemplos dados em sala de aula se coadunam com a realidade social no caso do Curso Proeja em Artesanato?</p> <p>8) As aulas do Proeja acontecem em qual sala, bloco etc.? Existe liberdade para mudar de sala, usar equipamentos e utilizar laboratórios para as práticas educativas? O que é necessário para exercer as práticas educativas da sua componente curricular?</p> <p>9) O que você acha das aulas de sábado para os alunos? Você já deu aula aos sábados?</p>	Desafios

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
<p><b>Bloco E</b></p> <p><b>FORMAÇÃO</b></p>	<p>1) Conhecer as necessidades de formação dos docentes que lecionam no Curso Proeja em Artesanato;</p> <p>2) Saber qual a importância que o(a) entrevistado(a) dá à formação neste contexto;</p> <p>3) Conhecer seu nível de conhecimento das realidades e arranjos produtivos locais onde os alunos estão inseridos;</p> <p>4) Como a formação cidadã pode ser inserida no contexto do colegiado do curso Proeja em Artesanato?</p>	<p>1) Na sua história de vida, o artesanato é uma prática educativa que agrega à cidadania no Brasil? Como?</p> <p>2) Quais foram as suas motivações pessoais e profissionais ao participar do curso Proeja? Quais os desafios encontrados ao longo do curso?</p> <p>3) Como a formação cidadã pode ser inserida no contexto do colegiado do curso Proeja em Artesanato?</p> <p>4) Como você avalia o Plano do Curso Proeja em Artesanato e sua identidade local no campus? Na sua visão existe aproximação com os arranjos produtivos locais no DF?</p> <p>5) Gostaria de saber se acha que existe alguma relação entre as dificuldades encontradas pelos professores e a formação que receberam para o seu desempenho no curso?</p> <p>6) Que formação específica</p>	<p>Necessidade de Formação</p> <p>Qualidade de Formação</p> <p>Organização, Realização, Avaliação</p> <p>Implicações</p>

Blocos	Objetivos do entrevistador	Questões ao entrevistado	Foco investigativo do entrevistador
		<p>pensa que deve ser proporcionada aos professores do Curso Proeja em Artesanato?</p> <p>7) No seu caso específico, existe alguma formação que lhe interesse fazer a curto prazo?</p> <p>8) Que espaços de formação são criados no campus para o seu aperfeiçoamento profissional?</p> <p>9) Já participou de cursos de formação realizados pelo IFB?</p> <p>10) Que formação é necessária para o professor atuar no Proeja?</p>	<p>Implicações</p>

## Apêndice C – Termo de consentimento livre dos docentes e gestores



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA (TCLE) (ENTREVISTAS COM DOCENTES E GESTORES)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de Mestrado que tem como tema **“OBSERVATÓRIO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ENSINO INTEGRADO NA MODALIDADE PROEJA EM ARTESANATO DE UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FEDERAL”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Camila Rodrigues da Fonseca, matrícula **160216005**, estudante do Curso de Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém (IPS) de Portugal, em cooperação com o Instituto Federal de Brasília (IFB). A pesquisa está sendo orientada pela Professora Doutora Neusa Branco (IPS) e co-orientador Professor Adilson César Araújo (IFB).

A pesquisa tem como objetivo geral conhecer as necessidades da formação de professores que atuam no curso sistematizado pela matriz integrada Proeja e delinear desafios na sua operacionalização dos módulos de formação básica, profissionalizante e cidadã.

A sua colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada. A entrevista será gravada a partir da assinatura desta autorização.

#### Observações Importantes:

A participação na pesquisa é voluntária e a desistência não acarretará ônus ao participante. Será garantido o anonimato tanto da instituição como dos sujeitos participantes da pesquisa. O resultado obtido com os dados coletados, serão sistematizados e posteriormente divulgados na forma de um Trabalho de Projeto, que será apresentada em sessão pública de avaliação e disponibilizada para consulta através da Biblioteca Digital de Teses do Instituto Politécnico de Santarém – Portugal. Caso surjam dúvidas ou queira comentar algum aspecto relacionado à pesquisa, a instituição poderá entrar em contato com a pesquisadora, através do telefone: 61-981166648 ou pelo e-mail . A pesquisa não envolve riscos à saúde, integridade física ou moral daquele que será sujeito da pesquisa. Não será fornecido nenhum auxílio financeiro, por parte dos pesquisadores. A coleta de dados deverá ser autorizada e poderá ser acompanhada por terceiros.

### TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA DOS DOCENTES E GESTORES

Declaro que tendo compreendido tudo o que foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos e das minhas responsabilidades, EU  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU  
TENHA SIDO OBRIGADO (A) A PARTICIPAR.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste termo de Consentimento Livre e Esclarecimento.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do (a) entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

## Apêndice D – Extrato das entrevistas

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
Motivação: a percepção que o entrevistado tem sobre a proposta investigativa	Respostas por e-mail	Dos vinte e um docentes, nove demonstraram interesse, entretanto sete se comprometeram com a entrevista. Os coordenadores do curso e da área não foram entrevistados.
PPC : Contextos sobre o que é o Proeja em Artesanato de acordo com a matriz integrada com foco na formação do profissional técnico em artesanato.	<p>B1: Ações para alteração no PPC: carga horaria densa</p> <p>B2: Conhece o Artesanato no Distrito Federal (Imersão)</p> <p>B3: Otimismo na continuidade do curso</p> <p>B4: Desafios e Motivações sobre o curso</p>	<p>A respeito da subcategoria B1:</p> <p>“...o nosso curso Proeja é muito bom, mas, eu analiso que tem falhas no sentido do tempo, poderia ser dois anos. Outra coisa, os conteúdos serem direcionados através de projetos que vai integrar todas as disciplinas e vai proporcionar um entendimento maior acerca das necessidades dos educandos.” (DC 01)</p> <p>“...bom é alguma coisa de educação à distância, daria para diminuir o tempo, logicamente sem muita carga de educação à distância mas daria para diminuir com alguma coisa, é daria também buscar flexibilizar a presença do estudante, é dado que é bastante complicado.” (DC02)</p> <p>“eu acredito que tem que ter uma interdisciplinaridade maior entre as disciplinas técnica e as teóricas por que a ementa do Ensino Médio em si, das propedêuticas elas não facilitam muito a vida do aluno, aqui dentro, eles vem achando que vai ter muita prática e se deparam com mais da metade do curso teórico.” (DC03).</p> <p>“eu flexibilizaria mais a questão da carga horaria, hoje em dia a gente tem é bastante comum nos cursos principalmente os que estão sendo reestruturados, revisados é parte dessa carga horaria em estudo dirigido ou estudo é...online.” (DC04)</p> <p>“bom especificamente com a componente curricular o qual eu trabalho eu tiraria essa cara de cópia e cola de outros currículos, e criaria um currículo dentro daquilo que tá posto né como exigência ai na, tá em discussão na base comum curricular, mas o que a gente tem como posto mesmo. Eu traria esse diálogo com o artesanato. Então ah por exemplo...eu trabalharia muito mais uma perspectiva de projetos.” (DC05)</p> <p>“...nós teríamos que trabalhar no sentido de reduzir essa carga horária do Ensino Médio e como ele é integrado fazer ele fazer uma ligação com o artesanato né?” (DC06)</p> <p>“só que a gente precisava fazer o curso (risos e emoção) e o que a gente tinha como modelo era isso né, a gente não tinha vivenciado isso ainda, eu por exemplo só vivenciei um proeja dentro da Instituição porque eu já tinha trabalhado em outro campus, então eu já sabia o que era o proeja, mas então eu acho que a gente já tem essa primeira experiência, a gente tem condições de fazer uma proposta que seja mais, que atenda mais esse público, que a gente agora já sabe qual é, agora.” (DC05)</p> <p>“a percepção...é que o curso precisa ser totalmente reestruturado, é... em função de evasão, não só desse, mas em outros cursos também...é enquanto</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	<p>B2: Conhece o Artesanato no Distrito Federal (Imersão) e outros cursos Proeja em Artesanato no Brasil.</p>	<p>subsequente ele tá indo muito bem lá em XYZ, mas quando esse mesmo curso é transformado em PROEJA ele vai muito mal o que nos permite pensar que o problema aqui não está na temática artesanato...porque lá a proposta do curso é edificações e também tá indo muito mal...né...ou seja o número de alunos lá, a evasão lá e tão alta quanto aqui..."(DC07)</p> <p>A respeito da categoria B2:</p> <p>"...sim a feira do Torre, é... feiras internacionais que acontecem no Ulisses Guimarães...é...sou entusiasta do artesanato...é um filão de mercado muito interessante...é tenho participado assim de feiras é deixo ver...a maioria delas são temporárias...a feira da agricultura familiar que acontecia com frequência no governo Lula e deixou de acontecer...eu acho que era uma feira importante." (DC07)</p> <p>"...sim, é no Pátio Brasil, no Boulevard na Asa Norte, é são vários grupos inclusive de alguns asilos enfim lar que trabalha com aaaa auto estima das pessoas." (DC01)</p> <p>"...Sim a torre por exemplo, a feira do artesanato da torre é super importante por que? Porque ela remonta uma tradição na cidade e eu acho que no curso de artesanato a gente precisa fomentar nessas meninas o que é Brasília. O que que significa fazer artesanato autoral considerando a região e a cidade que elas estão inseridas..." (DC05)</p> <p>"Conheço e costumo frequentar a feira da Torre, e aquelas duas feiras, que é a que tem anualmente aqui em Brasília; uma é a feira internacional de artesanato acho que é feira brasileira, e feira nacional de artesanato, eu costumo ir, inclusive encontro, é, estudantes ou que concluíram o curso, nessas férias." (DC02)</p> <p>"...conheço só a feirinha da Torre, eu conheço." (DC03)</p> <p>"...eu conheço dá para se dizer a feira da Torre, é talvez a feira dos importados também, a feira do Guará, a feira dos Goianos, mais é roupa também...esses aí." (DC06)</p> <p>Sobre outros cursos de Proeja em Artesanato e troca com pesquisadores:</p> <p>"...eu não conheço, só conheço o nosso mais a minha troca de experiência é com o nosso próprio corpo docente." (DC04)</p> <p>"especificamente de artesanato não..." (DC02)</p> <p>"...eu pessoalmente não, mas já vi no nordeste, já vi em Goiás." (DC01).</p> <p>"...de fora do campus não." (DC03)</p> <p>"...sim." (DC07)</p> <p>"...não eu não conheço nenhum curso de proeja em</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	B3 : Otimismo em relação ao curso	<p>Artesanato no Brasil.” (DC06)</p> <p>“...não conheço nenhum Proeja em Artesanato no Brasil, e aí já troquei experiências necessariamente com pesquisadores, mas troco muitas experiências principalmente fora do país, eu tenho uma paixão pela América Latina, e fora do país acabo conversando com pessoas dessas associações...” (DC05)</p> <p>Sobre a subcategoria B3:</p> <p>“...acho que falta essa integração entre os colegas pra que o objetivo aconteça, espero que futuramente as disciplinas tenham uma ideia macro mais é... canalize objetivamente o que os alunos necessitam.” (DC01)</p> <p>“...é preocupante a passividade muito grande por parte da direção da escola por parte da coordenação do curso né, no sentido de propor né...de propor alternativas né, porque esse curso é importante para esse público. Para esse público é né, pessoas que as vezes precisam aprimorar seus trabalhos né, precisam concluir seu Ensino Médio né, e que infelizmente o curso no meu entendimento não está atendo as suas expectativas...justifico isso com a alta evasão...” (DC06)</p> <p>“mas o futuro do curso... é... é... é improvável é...eu não diria que não é improvável no futuro há necessidade de se repensar esse curso para ampliar seu público.” (DC07)</p> <p>...é eu vejo que ele é um curso que precisa trabalhar muito a dinâmica da presença do estudante, isso é algo que vejo como mais crítico para o futuro do curso. É acredito que isso possa trazer mais oportunidades de mais engajamento de mais estudantes é e acredito que talvez o público do curso tenha mudado um pouco.” (DC02)</p> <p>“como eu falei o grande aspecto negativo é a carga horaria densa que faz com que desmotive o aluno e a gente tenha um alto índice de desistência né, esse é um ponto que eu considero negativo e até é primordial pra ser alterado e muito, vai ser muito difícil que o aluno se mantenha aqui porque realmente é uma coisa que cansa muito.” (DC04)</p> <p>“...eu acho que o curso tem “uma tendência à extinção por causa do número de evasões que a gente tem, então senão for feita nenhuma mudança, o curso vai acabar sendo extinto. Ou tem que ser feito uma reformulação muito grande.” (DC03)</p> <p>“...tá é eu, acho que todo mundo sabe que eu tenho um apreço por esse curso, porque no meu ponto de vista, ele tem uma importância social incrível, ai eu vou fazer uma coisa que não é interessante, mas eu vou estabelecer uma comparação do que, eu trabalhei no outro curso proeja que tinha, um outro curso técnico que</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	B4: PPC: Desafios e Motivações e Integração das áreas dentro do curso	<p>tem uma importância social mas este aqui, ele tem uma importância social que é singular porque ele atrai mulheres. Então a gente tem um curso que integra educação básica (médio corrigindo) com formação profissional pra pessoas que como eu disse, pessoas que a gente tem uma dívida social né porque não puderam fazer a educação básica em outros momentos, e não são quaisquer pessoas são mulheres.” (DC05)</p> <p>Sobre a categoria B4:</p> <p>“...tem uma questão de organização didático pedagógica desafiadora, essa necessidade da gente integrar mais o currículo, eu acho que isso tá acontecendo de uma forma bacana, eu sinto um movimento muito interessante sabe que a gente tá mais experiente, mas tem uma questão que essas mulheres não dão conta de vir todos os dias para o campus, e a gente tem uma determinação legal que coloca uma carga horaria que é brutal pra um público que já foi excluído uma vez por não ter condições, e que de novo acaba sendo excluído.” (DC05)</p> <p>“as dificuldade como já disse falta de laboratório, materiais, a integração dos professores e professoras, isso é muito difícil cada um tá no seu canto pensando que tá fazendo seus objetivos e sua metodologia da sua aula e a integração que tem que acontece pra que o aluno saiba canalizar a cor que ele usou num pedaço de fração que tem na aula de química, matemática que possa prestar atenção e entende...” (DC01)</p> <p>“Sobre o PPC trabalha com a perspectiva da integração das áreas e dos saberes? ...o PPC sim mas na prática (risos).” (DC03)</p> <p>“eu penso que a princípio trabalha, porém cada professor atualmente não tá canalizando essa integração, por isso eu penso que os projeto vão proporcionar a nossa visão e uma resposta mais rápida que os alunos necessitam”. (DC01)</p> <p>“trabalha como a gente conseguiu naquele momento, a gente naquelas aqueles eixos do PPC e os eixos do PPC permitem que a gente visualize essa integração, mas a integração não está expressa porque a gente precisava viver isso, até pra entender como era, então eu acredito que numa revisão do plano seja possível fazer isso, seja possível explicitar como é que essa integração vai ser feita.” (DC05)</p>
BLOCO C Práticas educativas e auto avaliação	C1: Experiência	<p>C1: Se observa nessa subcategoria como registro EXPERIÊNCIA:</p> <p>“sou professora há dezesseis anos com mais tempo de formação, já passei pelas modalidades de educação infantil, fundamental, Ensino Médio e Proeja, ah proeja também com a educação de deficientes visuais.” (DC01)</p> <p>“eu acho que adquiri muita experiência ao longo desses anos...eu consumo dizer pro os alunos é que eu aprendo mais do que eu ensino... é... talvez eles contribuam mais para a minha formação, do que eu a deles né?” (DC06)</p> <p>“é tão difícil falar de diferença do proeja porque a minha experiência com proeja é tão reduzida... mas a minha experiência com o proeja eu acho que é exatamente no</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	C2: Competências (Formação para atuar)	<p>sentido de entender que que é... a pergunta viu... foi bom no sentido de ter que repensar o discurso em sala de aula, a linguagem e o processo didático... né? que tive que aprimorar lá... e consequentemente trouxe isso pro Ensino Médio já que antes disso sempre dei aula em curso superior.” (DC07)</p> <p>“tá sou professor há vinte e quatro anos, é sempre de cursos técnicos sempre de informática tem várias áreas então atuando em diversas áreas, trabalhei com pesquisa em curso proeja mais pra dar aula nesse mesmo, nesse curso, proeja em artesanato.” (DC02)</p> <p>“os aspectos positivos principalmente a troca de experiência entre os alunos e professores, eu percebo que eles entram de uma maneira e saem bem diferenciados com bastante bagagem né, é claro que, se a gente tivesse professores na área de artesanato isso facilitaria muito.” (DC04)</p> <p>“então minha vida desde os dezenove anos é dar aula, eu sempre tive uma experiência em muitos níveis e modalidades.” (DC05)</p> <p>“é a experiência no Proeja tem uma diferença considerável dito que é... a flexibilidade de horário, mas de frequência mesmo para os estudantes é uma questão fundamental pra que eles consigam participar então nesse ponto a informática ajuda muito, por que tudo está disponível o tempo inteiro e eles podem acessar quando eles puderem.</p> <p>“Não era docente antes do Proeja, mas eu atuo em outros cursos aqui no campus então tem muita diferença principalmente na questão de como trabalhar não são alunos que vêm com estudo de casa, que tenha feito trabalhos em casa, tem que diferencia a metodologia nesse sentido.” (DC03)</p> <p>“Sim o tempo de sala de aula nos torna cada vez mais, quanto mais você trabalha, quanto mais você leciona, ministra aulas, você proporciona hábitos e mudanças, e se uma turma eu trabalhei de uma determinada maneira, com outra não deu certo, eu tenho que procurar buscar outra metodologia, isso varia de turma pra turma.” (DC01)</p> <p>Sobre C2 Competências/Formação para atuar no Proeja:</p> <p>“os cursos de formação que recebi...os cursos que eu tenho de formação pedagógica foram anteriores né...é...antes de eu entrar na escola agrotécnica ainda né...eu fiz curso, era necessário para você fazer concurso que você tivesse aquele aperfeiçoamento em disciplinas de segundo grau e era uma especialização...isso eu tenho eu fiz né, mas em relação ao proeja nunca fiz, nunca fui convidado também para fazer nenhum tipo de aperfeiçoamento.” (DC06).</p> <p>“Sim, é sobretudo nos dando um panorama claro de quem é esse público e o nível de dificuldade que eles têm para assimilar o conteúdo tradicional quer dizer a necessidade de rever o conteúdo tradicional que a gente acha importante para o Ensino Médio não é importante para esse grupo.” (DC07)</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	<p>C3: Interdisciplinaridade</p>	<p>“bom na secretaria de educação sempre tem, já assisti palestras com essa categoria de entender melhor cursos técnicos e integrados e acho que a gente sempre tem que tá aberto a esse propósito de crescer, estudar pra melhorar.” (DC01)</p> <p>“não, não lembro de receber convite, houve uma...durante um período faz algum tempo que eu acho que tinha alguma coisa na Reitoria, mas não me lembro mais como que era.” (DC02)</p> <p>“conhecimento que eu tive sobre o Proeja, foi porque no mestrado, de duas formas uma foi lendo a legislação sobre o proeja que eu precisei fazer um outro trabalho anterior a daqui, e segundo é fazendo, participando de um grupo de pesquisa voltado ao proeja no mestrado em educação na UNB, participei durante uns meses, talvez um ano no máximo era um grupo que trabalhava com oficinas de ensino, oficinas de informática para o público EJA, transarte, era oficinas de arte, artes usando informática.” (DC02)</p> <p>“Já ah também fiz um curso só pra Proeja lá na Samambaia, eu tenho dois cursos específicos voltados pra EJA... É eu acabei falando no decorrer do processo, acho importante, mas acho que algo que a gente tem que fazer de forma colaborativa sabe.” (DC05)</p> <p>“olha eu fiz curso dos quais eu pesquisei e fui atrás pra desenvolver né, prá buscar informações aliadas ao meu conhecimento não só da área, um pouco do artesanato, mas bastante do vestuário tá, mas...curso específico do artesanato, que seja promovido pelo IF não.” (DC04)</p> <p>Abordando a subcategoria C3 sobre interdisciplinaridade entre os módulos de formação básica do Ensino Médio, profissionalizante e formação cidadã.</p> <p>“acho que isso daria bastante movimento no curso e faria como que os alunos é ficasse menos desmotivados e acabassem desistindo, eu acho realmente que se tivesse essa flexibilidade, eu vejo que alguns, em conversa com alguns professores alguns fazem isso, mas isso não é uma prática comum principalmente, as áreas muito básica português, matemática, português não, mas matemática, química, física, essas mais exatas você vê pouco essa flexibilização né, as humanas permitem essa flexibilização melhor, mas isso não é uma coisa oficial digamos assim, se percebe que vai de cada professor.” (DC04)</p> <p>“é não é aconselhável (risos), é obrigatória (gargalhadas) uma articulação interdisciplinar.”</p> <p>“sim é um conjunto que faz com que esse essa interatividade, propósito médio, objetivo se fortifique e aconteça uma mudança e transformação em cada um.” (DC01)</p> <p>“sim, bastante.” (DC02)</p> <p>“sim, é essencial.” (DC06)</p> <p>C4: Autoavaliação e como entra o artesanato</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	<p>C4: Autoavaliação (professor e o artesanato onde entra?)</p>	<p>“eu pelo menos costume valorizar é o conhecimento dos alunos ou seja fazer com que eles construam o conhecimento a partir do que eles já, do que eles têm, então a valorização eu acho muito importante utilizar, eu costume dizer que eles são os meus professores né, na verdade eu aprendo mais do que eu ensino.” (DC06)</p> <p>“acho que poderíamos ter um momento de avaliação dos professores...é eu não sei se eles estão satisfeitos com o conteúdo...meu trabalho com o conteúdo...não tenho esse feedback...seria interessante sim que tivesse esse processo avaliativo ao final do semestre no sentido de melhorar...” (DC07)</p> <p>“é todo semestre eu peço que eles avaliem, é a disciplina um pouco a dinâmica, o professor tem sido bem avaliado, são aulas práticas, são aulas é...instigantes no sentido assim, desafiadoras, é mais são aulas que tem pouca frequência por ser no sábado então é adesão é baixa acaba que tem reprovação também por conta disso nesse sentido talvez tenha alguma coisa para ser melhorada. Enfim, não sei exatamente o que.” (DC02)</p> <p>“eu acho que eu sou um bom professor...os alunos pelo menos né...o carinho com que eles me recebem e a maneira como eles me tratam mesmo passando um tempo depois, ou até mesmo um tempo depois de formado, eu acho que alguma mensagem boa eu deixei para eles né?” (DC06)</p> <p>“eu acredito que eu consigo passa um pouco de conhecimento pros alunos, mas referente a minha área que é muito difícil, existe muita resistência, então com certeza deve haver críticas por que é muito conteúdo, é muita informação, mas eu tento amenizar isso fazendo outros tipos de atividades ao longo do curso.” (DC03)</p> <p>“bom eu tento busca ser uma profissional qualificada, eu tento me dedica, eu tento trazer novidades, eu estudo em cima disso, se tem críticas em cima disso, eu não sei, mas na minha opinião é impossível você agradar todo mundo.” (DC04)</p> <p>“faço, faço todo dia né, é primeiro eu procuro mudar, todo o semestre eu procuro mudar a forma como tô trabalhando, por que? Porque eu vejo sempre faço uma mini-investigação, em cada microcosmo em sala de aula.” (DC05)</p>
<p>BLOCO D Aluno, infraestrutura e Cidadania</p>	<p>D1: o olhar docente sobre o aluno PROEJA</p>	<p>Sobre a subcategoria D1, como o docente vê o aluno:</p> <p>“não são quaisquer pessoas, são mulheres. São mulheres, mães de família, a maior parte delas com mais de trinta e cinco anos, então elas se concentram numa camada que a gente pode olha e de fato pode identifica é minoria, é mulher, tem mais de trinta e cinco anos, ah maior parte negra e que pra soma tudo isso vítima de violência.” (DC05)</p> <p>“é um público mais velho né, todos adultos...a maioria é casado com filhos, já casados muitas vezes, avós muitas vezes, é (são) pessoas com déficit cognitivo, faz muito tempo que estão fora da sala de aula...não sei se essa palavra correta...mas com uma dificuldade maior de ter assimilação do conteúdo...muitos semianalfabetos...aluna que não sabia ler, aprendeu a</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	D2: Implicações e desafios do aluno	<p>ler aqui.” (DC07)</p> <p>“...eu tenho alunos que varia de vinte até sessenta e quatro anos de idade com situações completamente diferente, é... pessoas que são aposentadas né...é tem outras que estão desempregadas...outras outros que estão fazendo outros cursos...é tem pessoas que têm curso superior e voltaram a fazer proeja né...então completamente diferente...” (DC06)</p> <p>“...sim o público principalmente o módulo um, vai de dezenove a vinte anos à sessenta e cinco anos, (pausa) com ideias as vezes é (pausa) simples, incoerentes, incoerentes por que a gente percebe que o mundo das pessoas que vem no proeja, uma certa inocência do mundo, uma certa inocência ao estudar, uma certa inocência ao aprender que pensam que é muito fácil e depois se deparam com as dificuldades e entaves. As pessoas com mais idade já tem uma certa maturidade e passam ideias que se fortificam durante o curso pros mais jovens.” (DC01)</p> <p>“Existem jovens mais são poucos, são em geral é um público a partir de trina anos, é chega até pessoas idosas, aposentadas que tem sido frequente, tem acontecido bastante, na maioria feminino.” (DC02)</p> <p>“Pelas turmas que trabalhei são normalmente senhora entre trinta e pouco anos até sessenta, e que são moradoras aqui de perto mas que dependem do transporte público apesar de ser próximo porque moram em regiões mais pobres economicamente.” (DC03)</p> <p>“olha eu acho que público do proeja se constitui quase que cem por cento ou talvez noventa e cinco por cento de mulheres tá, é na faixa etária na minha opinião entre quarenta e cinco à sessenta anos, amis ou menos, ou cinquenta e sessenta e cinco ano coisa assim, não são jovens, são mulheres mais maduras e algumas até na terceira idade é, mulheres na terceira idade que provavelmente muitas situações, trabalham o dia inteiro, no caso dona de casa, de família né ou trabalham na própria casa o dia inteiro, no caso dona de casa, alguma coisa assim, que vem na escola no final do dia.” (DC04)</p> <p>“Penúltimo levantamento que eu fiz, elas tem entre quarenta e cinquenta e cinco anos, com poucas tendo mais do que isso, era o caso de uma aluna nossa que se formou recentemente que tem sessenta e sete, eu acho que foi a mais velha que peguei aqui.” (DC05)</p> <p>Sobre a categoria D2:</p> <p>Então carente, precisam de apoio para se deslocar até aqui...acho que esse é o ponto.” (DC07)</p> <p>“Tá o acesso é ruim, o campus fica afastado é na BR é difícil pra elas, é um grande empecilho, tem também a questão da violência, elas saem a noite, são senhoras então existem muitos desafios a serem vencidos em relação à isso.” (DC05)</p> <p>“bom são vários, a dificuldade de acessibilidade à parada de ônibus que não passa próximo, então é uma dificuldade, não tem é direcionamento nem placa nenhuma para que os alunos ou quem queira vir</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	D3: Evasão	<p>conhecer, não tem essa visibilidade de direcionar onde é campus XYX, outra coisa que eu falo, o acesso digital por parte dos alunos quando for solicitar bolsa, auxílios, isso é uma dificuldade muito grande por que a maioria não tem conhecimento digital para ter esse acesso e fazer com tranquilidade.” (DC01)</p> <p>“Tá é, essa é uma questão bastante séria aqui porque o curso é a noite, no caso das disciplinas que eu dou é acontece nos sábados, eles também reclamam que nos sábado tem menos ônibus que é mais difícil de chegar né, no caso das disciplinas à noite tem também a questão de ter que sair mais cedo por conta do transporte, de segurança.” (DC02)</p> <p>“é esse é um problema recorrente aqui, inclusive aulas que vão até dez e trinta, vão até quinze para as dez por questão de transporte público, então é difícil o acesso ao campus, completamente, principalmente por ser a noite.” (DC03)</p> <p>“o proeja acaba sendo influenciado assim como os outros cursos com a grande dificuldade de acesso ao nosso campus né, ah você houve que várias pessoas precisam pegar duas, três conduções pra chegar no campus, muitas vezes tem que sair bem mais cedo de suas casas pra chegar aqui, então a questão do acesso é muito sério.”(DC04)</p> <p>“Pontualidade é quase um problema de todos os cursos não é específico da do proeja, o curso começa sete da noite, e há poucas pessoas em sala de aula às sete da noite.” (DC04)</p> <p>D3 sobre a Permanência, Tempo fora da escola e Evasão</p> <p>“Não saberia dizer em média por quanto tempo, mas é entre dois e três anos na sua maioria alguns chegando até à dez anos sem frequentar a escola, e muitos sem a prática da leitura e conseqüentemente da interpretação do texto...as vezes alunos com um nível intelectual muito baixo.” (DC07)</p> <p>“Ah em tempo assim, eu vou citar uma média de dez à quinze anos...fora da escola...é quanto mais idade eles têm parece que tem um comprometimento maior.” (DC06)</p> <p>“Eu só dou aula em dois, em geral a evasão é maior no módulo um, no módulo três também tem mais, é mais no módulo um, dois módulos que eu dou aula, a evasão e a inclusão nos módulos um, é fora do tempo acontecendo até estabilizar a turma já vão uns dois meses, mais de um mês com certeza depois do início da aula.” (DC02).</p> <p>“...eu acredito em média que pelo menos dez anos afastados da escola.” (DC03)</p> <p>“olha, eu não sou muito boa em porcentagem, eu acho que metade da turma evadiu de um semestre para o segundo, a evasão foi bastante alta.” (DC04 -IMPORTANTE A CHEGADA DO ALUNO)</p> <p>Sobre a categoria D4 acerca da Integração do aluno no</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	D4: Integração	<p>campus, nas áreas afins:</p> <p>“Infelizmente não, a gente até fez algumas tentativas dessa integração, mas até o momento a gente não conseguiu muito, eu não tô dizendo que não teve. Teve sim.” (DC04)</p> <p>“eu não conheço projetos integradores mas eu sei de alunas do proeja que resolveram cursa Design de Moda posteriormente por conhecerem o curso, então eu penso que deve haver alguma coisa.” (DC03)</p> <p>“Não há, não há projetos integradores entre esses cursos, é uma dificuldade, principalmente quando há eventos culturais, como a festa junina, “jeca fashion” né? os alunos participam das reuniões mas cada um no seu canto, na sua bolha, no seu casulo e não tem essa interação de perceber o outro, eu não sei se é medo, se é um respeito exagerado, eu acho que tem que ter mais essa integração.” (DC01)</p> <p>“Não conheço das experiências que eu já vi acontecerem não foi de integração de outros cursos daqui.” (DC02)</p> <p>“Camila, eu tenho dificuldade pra responder essa pergunta porque eu não sou do colegiado, embora eu tenha muitos diálogos com todo mundo do colegiado, então eu vejo que há uma tentativa agora de fazer essa integração, mas eu não tinha visto antes, pode ser um problema meu mesmo. Agora eu, eu quero fala de uma integração que não é de uma área de confluência porque eu faço a integração da licenciatura em computação com eles, com o Proeja. Então por exemplo, as várias oficinas que a gente dá de empoderamento feminino pela tecnologia e existe essa integração.” (DC05)</p> <p>“Não, não conheço nenhuma...vestuário...proeja...a impressão que dá até que são completamente diferentes... nós temos máquina de bordar aí... etc. é complicado.” (DC06)</p> <p>“Não conheço projetos integradores. Não sei...Parece que o curso de design de um modo geral é muito novo né. Imagino que os professores não conseguiram nem resolver os problemas internos ainda...precisaria primeiro se consolidar para depois conseguir além disso e fazer uma integração com o proeja que eu saiba.” (DC07).</p>
Bloco E  Possível Formação e Intervenção	E1: Existe a necessidade de formação do colegiado Proeja?	<p>E1 Necessidade, se vê como colegiado do Proeja, formação convencional:</p> <p>“ah do colegiado, isso aí tem que ter uma escuta, como a gente tem a escuta do colega, do aluno, né, a gente tem que ter uma escuta do colega do colegiado e as vezes a gente não sabe escuta o professor de qualquer área.” (DC01)</p> <p>“Acho necessária, acho importante, acho que é uma formação bem é...bem curta mas que precisa ser bastante dinâmica e que traga é essa reflexão, essa ação, uhh com proeja em relação à atuação no Proeja.” (DC02)</p> <p>“penso que qualquer professor que atue aqui, poderia</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	<p>E2: Dimensão Identitária Professor: Existe alguma relação entre as dificuldades de atuar no Proeja com o tipo de formação que receberam na Universidade?</p>	<p>fazer novos cursos, principalmente na maneira de avaliar os alunos, que é um quesito super importante pra gente saber avalia o aluno. Avaliar o aluno que fez, avaliar o aluno que não fez porque não teve dinheiro para fazer, avaliar o aluno que com a sua dificuldade com seus materiais mínimos né, com a sua fala empobrecida soube criar alguma coisa para avaliar.” (DC01)</p> <p>E2: sobre as dificuldades de atuação versus a formação que receberam na Universidade?</p> <p>“a formação sim, eu vejo algumas dificuldade mas que são superadas, eu vejo que elas são superadas.” (DC02)</p> <p>“Sim, isso está relacionada a nossa formação pra atuar no curso.” (DC01)</p> <p>“Sim, acho que sim.” (DC03)</p> <p>“Sim, sim completamente eu acho que a gente acaba se adaptando a essa realidade né, mas o professor ele não foi, ele não foi, como foco, ele não aprendeu a dar aula dessa, desse setor, do artesanato. Então as dificuldades, elas existem.” (DC04)</p> <p>“Tem um problema, eu vou falar dos licenciados tá...a gente tem sim problemas nas licenciaturas, porque as licenciaturas elas não dialogam coma formação pra atuação na educação profissional. Então a gente sai de uma licenciatura, e aí eu posso falar com tranquilidade, a gente sai de uma licenciatura sem saber como atuar na educação profissional, então mesmo quando os professores da área técnica falam ‘ah mas eu não tenho licenciatura, eu não fui formado pra isso’, a gente tem um problema entre os licenciados também.” (DC05)</p> <p>“Eu acho que eles não receberam formação nenhuma para o desempenho do curso, eles vem de lá né...eles vem da Academia é...o nosso processo de seleção no meu ver..é nada contra...nem pessoalmente contra nenhum professor, eu acho que se ele tá aqui é que ele entrou por méritos...mas no meu entendimento o processo de seleção que foi feito a granel assim, em grande quantidade com provas ; objetivos e somente provas didáticas, é não houve provas práticas né, isso representa hoje uma dificuldade do Instituto.” (DC06)</p> <p>“Sim, sim, sem dúvida. Não houve uma formação é... não fui convidado para conhecer o laboratório e as reuniões fazem lá, poderia haver vamos tirar um dia ao invés de fazer uma reunião, vamos apresentar para os professores de geografia, de física o que os alunos fazem aqui né...então acho que dificuldades que eu tenho lá de adequar o conteúdo...é a proposta do curso é...justamente, e aí eu faço meia culpa né...até que ponto eu tenho individualmente buscado isso né?” (DC07)</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	<p>E3: Identitário: Contexto das realidades e o artesanato como prática educativa de integração.</p>	<p>E3: Identitário: Formação (que tipo de formação no contexto das realidades brasileiras o artesanato é visto como prática de integração).</p> <p>“bom primeira coisa o professor tem que saber o que que é artesanato realmente, saber se ele é, engenharia têxtil, se ela é designer de alguma coisa, ela tem que entender primeiramente, ele tem que desloca do seu biomundo, sei lá, do seu biótipo de trabalhar percepção né, ela tem que perceber a sua disciplina e o que que é o artesanato, como vai ser passado essa, esse artesanato, esse, essa fundamentação do artesanato, primeira coisa entender o que é o artesanato e se eu não entende, eu não vou saber passar para os alunos, então essa fundamentação contexto, é essa alfabetização do conteúdo mesmo né, eu vou tem que saber, eu vou tem que entrar nesse mundo da produção do artesanato, da fundamentação, que não é só produção, artesanato não é só produção né, você tem que contextualiza, você tem que vê a produção você tem que aprecia tem toda essa questão que faz com que o aluno entenda o que é o curso proeja em artesanato.” (DC01)</p> <p>“eu acho que é até uma questão de pedagogia por que a gente vem formando muito na teoria dos conteúdos avançados que a gente não ministra, nem para o Ensino Médio depois e perde um pouco da parte pedagógica então as vezes atuar com mais pedagogos seria um benefício.” (DC03)</p> <p>“eu acho que várias coisas, a questão da cidadania né a questão dessa, cuidando dos aproveitamentos de material é ah talvez até quanto mais você conhecer o público né, o seu aluno, mais fácil você consegue responder a necessidade dele.” (DC04)</p> <p>“me interessa se for nessa perspectiva se...dos professores fazendo algumas reflexões, indicações de trabalho de integração é...principalmente eu penso agora seria importante essa formação no sentido de integrar.” (DC02)</p> <p>“Eu quero fazer cursos de dessa prática manual pra eu poder aplica em sala de aula e melhora, por que a ideia na minha matéria é trazer uma informação que eu tenho originado do vestuário, mas que agregasse a esse produto artesanal né e não um produto feito em larga escala.” (DC04)</p> <p>“é formação pedagógica, pedagógica, didática, acredito que isso e troca de experiências com os demais professores.” (DC02)</p> <p>“eu gostaria sim de participar de cursos formadores pra discutir mesmo a questão do proeja, eu acho que seria interessante.” (DC03)</p> <p>“é a colaborativa, sim voltada para os professores do proeja em artesanato.” (DC05)</p> <p>“é eu acho que essa questão da formação cidadã, ela precisa ser o eixo transversal, então como eixo transversal ela precisa ser discutida em todos os componentes, todos os projetos, e aí que eu vejo a inserção no colegiado.” (DC05)</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
		<p>“Olha eu acho muito difícil definir uma formação específica, é porque dependendo da área, a formação vai mudar também. Então, antes eu acreditava que ‘ah vamos discutir sobre EJA’ era algo assim muito importante, mas hoje eu já penso assim ‘é preciso discutir sobre proeja em artesanato, proeja em cozinha, proeja em edificações, então a melhor formação é aquela formação que vai dialoga com aquilo que o professor tá fazendo, diretamente.” (DC05)</p> <p>“eu penso que uma formação básica para os iniciantes, com relação a legislação e práticas pedagógicas, penso que uma formação continuada pro os professores que atuam no sentido de de algumas reflexões, alguns encaminhamentos, talvez aí uma semestralmente, ou cada semana pedagógica talvez pudesse também ter criado algum momento disso semestralmente, não sei.” (DC02)</p> <p>“pergunta difícil, risos, eu não sinto assim...não necessidade de fazer assim né...como eu disse eu recebo disciplina para serem ministradas na segunda feira né digamos assim, na segunda feira eu recebo a informação que na segunda feira eu vou ser professor esse ano aconteceu né...segunda feira depois das férias eu recebo e do coordenador, diz que eu vou ser professor de empreendedorismo é, numa disciplina que eu nunca tinha trabalhado antes, já vi, já fiz curso de empreendedorismo né...eu nunca tinha trabalhado isso e que vou entrar em sala de aula na quarta feira né...” Então eu acho assim uma falta de respeito com os profissionais e isso não é nem do Estado é daqui da gestão atual, é das pessoas que estão lá.” (DC06)</p> <p>A existência de Espaço de Formação</p> <p>“que eu saiba nenhum.” (DC04)</p> <p>“ah eu não sei se posso chamar isso de espaço de formação, mais uma quase que eu sinto que é muito bacana, é a abertura dos professores para a construção coletiva, isso pra mim é muito importante pra aquilo que eu defendo como formação.” (DC05)</p> <p>Nenhum, se eu quero eu tenho que correr atrás de pesquisas, ver sites, é me avaliar pra ver o que eu estou fazendo, para que eu consiga evoluindo, para que essa evolução desencadeie nessa prática educativa.” (DC01)</p> <p>“o que eu tenho conhecimento são cursos EAD que são oferecidos regularmente, recebe um e-mail a outo, em EAD mas presencialmente mesmo voltado para o curso, eu não conheço.” (DC03)</p> <p>“nenhum, não tem nenhum...nós só temos uma semana pedagógica em que xyz e o xyz1, é falam cinco minutos todo acanhado com medo de que alguém faça alguma pergunta...e eles somem simplesmente somem depois...daí depois trazem mais...é algum, uma palestrinha lá então é dois dias de encontro e não se fala mais nisso...o restante do ano é via e-mail...né por isso que eu costumo dizer que nós temos uma administração wi-fi, wireless né? alguma coisa assim, nesse sentido...porque as pessoas não conversam né.” (DC06)</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
	E4: Formação Cidadã	<p>“Temos é... formação espaço de formação no tempo que temos dedicado à pesquisa, do tempo que temos dedicado à preparação, é de material pedagógico é direcionado a esse a esse ambiente do Proeja.” (DC02)</p> <p>“nenhum.” (DC07)</p> <p>Houve alguma formação?</p> <p>“Um pontual curso de bordado irlandês mas realmente eu não tinha horário para participar, houve "essa possibilidade.” (DC04)</p> <p>“é na minha área, na área do proeja não...no campo pedagógico o Instituto acaba se resumindo a debater educação né?” (DC07)</p> <p>“Vocês que são da área de educação nadam de braçada, esse tema envolve né...e ai nunca “tive a oportunidade de discutir política de território né...e aí os engenheiros não debatem o tema deles aqui dentro, então acaba que insistentemente a falar sobre educação...então me sinto contemplado, mas tive sim oportunidade de fazer algumas opções no campo da educação...nunca no campo da geografia, no campo da educação pouquíssimas vezes no campo da educação direcionada para o Proeja.” (DC07)</p> <p>E4 O artesanato na formação docente como prática educativa cidadã? O artesanato agrega cidadania no Brasil?</p> <p>“eu acho que sim né...eu acho que sim, nós temos uma grande parcela da população né e que são dos nossos alunos que são mulheres as vezes, e não trabalham e elas ajudam a família complementando a renda da família com esse tipo de atividade...atividades relacionadas ao artesanato.” (DC06)</p> <p>“Sim, acho que toda a forma de estudo, sobretudo é, pensar aqui, de um lado de uma forma mais lata...seja de políticas econômicas, é de... trazer a luz a esses alunos, bem como propiciando melhor participação no mercado de trabalho, tudo isso...vai ao encontro da formação cidadã.” (DC07)</p> <p>“Eu acho que sim, como eu falei dignifica o trabalho né, existe muito artesanato no Brasil, bons artesanatos, mas de pessoas que não tem nenhuma comprovação de que são artesãos ao menos que participem de algum grupo de artesão e tal.” (DC03)</p> <p>“Penso que agrega, como já disse apesar de todas as dificuldades os alunos que ficam retidos é, ou pouco ou muito o proeja é atinge o seu nível, o seu conhecimento, a sua capacidade de sonhar, a sua capacitação de crescer mesmo que seja um pouquinho e talvez que olha de fora fala proeja, pra que proeja? Mas é algo fundamental pra aquele aluno que veio buscar alguma coisa, feliz daqueles que ficam, continuam.” (DC01)</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
		<p>“educativa não sei, não acredito que seja.” (DC02)</p> <p>“Com certeza, é isso aí não é só a cidadania, como a cultura onde você passa informação do pai pro filho, então avó ensinou a filha a costurar, que ensinou a bordar, e isso vai ser passado de geração em geração. Então isso é uma cidadania, mas também uma questão cultural.”</p> <p>Motivações pessoais e profissionais para participar do curso Proeja?</p> <p>“ a motivação pessoal é o retorno, o brilho nos olhos desses alunos ao perceber que a gente que apesar de né...poderia estar desmotivado a gente tá tão entusiasmado em sala de aula...ou pelo monos...é ou pelo menos a gente tá tão entusiasmado quando uma sala cheia né...isso faz nossos alunos brilharem os olhos e reconhecerem isso né...essa é uma motivação pessoal...esse retorno em saber que tô possibilitando um retorno, a quem não teve acesso ao ensino e fazer uma reflexão e descortinar o mundo né...acho que é isso...sabia que tô sendo útil nisso... ó pessoal. O desafio, o sentido de motivá-los...sair de casa todo dia... deixar a família e permanecer no curso, <u>a permanência é o grande desafio.</u>” (DC07)</p> <p>“bom os grandes desafios é que o que eu passo pra elas, elas não têm conhecimento, e o que elas as vezes passam pra mim em sala de aula, eu nunca tinha visto, então essa troca, eu acho muito importante.” (DC04)</p> <p>“às vezes as pessoas olham e falam que fundamento tem esse curso, o que cada aluno teve de mais importante quando saiu do curso ‘alguma coisa vai ter’ alguma expressão matemática que ficou guardada, uma frase que ele criou em português, um artista que ele aprendeu na aula de artes, é...uma música talvez que foi trabalhada em qualquer disciplina, então é toda a prática que é feita, eu acho que envolve uma troca tanto para o professor, como pro o aluno.” (DC01)</p> <p>“o profissional bastante é ...principalmente no sentido de conhecer a proposta conhecer o público, conhecer a metodologia, a pedagogia, a área é bastante, bastante ‘desafiador’ porque também é preciso, não, é um público-alvo que eu faço parte em termos de formação de conhecimento, mas é muito agradável é prazeroso vir dar as aulas, é motivador também.” (DC02)</p> <p>“as motivações pessoais, a minha mãe fez EJA na época, ela se formou no Ensino Médio através da EJA, ela é ligada ao artesanato, então na época se tivesse o proeja pra ela, eu tenho certeza que ela adoraria o curso de artesanato.” (DC03)</p> <p>Formação cidadã pode ser inserida no colegiado?</p> <p>“eu acho que a gente tem que debater essas questões socioeconômicas dos nossos alunos, o acesso ao campus, e de repente pedir providências aos nossos governantes para melhorar a acessibilidade pelo menos aqui para facilitar ‘a não evasão’.”</p> <p>“eu acho que o colegiado precisa se aproximar das necessidades do aluno, começa por aí, ‘qual a</p>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
		<p>necessidade deste aluno e acho sim que esse curso precisa ser revisto, revisado, <u>justamente porque quando ele foi construído a gente não tinha aluno, então a gente não tinha como saber qual era a necessidade desse aluno que até então não existia</u>". (DC04) SERÁ?</p> <p>"eu acho que já respondi um pouquinho, eu acho que a gente tem uma dívida com essas pessoas, então eu acho que todo mundo tem que trabalha com o proeja e os desafios que a gente tem é de fazer uma formação constante porque no proeja eu não tenho condições ser só professora de língua portuguesa. Eu tenho que ser professora de língua portuguesa aplicada ao artesanato. Então (risos) eu tenho que estudar sempre." (DC05)</p>

**ANEXOS**

**Anexo A – Lei n. 13.180 de 22 de outubro de 2015**

Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Artesão é toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada.

Parágrafo único. A profissão de artesão presume o exercício de atividade predominantemente manual, que pode contar com o auxílio de ferramentas e outros equipamentos, desde que visem a assegurar qualidade, segurança e, quando couber, observância às normas oficiais aplicáveis ao produto.

Art. 2º O artesanato será objeto de política específica no âmbito da União, que terá como diretrizes básicas:

I - a valorização da identidade e cultura nacionais;

II - a destinação de linha de crédito especial para o financiamento da comercialização da produção artesanal e para a aquisição de matéria-prima e de equipamentos imprescindíveis ao trabalho artesanal;

III - a integração da atividade artesanal com outros setores e programas de desenvolvimento econômico e social;

IV - a qualificação permanente dos artesãos e o estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção;

V - o apoio comercial, com identificação de novos mercados em âmbito local, nacional e internacional;

VI - a certificação da qualidade do artesanato, agregando valor aos produtos e às técnicas artesanais;

VII - a divulgação do artesanato.

Art. 3º O artesão será identificado pela Carteira Nacional do Artesão, válida em todo o território nacional por, no mínimo, um ano, a qual somente será renovada com a comprovação das contribuições sociais vertidas para a Previdência Social, na forma do regulamento.

Art. 4º O Poder Executivo é autorizado a criar a Escola Técnica Federal do Artesanato, dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de programas de formação do artesão.


Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF  
*Miguel Rossetto*

## Anexo B – Componentes curriculares por módulo

Tabela 7.1 – Componentes curriculares por módulo.



Componentes	Módulo 1	Módulo 2	Módulo 3	Módulo 4	Módulo 5	Módulo 6	Total
	hora-aula	hora-aula	hora-aula	hora-aula	hora-aula	hora-aula	
Português	40	40	40	40	40	40	240
Educação Física	---	---	---	40	20	---	60
Artes	---	20	40	---	---	---	60
Matemática	40	40	40	40	40	40	240
Física	40	40	40	40	20	---	180
Química	---	---	---	40	40	40	120
Biologia	40	40	40	---	---	---	120
História	40	40	40	---	---	---	120
Geografia	---	---	---	40	40	40	120
Filosofia	---	---	---	---	20	40	60
Sociologia	40	20	---	---	---	---	60
Inglês	---	---	---	---	20	40	60
<b>TOTAL NÚCLEO COMUM</b>	<b>240</b>	<b>240</b>	<b>240</b>	<b>240</b>	<b>240</b>	<b>240</b>	<b>1440</b>
Desenho Artístico	80	---	---	---	---	---	80
História do Artesanato	40	---	---	---	---	---	40
Cultura Brasileira	40	---	---	---	---	---	40
Desenho Aplicado	---	40	---	---	---	---	40
Economia criativa, autogestão e custos	---	40	---	---	---	---	40
Materiais e Processos Artesanais	---	80	---	---	---	---	80
Oficina Bidimensional	---	---	80	---	---	---	80
Estética Visual	---	---	40	---	---	---	40
Processos Manuais e Ferramentas	---	---	40	---	---	---	40
Oficina Tridimensional	---	---	---	80	---	---	80
Metodologia de desenvolvimento de produto artesanal	---	---	---	40	---	---	40
Artesanato e Moda	---	---	---	40	---	---	40
Empreendedorismo e Cooperativismo	---	---	---	---	40	---	40
Higiene e Segurança do Trabalho	---	---	---	---	40	---	40
Laboratório de Criatividade	---	---	---	---	80	---	80
Planejamento e confecção de produtos artesanais	---	---	---	---	---	80	80
Práticas operacionais na comercialização de produtos artesanais	---	---	---	---	---	40	40
Técnicas de apresentação de projeto e portfólio	---	---	---	---	---	40	40
<b>TOTAL PROFISSIONAL</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>960</b>
Operador de Computador	20	---	20	---	---	---	40
Inclusão Social	20	20	---	---	---	---	40
Ética e Cidadania	---	20	---	20	---	20	60
Espanhol	---	---	40	20	---	---	60
História do Trabalho no Brasil	---	---	---	20	20	---	40
Qualidade de Vida no Trabalho	---	---	---	---	20	20	40
<b>TOTAL FORMAÇÃO CIDADÃ</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>280</b>
Estágio Obrigatório	---	---	---	---	---	---	200
<b>TOTAL GERAL em horas-aula</b>	<b>440</b>	<b>440</b>	<b>460</b>	<b>460</b>	<b>440</b>	<b>440</b>	<b>2880</b>
<b>TOTAL GERAL em horas</b>	<b>366,7</b>	<b>366,7</b>	<b>383,3</b>	<b>383,3</b>	<b>366,7</b>	<b>366,7</b>	<b>2400</b>

**Anexo C – Resolução n. 029 – 2012/CS-IFB**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

**RESOLUÇÃO N.º 029 -2013/CS-IFB**

**Autoriza a oferta do Curso Técnico Integrado em Artesanato na modalidade PROEJA e aprova seu respectivo plano de curso.**

O Presidente do Conselho Superior do INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - IFB, nomeado pela Portaria Nº 649, de 23 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2011, em observância ao disposto no §1º do art. 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e em conformidade com o disposto no inciso IX, art. 10, do Estatuto do IFB;

CONSIDERANDO o Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica com o Instituto Federal de Brasília;

CONSIDERANDO o diagnóstico do setor de artesanato do Distrito Federal;

CONSIDERANDO o Plano de Desenvolvimento Preliminar de Vestuário do Distrito Federal;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Área de Colegiado do Núcleo Integrador do Campus Taguatinga realizada no dia 09 de maio de 2013;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 23162.000067/2013-10, de 21 de março de 2013;

CONSIDERANDO a decisão da 20ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFB, realizada no dia 20 de agosto de 2013;

No uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a oferta do Curso Técnico Integrado em Artesanato na modalidade PROEJA, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.



SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Brasília-DF – CEP 70860-100

Telefone: (61) 2103-2139 – Fax: (61) 2103-2136

[www.ifb.edu.br](http://www.ifb.edu.br)

**Anexo D – Caracterização profissional dos participantes da pesquisa.**

Identificação	Docência(anos)	Proeja (anos)	Titulação	Módulo de Atuação
DC01	16	4	Profa. Especialista em Educação	Profissionalizante/ Ensino Médio
DC02	24	4	Prof. Mestre em Educação	Formação Cidadã
DC03	< 1 (7 meses)	< 1 ( 7 meses)	Profa. Mestre em Matemática	Módulo de Formação (Ensino Médio)
DC04	14	3	Profa. Mestre em Artes	Profissionalizante/Ensi no Médio
DC05	19	2	Profa.PhD em Educação	Módulo de Formação (Ensino Médio)
DC06	20	3	Prof.Mestre em Agrônoma	Formação Cidadã
DC07	17	3	Prof.PhD em Geografia	Módulo de Formação (Ensino Médio)

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**